



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

ENTRE INSULTOS E FALSAS HARMONIAS: A CONSTRUÇÃO DOS EFEITOS DE
AGRESSIVIDADE NO DISCURSO POLÍTICO ELEITORAL NA CAMPANHA DE
2014

Geovana Chiari

SÃO CARLOS
2017



Universidade Federal de São Carlos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

ENTRE INSULTOS E FALSAS HARMONIAS: A CONSTRUÇÃO DOS EFEITOS DE
AGRESSIVIDADE NO DISCURSO POLÍTICO ELEITORAL NA CAMPANHA DE 2014

GEOVANA CHIARI

Bolsista: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo,
processo nº 2015/09078-8

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini.

São Carlos - São Paulo - Brasil
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado
candidata Geovana Chiari, realizada em 06/03/2017:

Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini
UFSCar

Profa. Dra. Luciana Carmona Garcia Manzano
UNIFRAN

Profa. Dra. Mônica Baltazar Diniz Signori
UFSCar

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Celso e Edna, pelo incentivo
e apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por orientar minha vida.

Aos meus pais, pelo apoio, dedicação e compreensão em todos os momentos.

À profa. Dra. Vanice Sargentini, pela sua disponibilidade, compreensão, dedicação, paciência e, principalmente, por ter proporcionado um ambiente de orientação marcado pela leveza e, ao mesmo tempo, por reflexões profundas e profícuas, que certamente contribuíram para meu crescimento pessoal e profissional.

À profa. Dra. Luzmara Curcino e à profa. Dra. Mônica Signori, pela leitura cuidadosa e pelas sugestões importantes para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Ao amigos, Jocnilson, Marluza, Nicolle, Hulda, Érica e Lívia, com quem dividi os prazeres, as risadas e as dificuldades da trajetória acadêmica.

À minha irmã, Dayane, por ser meu refúgio e exemplo de vida.

À minha sobrinha, por alegrar as pausas da minha escrita, preenchendo-as com muito amor e música.

À família Danaila, pelo apoio e incentivo.

Aos amigos Rúbens, Joene, Lilian, Lucas, Izabelle e Rafael pelas caminhadas, risadas e longas conversas sobre nossos objetos de pesquisa.

Aos meus amigos do LABOR [Laboratório de Estudos do Discurso]/UFSCar, pelo companheirismo e pela amizade sincera.

À Fapesp, pelo financiamento desta pesquisa.

J'ai pour spectacle ce drame, l'écume insultant le rocher¹.

VICTOR HUGO.
Hauteville-House, 25 avril 1869.

¹ Tenho por espetáculo esse drama, a espuma insultando a rocha. (Tradução nossa).

RESUMO

Durante o período pré-eleitoral das eleições presidenciais no pleito de 2014, as notícias e os comentários acerca das campanhas políticas dos candidatos à presidência foram de que nelas se adotaram discursos agressivos, seja nos debates, nas redes sociais, nas campanhas televisivas, ou mesmo nos *sites* oficiais de campanha. Isso se deu tanto no primeiro turno quanto no segundo, entretanto, em um quadro de disputa mais acirrada pela sucessão presidencial, o período referente ao segundo turno, entre a presidente Dilma Rousseff (PT) e o ex-senador Aécio Neves (PSDB), foi marcado pelo confronto também dito ainda mais agressivo e acalorado. É importante ressaltar que estas notícias e comentários sobre a agressividade da referida campanha são também construções discursivas, apresentam uma impressão que atestam um aumento da agressividade, motivo pelo qual não podemos tomá-las como pressuposto e ponto de partida para análise. Porém, a constante reprodução de discursos que caracterizam a campanha de 2014 como agressiva, já constitui um indício pertinente para análise do que se compreendeu como insulto, agressão. Outras importantes questões que nos impulsionam a olhar para esta campanha é a própria mudança da organização dos debates televisivos – interlocução direta entre os candidatos, posicionados frente a frente - , a intensificação do uso das redes sociais, bem como dos *sites* oficiais dos candidatos, dentre outros aspectos que favoreceriam um possível aumento da agressividade ou a produção de uma maior visibilidade do dito agressivo. Tendo em vista as particularidades referentes à organização e funcionamento dos *médiuns* (debates, *sites*, redes sociais e *blogs*) nesta campanha, e a emergência de discursos que a caracterizam como agressiva, elegemos como objetivo deste trabalho a análise do discurso dito agressivo, buscando compreender sua formulação e materialização no discurso político, a qual pode se dar pelos recursos da ironia, da seleção temática, do dizer derrisório, do escracho, da gestualidade, do tom de fala, da alusão, dentre outros. O que seria o discurso agressivo, ácido, desrespeitoso? Como ele se materializa no discurso político? Orientados por essas perguntas de pesquisa e pelo arcabouço teórico da Análise do discurso de linha francesa, propomos a análise de fragmentos dos debates políticos televisivos, imagens que circularam nas redes sociais (Facebook, *Blogs*), bem como nos *sites* oficiais de campanha, no período pré-eleitoral, tendo o objetivo de compreender como se produz e circula o que, no Brasil, se denomina agressivo no discurso político na atualidade.

Palavras-chave: Agressividade; Discurso político; Campanha eleitoral de 2014; Análise do Discurso.

ABSTRACT

During the pre-election period of the presidential election in 2014, the news and commentaries about the political campaigns of the presidential candidates portrayed aggressive speeches in debates, on social media, in television campaigns, and even on official websites. This occurred both in the first round of the election and in the second, however, in a fierce dispute for winning the presidency, the second round between the President Dilma Rousseff (PT) and the former Senator Aécio Neves (PSDB) was marked by confrontation, characterized as aggressive and heated. It is important to emphasize that these news and comments about the aggressiveness of the campaign are also discursive constructions, present an impression that attest to an increase in aggressiveness, reason why we cannot consider them as a presupposition and a starting point for analysis. However, the constant reproduction of discourses that characterize the campaign of 2014 as aggressive, already constitutes a pertinent indicator for analysis of what was understood as insult, aggression. Other important issues that drive us to look at this campaign are the change in the organization of television debates - direct interaction between the candidates, positioned face to face -, the intensification of the use of social networks, as well as the candidates' official sites, among other aspects that would favour a possible increase of the aggressiveness or the production of a greater visibility of what is considered aggressive. Given the peculiarities of the organization and functioning of the mediums (debates, sites, social networks and blogs) in this campaign, and the emergence of discourses that characterize it as aggressive, we attempt to analyze the discourse said aggressive, trying to understand its formulation and materialization in the political discourse through the resources of irony, theme selection, derisive speech, swearing, gestures, tone of speech, allusion, among others. What would be the aggressive, bitter, disrespectful discourse? How does it materialize in political discourse? Guided by these research questions and based on the theory of French Discourse analysis, we propose the analysis of televised political debates, images that circulated in social networks (Facebook, Blogs), as well as on the official websites of the campaigns, during the pre-election period, with the goal of understanding, currently, the production and circulation of the discourse so-called aggressive in Brazil.

Key-words: Aggressiveness; Political discourse, Election Campaign of 2014; Discourse analysis.

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1	19
Definições e problematizações da agressividade sob diferentes perspectivas teóricas.....	19
1.1 Insulto: Definições e problematizações.....	20
1.2 Insulto no discurso político.....	22
1.3 Insulto: Formas de funcionamento e processos discursivos.....	26
1.3.1 Condições culturais e de reconhecimento.....	26
1.3.2 A arte do insulto: Condições argumentativas.....	31
1.3.3 O insulto sob a perspectiva discursiva.....	40
Capítulo 2	51
Funcionamento e análise.....	51
2.1 Debate.....	52
2.1.1 Produção de efeitos de agressividade por meio de acusações e ataques pessoais.....	54
2.1.2 Produção de efeitos de agressividade por meio de formas de repreensão do adversário e correção da fala do outro.....	65
2.1.3 Produção de efeitos de agressividade: Falar de si para desqualificar o outro.....	69
2.1.4 Produção de efeitos de agressividade por meio de insinuação ou alusão.....	70
2.2 Sites Oficiais.....	73
2.3 Redes sociais e <i>blogs</i>	78
2.3.1 Intolerância e agressividade descontrolada nas redes sociais.....	86
2.4 Graus e formas da agressividade verbal, imagética e gestual.....	88
Capítulo 3	96
As condições de emergência da agressividade nos diferentes <i>médiuns</i> : <i>graus e formas</i>	96

3.1 Redes sociais como confessionário virtual e/ou arena de lutas: a disputa dos sentidos de franqueza, agressividade e verdade no Facebook.....	96
3.2 Debates políticos televisivos: quando a agressividade é polida.....	108
3.3 <i>Sites</i> oficiais e a produção da agressividade programada e estratégica.....	114
Considerações Finais.....	120
Referências Bibliográficas.....	124

INTRODUÇÃO

*Sobre a injúria, haverá uma única lei para todos os casos. Ei-la: que ninguém, independentemente de quem quer que seja, cometa injúria. [...] Que ninguém, portanto, jamais pronuncie uma palavra dessa ordem num lugar consagrado aos concursos, na praça pública, no tribunal, enfim, em nenhum lugar de reunião.*²

A agressividade que permeia a fala pública, assim como suas interdições, é conhecida desde longa data na história humana. No excerto supracitado, o filósofo Platão apresenta categoricamente o que almejava encontrar numa arena pública no século XI: um espaço purificado de todo e qualquer insulto ou zombaria.

Apesar de os tempos serem outros, os insultos, obviamente, continuam a se perpetuar, e com eles os rituais e interdições que transformaram e transformarão os dizeres. Na era da internet, das redes sociais, da televisão, vive-se um paradoxo, ao mesmo tempo em que somos constantemente interpelados a nos expressar, estamos sujeitos a regras, a leis construídas pelos discursos do *politicamente correto*, aos rituais que modificam os gestos, as expressões, a fala, práticas estas que nos fazem compreender o que já disse Foucault, “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (1996, p. 21). Com base nos princípios discutidos por Pêcheux (1969, 1988), vê-se também que não se pode falar de qualquer modo, afinal a agressão não se manifesta apenas no que é dito, mas também no modo como se agencia o dizer.

A política, em relação a outros campos e cenários de interlocução, é caracterizada como arte da disputa, como prática agonística, a qual propicia o embate. A agressividade parece ocupar um lugar de destaque quando se trata do debate de ideias políticas, sobretudo em períodos de campanha eleitoral. Os programas de televisão, as mídias digitais tornam-se verdadeiras arenas, onde os gladiadores são os candidatos a algum cargo político, e a armadura, bem como as armas de ataque, materializam-se nas expressões faciais, no corpo e nas palavras.

² Lois, XI, p. 934e-935b apud MONTIGLIO, 2015, p. 30.

A violência³ existe no discurso político justamente pela presença do confronto de opiniões, projetos com objetivos variados, a luta pelo poder e a conquista de novas posições ou manutenção delas. Esse confronto pode ser mais ou menos agressivo dependendo do que concebemos como ‘agressividade’ de uma cultura a outra, ou mesmo de um tempo ao outro.

Os estudos sobre a agressividade no discurso são escassos no âmbito político – sobretudo os que se propõem a pensar a materialidade imagética e gestual - e, geralmente, inscrevem-se em teorias interacionistas, pragmáticas da linguagem, recorrendo a autores como Austin (1990), Brown e Levinson (1987), Goffman (2012), cujas reflexões são pioneiras não apenas nos trabalhos acerca dos dizeres agressivos, mas também nas discussões sobre a polidez. Os trabalhos de Kerbrat-Orecchioni (1980, 1992, 2013), por sua vez, inscritos numa abordagem discursiva, também são referências importantes para muitos trabalhos sobre a temática em questão.

Grande parte dos trabalhos que analisam a agressividade verbal, especialmente os estudos franceses, considera o insulto como um ato performativo, na esteira da teoria proposta por Austin (1990). Nessa perspectiva, não se trata de observar se o que foi dito é verdadeiro ou falso, mas se eles podem ser eficazes. O indivíduo faz alguma coisa ao insultar alguém, mesmo se o ato puder fracassar. Assim, o ato de insultar poderia atingir o objetivo ou fracassar dependendo da utilização do tom apropriado (ato ilocutório), da produção dos efeitos sobre o auditório, do ato fonético, fático e rético, da compreensão da significação – o destinatário pode não compreender a ironia ou subentendido -, do reconhecimento e da aceitabilidade – o insulto pode ser compreendido, porém não aceito, quando o destinatário aprende a não se “ferir” com a agressividade verbal.

Outros trabalhos que estudam a polidez ou a agressividade pautam-se frequentemente nos estudos de Goffman (1974), amparando-se, mais especificamente, na teoria das faces. Segundo o autor, “a face é uma imagem do eu delineada segundo determinados atributos sociais aprovados e, apesar disso, partilháveis, dado que, por exemplo, pode-se dar uma boa imagem da profissão que se exerce ou da confissão religiosa a que se pertence ao dar uma boa imagem de si próprio” (GOFFMAN 1974, p.9).

Brown e Levinson (1987), inspirados por Goffman, avançam nos estudos defendendo que os indivíduos possuem duas faces, uma positiva e outra negativa. A face positiva se refere

³ Empregaremos os termos “agressividade”, “violência verbal” e “insulto” como sinônimos, assim como fazem os especialistas na temática em questão.

à imagem valorizante de si, aquela que se protege de toda degradação, ao passo que a face negativa diz respeito à defesa do território pelo indivíduo, isto é, o território corporal, espacial e físico. Haveria, segundo os autores, atos que ameaçam a face positiva e negativa. A agressividade verbal, os insultos, as críticas são considerados atos que ameaçam a face negativa do interlocutor, os quais ameaçariam a liberdade de agir de um indivíduo.

Kerbrat-Orecchioni (1980, 1992, 2013), tomando um viés discursivo, e a partir de algumas reformulações dos postulados de Brown e Levinson (1987), considera as relações de “poder, hierarquia e dominação” (Kerbrat-Orecchioni, 2006, p. 69) nas interações, elencando conceitos importantes para a compreensão da cortesia nos estudos sobre conversação. A cortesia é definida pela autora como um conjunto de estratégias de proteção e, ao mesmo tempo, de valorização das imagens dos demais a fim de preservar “a ordem da interação”. (Idem, 2004, p. 45)

Essa ordem da interação – entendida como um domínio que se constitui por regras e normas que regulariam o uso da linguagem no contexto interacional -, de fato, influencia no modo como os dizeres são produzidos, mas há ainda uma outra dimensão importante a ser considerada: *a ordem do discurso*, a relação que esses discursos estabelecem com a história, com os discursos ditos e já “esquecidos”, porém retomados, trazendo consigo não apenas a materialidade escrita ou imagética, mas a historicidade ideológica que os permeiam e os constituem nesse complexo jogo de produção dos sentidos.

Desse modo, a Análise do discurso, particularmente nos estudos de Michel Foucault, oferecer-nos-á ferramentas que contribuirão com essa tradição de estudos sobre agressividade no campo político, sobretudo porque se propõe a compreender a constituição dos discursos, bem como as suas emergências, tendo em vista os rituais e coerções envolvidos na produção de seus efeitos.

No presente trabalho, procuraremos pensar a agressividade no discurso político sob uma perspectiva discursiva, considerando também as importantes contribuições dos estudos acima elencados, que são pioneiros na abordagem desta temática, de modo a compreender seus efeitos de sentido, sua formulação, constituição e circulação, na campanha eleitoral de 2014.

Esta campanha foi caracterizada como sendo extremamente agressiva por vários jornalistas e pesquisas realizadas ao longo da campanha. O *site* do jornal Folha de São Paulo⁴, por exemplo, veiculou, no dia 22 de outubro de 2014, uma notícia intitulada “71 % criticam

⁴ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1536236-71-criticam-agressividade-na-eleicao.shtml>

agressividade na eleição”, referindo-se a uma pesquisa feita pelo Datafolha, a qual constatou que 71 % dos eleitores entrevistados criticavam o conflito agressivo entre os candidatos na campanha política de 2014.

O *site* do jornal Estadão⁵ veiculou no dia 26 de outubro de 2014 a notícia intitulada “Dilma e Aécio votam e trocam críticas sobre agressões na campanha”, na seção Política Eleições, mostrando que o PT atribuía a agressividade ao PSDB, e esse atribuía as agressões à campanha Petista. Nessa reportagem, Dilma critica a campanha de Aécio dizendo que a mesma valeu-se de “tratamentos indevidos”, e o tucano, por sua vez, qualifica a campanha do PT como ‘terrorista’.

Tal disputa foi considerada em várias notícias como sendo uma campanha calcada na intolerância de gênero, intolerância política, intolerância racial, recorrendo a discursos ditos corrosivos e preconceituosos contra a mulher, o nordestino, os pobres, os ricos, dentre outros.

É importante ressaltar que estas notícias, também entendidas como construções discursivas, apresentam uma leitura, uma impressão sobre o que seria agressivo. O que existe são vontades de verdade (Foucault, 1996) de que o discurso é agressivo, mesmo porque o que é compreendido como ‘agressividade’ em uma época ou em uma dada cultura pode não o ser em outra.

Entretanto, a constante reprodução de discursos que caracterizariam a campanha de 2014 como agressiva, já constitui um indício pertinente para análise do que se compreendeu como insulto, agressão. Outras importantes questões que nos impulsionam olhar para a campanha de 2014 é a própria mudança da arquitetura e das regras dos debates televisivos – as quais passam, por exemplo, a permitir que os candidatos façam perguntas diretas posicionados frente a frente - , a intensificação do uso das redes sociais, bem como dos *sites* oficiais dos candidatos, dentre outros aspectos que favoreceriam um possível aumento da agressividade ou a produção de uma maior visibilidade do dito agressivo.

Podemos observar que, ao longo dos anos, o debate de propostas foi dando lugar a discussões que priorizam questões pessoais, as relações intersubjetivas. Na medida em que se foi polarizando a política, tem-se a impressão de que as propostas, os partidos, foram perdendo suas especificidades, possibilitando a produção de uma agressividade cada vez mais acentuada, uma vez que se perde de vista o debate de propostas e prioriza-se o personalismo.

Ao observarmos campanhas políticas anteriores, notamos que há momentos em que a agressividade se torna preponderante, e outros em que o corpo político parece ser docilizado.

⁵ <http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,dilma-e-aecio-votam-e-trocam-criticas-sobregressoes-na-campanha,1583067>

Esse processo de docilização do corpo marcou a campanha política do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, nas eleições presidenciais de 2002 (SARGENTINI, 2011). Enquanto nas eleições do ano de 1998 a postura de Lula construía efeitos de agressividade, em 2002, houve uma mudança de estratégia com a contratação do marqueteiro Duda Mendonça, que contribuiu para a construção de um corpo político mais docilizado. O enfrentamento daria lugar à pacificação. Segundo Santos (2009), “ao corpo de Lula é atribuído um movimento radical e agressivo de docilização nas campanhas políticas de 2002”.

Com isso, vemos que a ideia de agressividade é, de fato, uma construção histórica, cultural, logo, discursiva, pois, no caso de Lula, por exemplo, a agressividade que se atribuía a ele estava relacionada com o dizer franco, duro, crítico e com uma postura e tons proletários, populares. A docilização sofrida foi, na verdade, uma adequação ao comportamento e estilo burguês, de classe média, com apagamento dos traços populares. Ser e se comportar como o “pobre” pode ser visto como uma agressão aos olhos e ouvidos da classe média.

Diferentemente ao que ocorreu nessa eleição de 2002, em 2014, o efeito de agressividade ganha força nas redes sociais, nos *sites*, nas campanhas televisivas e debates. A tal agressividade foi produzida no interior da mídia, nos discursos produzidos nas redes sociais, os quais também foram replicados nos debates.

A expressão da agressão não se deu apenas no discurso verbal, mas também pelos gestos, expressões faciais, imagens, vídeos, dentre outros. Para analisar as várias materialidades que compõem o *corpus* deste trabalho e compreender como se constrói o discurso dito agressivo e as formas de difundi-lo em diferentes suportes, lançaremos mão dos aportes teórico-metodológicos da Análise do discurso⁶ de linha francesa e na relação que estabelecem com os estudos sobre a Semiologia Histórica no Brasil (SARGENTINI, CURCINO, PIOVEZANI, 2011), além dos recentes trabalhos sobre agressividade no discurso verbal na França, embasando-nos nas reflexões feitas por Évelyne Larguèche (2011), Burke e Porter (1997), Bouchet (2005), Chassin (2005), Amossy (2014), Claudine Moïse (2012).

Propomos a análise de fragmentos de debates políticos televisivos, imagens que circularam nas redes sociais e em *blogs*, bem como nos *sites* oficiais, durante o período pré-eleitoral das eleições presidenciais no pleito de 2014, com o objetivo de compreender a formulação e materialização do discurso agressivo, ácido, na esfera política, o qual pode se

⁶ Os autores basilares dessa perspectiva são Michel Pêcheux, Michel Foucault e Courtine.

dar pelos recursos da ironia, da seleção temática, do dizer derrisório, do escracho, da gestualidade, do tom de fala, dentre outros.

Nas redes sociais e *blogs*, procuramos estabelecer como *corpus*, imagens que circularam com recorrência em vários perfis, que produziram polêmica e foram citadas, retomadas, em outros *médiuns*, alimentando, de certa forma, as temáticas dos debates televisivos, por exemplo. Nos *sites* oficiais, por sua vez, escolhemos duas imagens que se tornaram notícia⁷ dado os efeitos de agressividade produzidos a partir delas. Com relação aos debates, priorizamos a análise de trechos em que ocorreram manifestações do auditório (vaias, risadas, etc.).

Estudar a constituição dos efeitos de agressividade nestes diferentes *médiuns* dar-nos-á resultados mais abrangentes quanto aos tipos de constituição e circulação desses discursos, podendo comprovar nossa hipótese de que tais efeitos apresentariam gradações e seriam constituídos de modos distintos, transformados pelas condições de produção.

Neste trabalho, não trataremos da agressividade enquanto ‘dinamismo’, ‘com garra’, ‘força’ ou ‘vigor’ empregados para desempenhar determinadas tarefas, tampouco da agressão física. Debruçar-nos-emos nas questões relativas aos efeitos de agressividade, enquanto insulto, produzidos nos discursos políticos, por meio do entrelaçamento da materialidade linguística e histórica (Pêcheux, 1997).

Para tanto, delineamos os seguintes objetivos gerais:

- Compreender como se formula e circula o discurso dito agressivo, e o que se denomina como ‘agressividade’ no discurso político na atualidade, mais especificamente na campanha eleitoral de 2014.

Objetivos específicos:

- Analisar, em seus diferentes níveis, os lugares e as formas de ocorrência da agressividade no discurso político, observando quais os efeitos de sentido produzidos;

- Buscar compreender a relação entre agressividade e intolerância na política, no tocante aos preconceitos geográficos, profissionais, de classe social, dentre outros.

- Problematizar as questões relacionadas à agressividade verbal, imagética e gestual, tratando de suas diferentes abordagens e definições, de modo a evidenciar os principais elementos que as constituem.

⁷ <http://oglobo.globo.com/brasil/campanha-tem-fogo-cruzado-tambem-nos-sites-oficiais-14288844>

A dissertação foi estruturada em três capítulos. O primeiro tratará das definições e problematizações do insulto, evidenciando discussões acerca dos efeitos de agressividade no discurso político, e suas formas de funcionamento que envolvem, a saber: as condições culturais e de reconhecimento, as condições argumentativas e a perspectiva discursiva.

Sobre as condições culturais e de reconhecimento, recorreremos às discussões feitas por Évelyne Larguèche (2011), Burke e Porter (1997), Bouchet (2005), Chassin (2005), para aprofundarmos nossa compreensão acerca da relação entre cultura e reconhecimento na constituição do insulto.

No tocante às condições argumentativas, mobilizaremos as reflexões de Amossy (2014) e Moïse (2012), de modo a entendermos como a argumentação colabora para a construção de uma agressividade mais estratégica e amenizada. Ademais, os estudos de Amossy (2014) oferecer-nos-ão ferramentas e parâmetros para a categorização e sistematização dos tipos de insulto.

Em sequência, trataremos do insulto sob a perspectiva discursiva, recorrendo aos autores basilares da Análise do discurso de linha francesa, a saber: Michel Pêcheux (1983, 1990, 1997), Michel Foucault (1975, 1996, 2004) e Courtine (2003, 2006, 2009, 2011).

Os trabalhos de Piovezani (2009), assim como os estudos de Madureira (1996), também serão abordados nesta seção, uma vez que fornecem ferramentas teóricas importantes para a análise da voz, numa perspectiva discursiva. Consideraremos, quando necessário, os padrões de falas estabelecidos por Madureira (1996), os quais se configurariam pelo emprego da voz, a saber: a fala enfática se dá por meio da articulação vigorosa do aparelho fonador, produz-se reforço ao que está sendo dito, ênfase, conferindo efeitos de sentido de autoridade; a fala tensa, por sua vez, é produzida pela voz relaxada, movimentos vocais brandos e, comumente, pela ausência de ditongos; e a fala dramática, cujas principais características são o volume alto de voz e longas pausas. Tais instrumentos de análise, associados à perspectiva discursiva, contribuirão para a compreensão da constituição do discurso dito agressivo.

No segundo capítulo, apresentaremos as análises de trechos de debates televisivos, de imagens e fotomontagens que circularam nos *sites* oficiais dos candidatos, em redes sociais e *blogs* não oficiais, ressaltando as particularidades do funcionamento do insulto nestes *médiuns*.

O capítulo será constituído por quatro itens, sendo eles: “Debate”, “*Sites* Oficiais”, “Redes sociais e *blogs*”, e “Graus e formas da agressividade verbal, imagética e gestual”.

Nesse último item, ampliaremos os parâmetros propostos por Amossy (2014) acerca das categorias do insulto, evidenciando outras formas que podem materializar e constituir os efeitos agressivos, bem como os níveis e nuances que adquirem em diferentes *médiuns*.

O terceiro capítulo tratará das condições de emergência da agressividade nas redes sociais, nos debates e nos *sites* oficiais, ressaltando elementos que propiciariam os diferentes níveis e formas do dizer agressivo, dado a particularidade do funcionamento e das distintas ferramentas oferecidas por tais *médiuns*. Três itens comporá o capítulo, são eles: “Redes sociais como confessionário virtual e/ou arena de lutas: a disputa dos sentidos de franqueza, agressividade e verdade no Facebook”, “Debates políticos televisivos: quando a agressividade é polida” e “*Sites* oficiais e a produção da agressividade programada e estratégica”.

A discussão sobre a Parresia – no sentido foucaultiano - permeará esses três itens, afinal constrói-se uma vontade de verdade de que a agressividade e a intolerância é sempre característica do outro. Seja nos debates, nas redes sociais ou nos *sites* oficiais, há relações de poder e lutas pela detenção e defesa da Verdade, a qual produz, muitas vezes, efeitos agressivos sob a justificativa da necessidade de posicionar-se, ser corajoso para dizer a verdade, ou ser franco.

Desse modo, o terceiro e último capítulo focará as questões discursivas, com o objetivo de melhor compreendermos a emergência de determinados graus e formas da agressividade em relação aos *médiuns*, gêneros, atores e objetivos envolvidos.

CAPÍTULO I

Definições e problematizações da agressividade sob diferentes perspectivas teóricas

Neste capítulo, abordaremos o conceito de insulto na perspectiva de historiadores, antropólogos, linguistas, cientistas políticos e analistas do discurso, com o objetivo de compreender as várias facetas deste objeto simbólico, que podem ser apreendidas por meio de análises do léxico, do co-texto (relações interfrásticas), da argumentação, do contexto situacional e dos processos discursivos.

Nesta dissertação, não conceberemos a organização da língua em níveis isolados, mas em conjunto, interligados, levando em consideração suas relações de proximidade e distanciamento. Mesmo porque, o discurso, como já atestou Pêcheux (1971) e Possenti (2002), não é uma camada ou o prolongamento dos níveis “inferiores”, tampouco o coroamento ou a solução para as limitações da linguística.

Buscaremos compreender a noção de discurso enquanto efeito de sentido, uma ideologia, uma posição, que encontra recurso expressivo na língua, em um gesto ou em uma imagem. O léxico, o modo de seleção e organização da estrutura sintática, os argumentos mobilizados na *materialidade linguageira* (AMOSSY, 2007), o contexto situacional constituem o discurso, participando de seu funcionamento de forma global. Por meio deles, pode-se apreender organizações ideológicas, composições e condições de produção específicas.

1.1 Insulto: definições e problematizações

*Bandido é Vossa Excelência e safado é Vossa Excelência! Me respeite*⁸!

Sabe-se que a história da humanidade apresenta descrições e relatos de diversos atos considerados injuriosos e agressivos. A agressão, tão antiga quanto o ser humano, atualmente é discutida sob a perspectiva de muitos campos do saber, como a teologia, sociologia, linguística, psicologia, psicanálise, história, biologia, filosofia, dentre outros.

Para alguns sociólogos, como é o caso de Évelyne Larguèche (2015), por exemplo, o insulto deve ser entendido em relação ao contexto em que é proferido, levando em consideração tudo aquilo que compartilham aqueles que pertencem a uma mesma sociedade, uma classe social, uma cultura. Nessa perspectiva, o insulto seria o desrespeito a normas ou leis, um modo de refutar certos valores de uma sociedade. Como as leis, as normas, os valores ideológicos variam e se modificam ao longo dos anos e em diferentes culturas, algo dito ofensivo em determinados lugares e contextos, pode não o ser em outros.

Enquanto a socióloga Évelyne Larguèche e historiadores, como Bouchet (2005) Chassin (2005), Meisel (2005), Verdo (2005), primam pelas questões culturais que constituem o insulto, alguns filósofos adeptos do estoicismo, sobretudo pautados nos estudos de Sêneca (1962), por sua vez, focalizam a recepção do mesmo, sustentando que o insulto dependeria particularmente do destinatário sentir ou não que foi insultado. A sensibilidade ao insulto revelaria a mediocridade da alma, ao passo que a capacidade de não se deixar ferir por ele seria atributo dos sábios.

Outros estudos, como os que se ancoram na filosofia da linguagem, mais especificamente, os que se vinculam à teoria dos “atos de fala” proposta por Austin (1990), compreendem o insulto como um ato performativo, isto é, há uma ação ao insultar alguém, mesmo que este ato possa fracassar. Já, para a psicanálise, sob a perspectiva freudiana (1930, 1984), a agressão verbal estaria mais relacionada a conflitos internos não resolvidos, sendo uma conversão “sublimante” e “civilizadora” da pulsão agressiva em produção verbal. O significante funcionaria como uma espécie de extensão simbólica da mão que golpeia ou da flecha que fere. Dada a característica multifacetada e complexa deste objeto simbólico, tentou-se até mesmo construir um dicionário do insulto no Brasil. Altair Aranha (2002)

⁸ Frase proferida pelo líder do partido dos Democratas, Ronaldo Caiado, endereçada ao ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga (PMDB), durante um intenso debate em 29 de outubro de 2015, em audiência pública na Comissão Mista de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional.

construiu o chamado “Dicionário Brasileiro de insultos”, um trabalho que reúne três mil verbetes ditos “potencialmente ofensivos”, provenientes de todas as regiões do país.

No que tange às definições, procuramos os significados da palavra agressão verbal e insulto em alguns dicionários convencionais. Elencamos as seguintes informações: no dicionário Aurélio, a palavra “agressão” tem sua origem do latim *aggressionem*, e significa disposição para o encadeamento de condutas hostis e destrutivas (FERREIRA, 1999). A agressividade é compreendida como “*disposição para agredir, dinamismo; atividade; energia; força; disposição para o desencadeamento de condutas hostis, destrutivas, fixadas e alimentadas pelo acúmulo de experiências frustradas*”. As definições de agressividade, por vezes, se sobrepõem e se confundem com as definições de “injúria” e “insulto”, como podemos observar nos exemplos a seguir: Injúria: “*Ato ou dito insultuoso, ofensivo*”, “*violação do direito de outrem*”; Insulto: “*Palavra, gesto ou atitude ofensiva, desrespeitosa; OFENSA.*” (AULETE, 2004).

Nos estudos brasileiros referentes à temática em questão, o termo ‘agressividade’, enquanto injúria, parece ser utilizado com maior frequência – como é o caso de “agressividade verbal” – enquanto nos estudos franceses citados neste trabalho, opta-se, com recorrência, pelo termo ‘insulto’.

É importante ressaltar que as palavras ‘agressividade’ e ‘insulto’, tanto na França como no Brasil, apresentam sentidos semelhantes. A agressividade pode ser física e verbal, ao passo que o insulto estaria mais relacionado à materialidade verbal e visual.

Ora visto como *flecha que fere, arma que mata* (BRAVO, 2015, p. 92) ora como desrespeito a leis, insubmissão a códigos, ou entendido como ato performativo, ao insulto são apresentadas diferentes definições e formas de compreendê-lo, visto que cada teoria dispõe de objetivos e ferramentas teórico-metodológicas distintas para a compreensão deste complexo objeto simbólico, que se sustenta, segundo o linguista Frederico Bravo (2015),

[...] numa posição de articulação entre a fala e o grito, entre a intrusão e a sublimação, entre resistência defensiva e pulsão destrutiva, entre corpos e códigos, estereotipia e invenção, contato aproximado e evitado, entre o assassinato e a absolvição, fuga e provocação, fidelidade ao código e insubmissão. Atravessado de movimentos contraditórios, de tensões dialéticas e de ambiguidades, o insulto é o teatro de forças opostas. Marcado pelo selo do paradoxo, o insulto nos escapa por onde, justamente, ele funciona: portador de uma violência que pode ser devastadora,

ele representa, na ordem da fala, uma alternativa à violência em sua expressão sublimada. (2015, p. 92) (Tradução nossa⁹).

O insulto, presente nas mais diversas esferas das relações humanas, é também constituinte dos discursos construídos no âmbito político. Nas páginas seguintes, procuraremos tratar especificamente do insulto na esfera política, dialogando com autores que discutem a referida temática.

1.2 Insulto no discurso político

Com relação à temática da agressividade e do insulto no discurso político, levaremos em consideração algumas discussões e reflexões feitas por historiadores, como Peter Gay (1993), Bouchet (2005), Chassin (2005), Meisel (2005), Verdo (2005), analistas do discurso, como Dominique Desmarchelier (2003), Amossy (2014) Laurence Rosier (2007) e Oger (2012), e do cientista político Bacot (2007), os quais apresentam algumas definições e problematizações da violência verbal de modo geral e no âmbito político.

Como referido anteriormente, a violência apresenta formas distintas, podendo ser física, verbal, psicológica, etc. Sobre a relação entre a violência física e verbal, Desmarchelier, em seu artigo “Les mots de la violence, la violence des mots dans le discours politique français contemporain”¹⁰ – analisa a violência verbal nos debates políticos franceses – define ‘violência’ como sendo um abuso de força para obrigar alguém a fazer alguma coisa. O autor reitera que a palavra “violência” apesar de ser frequentemente empregada para designar uma ação física, está também intimamente ligada ao discurso verbal. Embora se estabeleça uma relação próxima entre físico e verbal, Oger (2003) destaca que a análise do discurso convida a considerar com prudência a valorização da violência verbal, apresentada por vezes como substituta da violência física. A morte simbólica do adversário no processo linguístico (Oger, 2003), por exemplo, constitui os índices de uma relação – simbólica – entre

⁹ “[...] dans une position charnière entre la parole et le cris, entre effraction et sublimation, entre résistance défensive et pulsion destructive, entre corps et code, stéréotypie et invention, contact rapproché et évitement, entre meurtre et absolution, fuite et provocation, allégeance au code et insoumission. Traversée de mouvements contradictoires, de tensions dialectiques et d’ambiguïtés, l’insulte est le théâtre de forces de signe opposé. Marquée du sceau du paradoxe, l’insulte nous échappe par où, justement, elle fonctionne : porteuse d’une violence qui peut être dévastatrice, elle n’en représente pas moins, dans l’ordre de la parole, une alternative à la violence dont elle se veut pourtant l’expression sublimée.” (BRAVO, 2015)

¹⁰ As palavras da violência, a violência das palavras no discurso político francês contemporâneo [tradução nossa]

violência verbal e violência física. A autora cita, no caso das mulheres, a humilhação traumática do insulto misógino comparada àquela do estupro (Oger, 2006).

A característica simbólica do insulto também é tratada pelos estudiosos Bacot (2007) e Bravo (2015), os quais recorrem à definição em latim da palavra, atestando que a mesma provém do latim *insultare*, e significaria “saltar em cima”, “saltar sobre alguém” para provocar ao mesmo tempo sua queda e sua extinção, esta que, destituindo seu status de humano, o faria descer abaixo da escala dos seres, transformando-o em coisa para o reduzir ao silêncio (pois os objetos não falam) e depois, finalmente, a nada. O insulto, nessa perspectiva, se daria por meio de uma agressão verbal, certas mímicas, gestos, atitudes, um silêncio ou uma indiferença desdenhosa.

De modo semelhante a esses autores, Bouchet (2005) acrescenta que o insulto pode ter as seguintes características: “ao mesmo tempo imediato e mediatizado; instantâneo e inscrito num tempo mais longo; verbal e gestual e escrito, ele é fixo, mas também fluido, flexível, mutável”¹¹ (Bouchet, 2005, p. 9).

De acordo com o historiador, o insulto está em geral limitado às margens dos estudos sobre a política. O autor questiona a escassez de tais estudos no âmbito político¹², sobretudo os que apresentam uma perspectiva histórica, justificando a dificuldade em caracterizar os fatos da língua. Nas palavras de Bouchet, “A raridade dos estudos sobre os insultos em perspectiva histórica se deve também à razão de que esses fatos de língua são mais difíceis de caracterizar, do que poderíamos imaginar à primeira vista”¹³ (Bouchet, 2005, p. 8).

O insulto em política não passa unicamente pelas palavras. Localizá-lo, portanto, é atentar não só para sua ocorrência, mas também para os lugares em que ele é proferido, nas ruas, nas assembleias, nos bares e nos restaurantes, etc. É examinar também de que maneira o material verbal é agenciado. Para exemplificar, o autor cita as palavras ‘Ruraux’¹⁴ (Annie Bleton-Ruget) ou ‘Prussiens’¹⁵ (Laurent Dornel), evidenciando que elas não são ofensivas por

¹¹ “[...] à la fois immédiate et médiatisée, instantanée ou inscrite dans des temps plus long, verbale et gestuelle et écrite, elle est fixée mais aussi fluide, souple, changeante” (Bouchet, 2005, p. 9).

¹² “Comment expliquer pourtant qu’elles restent en general cantonnées aux marges des études sur le politique?” (Bouchet, 2005, p. 8).

¹³ “La rareté des études qui portent sur les insultes vues dans une perspective historique tient aussi à ce que ces faits de langues son moins faciles à caractériser qu’on ne pourrait imaginer de prime abord.” (Bouchet, 2005, p. 8).

¹⁴ A palavra “ruraux” é traduzida por “Rurais” e foi analisada por Annie Bleton-Ruget, no artigo « À bas les ruraux », polémique et politique autour de la représentation nationale en France (février 1871 -juillet 1871).

¹⁵ A palavra “prussiens” é traduzida em português por “prussiano”. Tal adjetivo foi analisado por Laurent Dornel no artigo L’insulte xénophobe en France au XIXe siècle, o qual revela que o termo foi considerado grosseiro e vulgar.

Disponível em: https://www.academia.edu/5832428/L_insulte_x%C3%A9nophobe_en_France_au_XIXe_si%C3%A8cle.

definição. Tais adjetivos só fariam sentido no interior do sistema da língua e dentro de um conjunto de contextos. O autor afirma que “Palavras e expressões agressivas têm de fato uma história. Elas conhecem variações. Contêm vozes. Os gestos os acompanham [...]”¹⁶ (Bouchet, 2005, p. 83).

O insulto, desse modo, pode tomar forma de um gesto, de uma notícia, de uma caricatura, podendo se configurar como práticas de estigmatização do outro por meio de referências a origens geográficas, características sociais, religiosas e morais. Tais práticas são denominadas por Rosier (2006) como “representações estereotipadas”. Elas são quase sempre vetores da discriminação, do racismo, do sexismo. Confere-se ao insultado características animais, sexuais, físicas, escatológicas. Bouchet (2005) e Rosier (2006), portanto, consideram o insulto como estigmatizante, ou resultante de estigmas.

Tanto Bouchet (2005) como Oger (2012) atestam a dificuldade de se elaborar um léxico do insulto, visto que toda palavra pode se constituir como agressiva se inscrita dentro de um contexto favorável. Traçar uma fronteira nítida entre o que é respeitoso e o que “pertence” ao registro da violência verbal é, de fato, algo complexo. As expressões do rosto, os enunciados, as questões políticas do momento consolidam esse processo.

Claire Oger afirma que “Ultimamente, a agressão verbal está associada às situações de rivalidade e competições políticas, como as campanhas eleitorais”¹⁷ (Oger, 2012, p. 5). De modo semelhante, Chassin (2005) assevera que o insulto está particularmente presente nos episódios de forte tensão. Segundo alguns linguistas, como é o caso de Laurence Rosier, há lugares que favorecem a prática do insulto. Bacot (2007), em sua releitura sobre a obra *Petit traité de l’insulte* de Rosier, considera que a “internet, como os vestiários de estádios ou centros recreativos, fornecem grande espaço à prática do insulto. [...] O insulto é o produto de uma competência largamente compartilhada”¹⁸ (2007, p. 116) [tradução nossa].

Veremos, em nossas análises, como o espaço do debate televisivo, das redes sociais e dos *sites* favorecem, cada um a seu modo, o agenciamento do insulto configurando episódios de forte tensão.

Rosier (2007, apud Bacot, 2007) insistirá no fato de que há palavras que são consideradas agressivas, mas que em determinados contextos deixam de ser, e há palavras que

¹⁶“Mots et expressions insultants ont en effet une histoire. Ils connaissent des variations. Des voix les portent. Des gestes les accompagnent [...]”

¹⁷“Plus simplement et plus couramment, l’agression verbale est associée aux situations de rivalité et de compétition politiques, comme les campagnes électorales”.

¹⁸ “[...] Internet, comme les vestiaires des stades ou les cours de récréation, fournit de larges espaces à la pratique de l’insulte . [...] L’insulte est le produit d’une compétence largement partagée [...]”.

não são, a priori, ofensivas, mas podem produzir efeitos agressivos em outras situações. Rosier igualmente associa o insulto à discriminação, estigmatização, racismo, sexismo, etc.

O dito ofensivo também pode estar associado ao humor. Peter Gay (1993), estudioso americano conhecido por seus trabalhos sobre Freud, trata da agressividade na sociedade vitoriana. Em consonância com estes estudos, Meisel (2005) elenca como característica desta época a ênfase dada à polidez, à cortesia pública, ressaltando que o humor se tornou um meio crucial de troca política polêmica. Peter Gay (1993) afirma que a ideia de que o “humor é uma forma de agressão, ou ao menos um de seus substitutos, tem uma história mais longa, mas a conexão entre os dois se tornou mais forte no século XIX”¹⁹ (GAY, 1993, p. 27) (tradução nossa).

Nessa perspectiva, o humor associado à agressividade foi compreendido como um meio eficaz para transcender as interdições formais que continham palavras ditas “quentes”. Meisel (2005) qualifica o insulto como sendo a contraparte da demonstração pública da estima.

Onde e como se configurariam esses discursos ditos agressivos? Segundo Verdo (2005), examinar os lugares de insulto é colocar a seguinte questão: qual o papel do lugar na definição de insulto, até onde vai o insulto? Qual espaço ele ocupa realmente? Quais lugares de poder ele visa?

Algumas questões que se colocaram a Bouchet (2010) em seu livro “Noms d’oiseaux”, no que se refere à agressividade no discurso político, também nos são pertinentes, são elas: Com o quê se procura atingir o adversário? Com sua aparência física? O que difere quando o discurso dito agressivo se dirige a uma mulher ou a um homem? O insulto estaria relacionado a suas orientações morais, religiosas, as suas aptidões intelectuais? E sobre os insultos xenófobos, sexistas, misóginos? Ocorre uma animalização do adversário? Se o vocabulário dito agressivo é extensível ao infinito ou quase, alguns termos são mais empregados que outros. Quais seriam esses termos?

Nesta dissertação, trataremos, portanto, do léxico empregado, do contexto, das relações frasais, do contexto, da situação, observando como se dá o funcionamento do insulto no discurso político em relação às condições históricas, socioculturais, de reconhecimento, argumentativas e discursivas que o constituem, em diferentes suportes midiáticos.

¹⁹ “L’idée que humour est une forme de l’agression, ou du moins un de ses substituts, a une histoire plus longue, mais la connexion entre les deux devint plus forte au XIX siècle”.

1.3 Insulto: formas de funcionamento e processos discursivos

Abordaremos, a seguir, alguns elementos que fazem parte da constituição do insulto, sendo eles: condições culturais e de reconhecimento; a arte do insulto e suas condições argumentativas; e o insulto sob a perspectiva discursiva.

O primeiro subitem trata da relação entre insulto e cultura, enfatizando o impacto das questões sociais, culturais, e até mesmo econômicas para a constituição dos efeitos agressivos do discurso verbal e também gestual, de modo que um insulto pode ser considerado como tal em determinadas culturas e não o ser em outras, aspecto também relacionado ao seu reconhecimento como tal. Para um maior aprofundamento dessas questões, traremos para discussão as pesquisas dos seguintes autores: Évelyne Larguèche (2011), e Porter (1997), Bouchet (2005) e Chassin (2005).

Já o segundo subitem focará as condições argumentativas que constituem o insulto, dialogando com autores como Amossy (2014), que nos oferece parâmetros que auxiliarão nossas análises para a classificação e compreensão da violência verbal, bem como os estudos de Moïse (2012), os quais corroboram a afirmação de que alguns modos de argumentação produzem efeitos de uma agressividade mais sutil, branda.

O terceiro subitem tratará do insulto sob a perspectiva discursiva, enquanto discurso que se materializa – sob determinações históricas - nas construções sintáticas, no léxico utilizado, nos argumentos mobilizados, nos recursos constituintes da materialidade imagética, os quais revelariam os posicionamentos dos sujeitos e produziriam efeitos de agressividade. Tais discussões serão realizadas a partir dos estudos de Pêcheux (1983, 1990, 1997), Foucault (1975, 1996, 2004), e sobretudo sobre a articulação dos estudos destes dois autores feita por Courtine (2003, 2006, 2009, 2011).

1.3.1 Condições culturais e de Reconhecimento

Para melhor compreendermos a relação entre condição cultural e insulto, lançaremos mão de algumas reflexões feitas por Évelyne Larguèche (2011), Burke e Porter (1997), Bouchet (2005), Chassin (2005), os quais asseguram que as condições culturais apresentam um papel fundamental para o estudo do insulto enquanto produto das relações sociais.

Debruçar-nos-emos com maior profundidade nos estudos apresentados no livro “História social da linguagem”, cujos autores Burke e Porter apresentam importantes considerações sobre o impacto das questões sociais, culturais e econômicas para a constituição do insulto.

Para a socióloga Évelyne Languèche (2011), o insulto deve ser compreendido em relação ao contexto, considerando tudo aquilo que compartilham aqueles que pertencem a uma mesma sociedade, uma classe social, uma cultura. A autora defende que “certas fórmulas injuriosas poderão ser mais chocantes ou insignificantes em determinados contextos”²⁰. (LARGUÈCHE, 2011, p. 23) (tradução nossa). Nessa perspectiva, o insulto seria o desrespeito a normas ou leis, um modo de refutar certos valores de uma sociedade.

O historiador Bouchet (2005), assim como Languèche (2011), compreende que o insulto em política não passa unicamente pelas palavras e para localizá-lo é necessário considerar o contexto em que foi produzido.

Nesta mesma direção, Burke e Porter (1997, p. 122) afirmam que “em qualquer cultura existem muitas palavras e imputações que são potencialmente insultuosas – na verdade, quase toda expressão o é -, mas elas de fato só passam a ter essa característica quando usadas de uma forma específica”, em determinados lugares e situações.

A pesquisadora Chassin, que desenvolveu trabalhos acerca do insulto político no começo do século XIX no Peru, corrobora a asserção de que “O insulto se nutre de seu contexto” (Chassin, 2005, p. 17).

Os historiadores Burke e Porter (1997) entendem que, além das condições socioculturais, deve se considerar igualmente a identidade dos falantes, bem como as relações existentes entre eles. Alguns *epítetos jocosos*, por exemplo, quando ditos entre amigos, podem perder o significado literal, tornando-se inofensivos.

Há muitos elementos que podem variar de acordo com a cultura e a situação de comunicação, e devem ser considerados na análise do insulto: dizer em particular ou em público, em tom jocoso ou sério, com raiva, articuladas em voz baixa ou alta. Desse modo, os autores elencam a problemática imposta pelas inúmeras variáveis que entram em jogo, com o intuito de analisar o código dos insultos em Paris, no século XVIII e as determinações culturais do mesmo.

²⁰ « Certaines formules injurieuses pourront avoir une portée beaucoup plus choquante ou au contraire être insignifiantes pour tel milieu »

Tais estudos constataram que os insultos mais recorrentes que se endereçavam às mulheres na Paris do século XVIII eram adjetivos de cunho sexual, temas de *promiscuidade sexual, prostituição e doenças venéreas*. Os insultos que eram frequentemente dirigidos aos homens estavam vinculados a *tipos de desonestidade e atividade criminosa* (Ex. ladrão, falido, mau pagador). Além disso, são elencados exemplos de insultos relacionados às origens geográficas.

Segue abaixo algumas amostras de insultos coletados pelos referidos autores em dois bairros franceses, em 1752:

Tabela 1 – Amostra de insultos coletados para os bairros de Grève e Faubourg St. Antoine, 1752

	Grève	Faubourg	Total
<i>Sexual</i>			
Prostituta (<i>putain, raccrocheuse</i> etc.)	22	25	47
Amásia (<i>femme entretenue</i>)	1	1	2
Teve filho ilegítimo	1		1
Tem doença venérea	1	2	3
Adúltera	1		1
Seguida por soldados	1		1
	<hr/> 27	<hr/> 28	<hr/> 55
<i>Desonestidade nos negócios</i>			
Bancarota	2	2	4
Faz recibos de dívida falsos	1		1
Usa recibos falsos	1		1
Não paga dívidas	1		1
	<hr/> 5	<hr/> 2	<hr/> 7

Os historiadores explicam que algumas temáticas de insulto eram mais frequentes, pois estavam relacionadas a alguns medos e obsessões da população parisiense. O roubo, por exemplo, era algo de extrema preocupação, visto que não havia bancos para guardar grandes somas de dinheiro, e estes, guardados em colchões ou cômodas, podiam ser facilmente roubados, dada a fragilidade das fechaduras, dentre outras precariedades que dificultavam a proteção e segurança dos moradores. Havia, também, pouca segurança nos negócios, uma vez que a maioria dos contratos era feita verbalmente.

Outro medo que assombrava Paris referia-se aos *vagabundos e bandoleiros*. Elencam-se alguns exemplos de insultos que eram dirigidos aos homens, como “*rôdeur de nuit*” (aquele

que espreita à noite), “Fripon” (velhaco) e às mulheres, como “putain”, “coureuse” (trapaceira, vagabunda). A diferença dos insultos dirigidos aos homens e às mulheres estava relacionada aos diferentes papéis sociais desempenhados. Com relação ao sexo masculino, os insultos mais comuns estavam vinculados à desonestidade profissional (uma possível justificativa é que a atividade do comércio era prioritariamente feita por homens), às atividades criminosas, às prisões por crimes. Já, ao sexo feminino, os insultos associavam-se a pequenos furtos, a desvio sexual, dentre outros. Os autores reiteram que havia, de fato, uma certa regularidade de insultos concatenados à questão sexual, quando dirigidos às mulheres, e isso revelaria o lugar delas nesta sociedade. A fidelidade sexual da mulher era de extrema importância para a honra da família e sua constância, e atributo fundamental para cumprir o papel de esposa e mãe.

Numa região localizada no sul da França, chamada Languedoc, as mulheres que viviam nas áreas rurais tinham o hábito de armazenar a comida da família. Com isso, os insultos mais frequentes dirigidos a elas estavam relacionados ao desleixo nos afazeres domésticos.

Em continuação à análise da região de Paris, os autores destacam que as bebedeiras não eram armas de insultos, visto que eram socialmente aceitáveis.

Além das diferenças entre os insultos endereçados aos homens e às mulheres, destacam-se algumas distinções entre as funções do insulto particular e público, enfatizando o segundo. De acordo com Burke e Porter (1997), insultar publicamente poderia ter a função de construir imagens negativas de uma pessoa, a fim de que um determinado comerciante, por exemplo, perdesse seus clientes. Desse modo, “os insultos serviam para reforçar o sistema de valores dominantes” (p. 132, 133).

Na França, determinados usos dos pronomes de tratamento “*tu*” e “*vous*”, poderiam ser considerados ofensivos. Enquanto o pronome “*tu*” é utilizado sobretudo por amigos íntimos, por amantes, num contexto mais familiar, indicando uma maior proximidade e intimidade, o pronome “*vous*” era a forma empregada entre vizinhos, estranhos e conhecidos, construindo efeitos de distanciamento e respeito. Por essa razão, se alguém se dirigisse ao outro se valendo do pronome “*tu*”, quando a etiqueta requeria o “*vous*”, era considerado um insulto, uma forma de desprezo em relação ao outro. Nessa perspectiva, compreendem-se

como variáveis para classificação do insulto, as relações entre as pessoas, o grau de intimidade entre elas, a expressão desse relacionamento nos usos dos pronomes, os papéis que exercem na sociedade, valores dominantes da época, o tom, a maneira de falar, entre outras.

Como assevera Bouchet (2005), as palavras e expressões agressivas têm, de fato, uma história, são compostas por vozes, gestos e variações. Burke e Porter (1997) destacam também que os recursos verbais não eram os únicos meios disponíveis para o insulto: os gestos também eram empregados como ataques e possuíam um código e uma gramática próprios. Cita-se como exemplo de gestos ofensivos nos séculos XVII e XVIII: *mostrar dois dedos para alguém ou fazer-lhe chifres, abaixar a roupa exibindo o traseiro, balançar o punho, pegar uma pessoa pelo colarinho.*

Os insultos verbais analisados pelos autores quase sempre eram acompanhados de gestos, da utilização de expressões de desprezo, como o emprego do “tu”, e de aumento no volume da voz, expondo alguém em um espaço público. A maioria dos insultos eram trocados por pessoas que se conheciam, e quase sempre pertenciam a um mesmo nível hierárquico, como vizinhos, família, amigos, colegas de trabalho, etc.

Para os autores e certos sociolinguistas, “um importante pré-requisito para que o uso dos insultos veicule uma variedade de informações [...] é a existência de um código comportamental e linguístico” (BURKE & PORTER, 1997, p. 137). Nessa perspectiva, a forma e o funcionamento dos insultos devem ser reconhecidos pelo público, pela vítima e pelo falante. Desse modo, chamar alguém de ladrão, por exemplo, é um modo de reafirmar valores de uma sociedade.

Burke e Porter (1997) reiteram que o insulto e seu funcionamento são culturalmente determinados, e são instrumentos utilizados contra os oponentes, uma espécie de rejeição simbólica utilizada para fazê-lo desistir por meio de uma desaprovação, de um vexame público. O insulto, portanto, tem uma função social, que está relacionada a um contexto sociocultural específico.

As condições culturais e sociais estão intrinsecamente relacionadas às condições de reconhecimento, pois o modo e o funcionamento dos insultos, bem como os valores socioculturais a eles atribuídos, devem ser reconhecidos pelo falante, pela vítima e pelo público, para que o dito ofensivo se constitua como tal.

Estudar os insultos de uma determinada época, portanto, seria então compreender os valores vigentes, os diferentes papéis sociais desempenhados, as diferenças sociais, o modo de organização de uma dada sociedade, as proposições políticas, etc. Corroborando as complexas facetas do insulto, bem como as variáveis que o constituem, os autores concluem que “De um lugar para o outro, e em séculos diferentes, as mudanças nas condições e na organização social conduzirão a transformações no vocabulário e no uso dos insultos, bem como em seu significado total” (BURKE & PORTER, 1997, p. 139).

1.3.2 A arte do insulto: Condições argumentativas

Outra faceta deste complexo objeto são as condições argumentativas. Segundo Amossy (2014), a violência verbal não exclui a argumentação, a qual pode se manifestar no emprego dos insultos e ataques, sustentando-os e livrando-os de deslizar para a agressividade pura e sem limites. No livro “Apologie de la polémique”, a autora traz exemplos dessa relação entre insulto e argumentação, retirados do fórum online do diário francês de esquerda, denominado “Libération”, e constrói alguns parâmetros que nos ajudarão a compreender e classificar a violência verbal.

Neste livro, a pesquisadora também relaciona a violência verbal à polêmica. A agressividade seria intrínseca à polêmica? Todo discurso polêmico seria agressivo? A autora responde a essas questões afirmando que a polêmica é uma modalidade argumentativa e não um simples discurso agressivo. A violência verbal aparece sobretudo como auxiliadora da polêmica, mas não definidora desta. Amossy (2014) apresenta sete parâmetros para sistematizar e categorizar o funcionamento da violência verbal. No conjunto, pode-se falar de violência verbal quando:

- 1) Há uma forte pressão ou uma coerção exercida para impedir o outro de se exprimir linguisticamente pelos procedimentos como:
 - a) Oral: interrupção da fala; não se respeita os turnos de fala; o outro é impedido de expor seu ponto de vista.
 - b) A assertividade que Angenot (2008) caracteriza como “a modalização enfática da asserção”: A afirmação é apresentada de forma peremptória e se dá como um golpe de força. O polemista mostra ao outro uma verdade que procura

ocupar todo o terreno, impedindo o oponente de avançar e de justificar seus próprios argumentos.

- c) As perguntas retóricas: O polemista apresenta ao seu auditório questões que contém suas respostas e que não dão muito espaço para que o interlocutor avance em suas próprias respostas. Um exemplo seriam as perguntas retóricas que servem para criticar as faltas do oponente.

- 2) O ponto de vista apresentado é totalmente desconsiderado e ridicularizado. Linguisticamente, o contra-discurso não apresenta a fala adversária se não sob formas fortemente desvalorizantes, mobilizando todo o arsenal do discurso relatado. A fala do outro é reprisada, reformulada, descontextualizada e invalidada, de modo a lhe privar de sua coerência própria, tratando-a de forma irônica, paródica.
- 3) O polemista ataca a própria pessoa do opositor. Temos aqui um argumento ligado ao *ad hominum*, que foca mais na pessoa do que sua tese. Ele compreende, segundo Douglas Walton (1985), a) o ataque direto contra a pessoa, focando suas características e a sua personalidade ao invés de refutar os argumentos; b) uma questão circunstancial que supõe uma inconsistência entre o argumento do outro e seu comportamento, ou uma contradição nos seus dizeres – que seria a desqualificação pela incoerência; c) o argumento falho: Acusa-se o sujeito de ter interesses pessoais, de ser desonesto; d) o “você também” consiste a retornar contra o outro a acusação.
- 4) O ponto de vista, a entidade, ou a pessoa que a encarna são assimiladas como um mal absoluto, entregando-o à execração pública. Há uma diabolização do outro.
- 5) A violência é sempre ligada ao *pathos*: o polemista exprime sentimentos violentos que se inscrevem pelas marcas lexicais, sintáticas e prosódicas. A agressividade provém aqui do fato que o locutor parece agitado pelos sentimentos fortes suscitados pelo oponente e dirigidos contra ele. Essa emoção se traduz sob o plano lexical ou pelas exclamações, repetições enfáticas, um ritmo.
- 6) O polemista usa insultos contra seu adversário. Atribui-se ao outro qualidades que o desqualificam. Manifesta-se hostilidade contra ele. O insulto solicita uma reação que se relaciona aos argumentos contra a pessoa, manifestando um desacordo vivo em relação ao discurso e comportamento do outro. O locutor se coloca como aquele que está no direito de desqualificar o oponente, colocando esse em posição baixa, e o faz sempre perante um auditório.

7) O polemista incita a violência contra o outro.

Posteriormente à apresentação dos sete parâmetros, são apresentadas análises de alguns trechos de conversas retirados do diário online “Libération”. Nesse diário, destaca-se um trecho em que o pseudônimo ‘deus’ lança um ataque pessoal contra outro pseudônimo chamado ‘liberal’, com o intuito de descredibilizá-lo: “Não se deve ter vergonha de escolher liberal como pseudônimo quando todo mundo concorda em dizer que é o liberalismo que mergulhou o mundo na crise!!!! Sempre os extremistas para defender o indefensável. Com um pouco de sorte é o fim do capitalismo. Faremos tudo para isso!”.

Por meio das análises, observou-se a presença de silogismos e características que se encaixam nos parâmetros supracitados. De acordo com Amossy (2014), há uma paixão e uma agressividade marcadas nos vários pontos de exclamação, e que, portanto, poderia ser classificada no parâmetro 5, visto que esta agressividade estaria inscrita nas exclamações. A argumentação sustenta um ataque *ad hominem* (parâmetro 3) que ‘sufoca’ o adversário. O sujeito enunciador constrói uma razão em forma de um silogismo fundado no provável. Para ele, os males sociais advém do liberalismo, que é vergonhoso. O liberal se colocaria a favor de uma causa reconhecida como a fonte dos males sociais, adotando, desse modo uma conduta vergonhosa. E ainda, o extremista é condenável, porque ele leva a defender causas indefensáveis – defende a causa do liberalismo julgadas por todos como insustentável – logo, o sujeito enunciador é um extremista condenável.

Para exemplificar o parâmetro 2, que diz respeito à desqualificação total do adversário pela derrisão ou pelo absurdo, Amossy analisa trechos em que um internauta, defensor do liberalismo, ataca um jornalista: “Eles preferem que mantenham os empregos a qualquer custo. O que fazer então para ocupar os trabalhadores? Nós os faremos mover uma grande pilha de areia. Quando eles tiverem movido a areia, eles voltarão a colocá-la na posição inicial. É inútil, mas pelo menos o emprego será preservado.”. Aqueles que não pensam como um liberal são postos fora do jogo pela incoerência de seu raciocínio.

A violência verbal não exclui a argumentação que se manifesta até mesmo no emprego dos insultos, pois constituem neles mesmos uma forma argumentativa particular da ordem *ad hominem*.

Fazer (X) é desqualificável,

B faz (X),

Então B é [tratado de] Y^{desqualificação}

A autora assevera que é a coexistência da argumentação e da violência verbal que permite que os chamados *flames* não deslizem para a agressividade pura e de se manter no quadro da polêmica como modalidade argumentativa caracterizada pelo choque de opiniões antagonistas. De acordo com a autora, o *flame* é entendido, de modo geral, como um comportamento desregrado, livre de toda inibição que tende a emergir nas conversas eletrônicas. Ele compreende as injúrias, os insultos, a linguagem de blasfêmia, representando uma manifestação de hostilidade que agrava o conflito. Segundo Amossy (2014), esse conflito não é puro fruto das trocas na rede, mas também está ligado a um contexto político, cultural, religioso, que se desenvolve dentro do espaço virtual.

Em resumo, os *flames* são os comportamentos verbais que violam as regras de civilidade, funcionando como ameaças ao bom andamento da interação. Ainda é necessário acrescentar que os *flames*, entendidos como “violência verbal”, não escapam a uma regulação formal, designada pelo termo “netiqueta”²¹, visto que há certas coerções sobre o que é dito na internet, e em outros meios que serão mais profundamente analisados no terceiro capítulo .

A incitação à violência e ao confronto nos leva a repensar as funções e os limites da violência na polêmica, vista por Amossy como funcional: “não é selvagem e gratuita, mas cumpre certas funções na troca verbal que a enquadra e regula” (AMOSSY, 2014, p. 201). Seus modos de expressão dependem da lógica global que subjaz um gênero dado e de limites que ele atribui à agressividade dentro das interações conflituais.

Uma vez que a violência é funcional, ela é também coerção. A pesquisadora ressalta que a agressividade se mostra diferentemente nos debates no parlamento, nos debates televisivos, na internet. O que é autorizado ou tolerado em um, não é em outro.

As infrações seriam, nessa perspectiva, sancionadas pela censura (os apelos à ordem no parlamento, as intervenções dos jornalistas na televisão, a censura do moderador nos sites), denunciadas num sistema de autorregulação que torna a violência ineficaz enquanto ela transgride os limites de uma violência tácita. Obsevamos com isso que a violência dita polêmica só pode se exprimir dentro dos limites de um jogo social e institucional.

²¹ O termo “netiquette” foi criado por Judith Kallos, norte-americana e consultora do *wordpress*, em 1988 (Artigo Netiqueta), significando um “conjunto de regras não-oficiais, passadas de boca em boca e site em site que tenta estabelecer um padrão de comportamento considerável desejável pelos utilizadores e para os utilizadores” (SILVA, s.d.).

Ainda segundo Amossy (2014), é imprescindível que reconheçamos que os diversos meios de comunicação autorizam modos de confrontação diferentes e que a violência é submissa a certos ritos de interação. O insulto que aparece como culpável, porque ele transgride as regras de polidez, pode ser autorizado em outros meios, como o fórum de discussão. Em contraposição, ele é interdito no debate televisivo onde sua agressividade aparentaria ser algo intolerável. Essa agressividade toma formas menos brutais, das quais fazem parte os argumentos *ad hominem*.

Há rituais de violência verbal com os quais os representantes do público são familiarizados. A dimensão dada aos insultos dentro dos fóruns, a natureza e a forma de expressão deles podem variar em função de uma regulação interna, mas também conforme códigos e limites de tolerância de diversos indivíduos que lhes são testemunhas.

Outra autora que trata da violência verbal associada à argumentação é Claudine Moïse (2012). Tal pesquisadora se apoia nas teorias de argumentação desenvolvidas por Plantin (1996) e Amossy (2010, 2011). Levando em consideração os estudos dessas duas autoras, Moïse ressalta que o gênero polêmico se apoia em figuras retóricas características (a ironia ou a definição polêmica, por exemplo), na refutação, nos contra-argumentos, nos argumentos *ad hominem*, nas marcas de agressão.

Segundo ela, a violência verbal é submissa a elementos que a desencadeiam, tais como: objetos materiais (um evento de ruptura, como o derramar de água numa roupa), valores não compartilhados (o respeito, o barulho). A autora também classifica um tipo de violência verbal denominado *violência fulgurante* que é também condicionada pelas barreiras das normas sociais, institucionais ou familiares (normas de polidez).

Ao lado desses diferentes elementos contextuais, o aumento da tensão fulgurante se articula em torno das provocações, ameaças, insulto, acusação. Uma fala violenta, por exemplo, é caracterizada por um certo ritmo, altura da voz, certos procedimentos argumentativos. Essas modalidades argumentativas, segundo Moïse, são elementos constitutivos da violência verbal – afirmação que se aproxima dos estudos de Amossy – que associada a outros elementos interacionais e contextuais podem orientar, intensificar ou impedi-los.

Moïse (2012) analisa cenas de violência verbal cotidiana dentro do espaço público e institucional (escolas nacionais, transportes públicos), tendo como objetivo mostrar a maneira pela qual as interações caracterizadas pela violência fulgurante, assim como certos

procedimentos argumentativos, são utilizados com fim de desestabilização e exercício de poder sobre o outro.

Com relação às modalidades argumentativas, a autora as considera no interior de interações assimétricas. Moïse entende as interações assimétricas quando os status institucionais ou profissionais dos locutores não estão numa relação de igualdade, mas de autoridade. Segundo Laforest & Vincent (2006), “as relações assimétricas seriam reveladoras de regras, de valores, de normas de comportamento e forçam os interlocutores a construírem diversas estratégias de adaptação”²². Moïse analisará quais são as “estratégias de adaptação” argumentativas utilizadas, considerando os aumentos de tensão assimétricos. Uma dessas estratégias é a *argumentação pela relação causal*. Para explicá-la, a pesquisadora transcreve o caso de uma passageira que pega o trem sem ter tido tempo de validar seu bilhete. Na França, é obrigatório fazer a validação do bilhete antes de entrar no trem, e caso o passageiro tenha se esquecido de fazê-lo, o mesmo deve se apresentar à pessoa responsável pela verificação antes de ser abordada.

No caso analisado, a agente da SNCF aborda a passageira que não validou o bilhete. A viajante dá o bilhete sem olhá-la, não apresentando nenhum sinal de polidez, o que demonstra, segundo a análise de Moïse, um desrespeito quanto ao trabalho do outro.

No início, a agente questiona de forma polida “Senhora, bom dia!”, mas fica sem resposta. O silêncio não correspondia às expectativas do interlocutor, o que causa um aumento da tensão. Outro fator que a intensifica foi o fato de ter que repetir três vezes a seguinte frase: “Você não validou seu bilhete, senhora”.

Para se defender, a viajante utilizará um procedimento argumentativo muito simples, a relação causal explicativa, a falta de tempo que a impede de validar o bilhete (acontecimento). A agente contra-argumenta dizendo que mesmo assim ela deveria avisar o responsável, e como isso não foi feito, deveria pagar dez euros. A passageira retorna a ela mesma a tensão por meio de uma palavra de baixo calão “Que dia de merda”, produzindo efeitos de agressividade.

Com relação à *argumentação pela refutação irônica*, Moïse transcreve o caso de um homem condenado por dirigir em estado de embriaguez que se rende à convocação do Serviço Penitenciário de inserção e vigilância para uma entrevista. A conselheira inicia a conversa

²² « Les relations asymétriques sont révélatrices de règles, de valeurs, de normes de comportement et forcent le recours des interlocuteurs à diverses stratégies d’adaptation » (Laforest & Vincent 2006 : 8).

explicitando ao infrator (L1) quais seriam as medidas judiciais para essa condenação. Ao invés de proferir provocações, ameaças ou insultos diretos, L1 argumenta de modo indireto, por meio da refutação e uma certa ironia, modo de manifestar sua desaprovação e raiva.

L1 desqualifica a informação dada pela conselheira ao dizer “seis meses de retirada da licença para dirigir, eu o sei”, “Se nós pudéssemos avançar, obrigado”, finalizando a sua fala com um agradecimento irônico. Posteriormente L1 faz uma refutação ao que diz a conselheira, afirmando: “Sim, é é é é uma pena E: Eu a considero injusta.” A conselheira contra-argumenta dizendo que eles não estão lá para julgar ou refazer o julgamento.

Quando L1 compreende que deve se apresentar mensalmente, e durante dezoito meses, nesse local, ele o recusa mais uma vez indiretamente mostrando o absurdo da situação: “Seria necessário mobilizar alguém, pois uma vez que não tenho permissão para dirigir, [...]”. L1 continua refutando com ironia, de modo a minimizar e desqualificar a condenação: “Então enviarei um pequeno e-mail, nós podemos fazer isso por e-mail talvez”. A conselheira, por sua vez, refuta categoricamente esta proposição (“Nós não podemos fazer isso por e-mail, senhor), e quando pronuncia a palavra “condenado” (“você foi condenado”), a argumentação por refutação toma outro rumo se aproximando claramente da negação (“Eu jamais tive um acidente de carro, eu não sou um criminoso”). L1 se recusa a considerar como condenável a ação de dirigir sob influência do álcool.

Em resposta à condenação e às explicações referentes às medidas judiciais que seriam tomadas, L1, muito irritado, diz “Isso, muito bem! Parabéns a vocês”. Tal enunciado, acompanhado de aplausos, constrói efeitos de ironia e agressividade. Em seguida, L1 faz uso de um insulto indireto: “Bravo bravo (ele aplaude), justiça de merda”. Tal insulto foi proferido de um modo globalizante, visando a um terceiro, a justiça, não se referindo à conselheira.

L1 tenta inverter a relação assimétrica e, sem dispor do confronto direto, usa de procedimentos argumentativos indiretos de refutação irônica. De acordo com a autora, os procedimentos argumentativos, se eles permitem uma confrontação, evitam entrar numa violência verbal fulgurante caracterizada.

Para explicar a *argumentação pela concessão*, a autora transcreve uma situação ocorrida em um trem, no qual um passageiro se instala num vagão de primeira classe - enquanto o bilhete comprado é de segunda classe - para carregar o celular, ligando-o na tomada.

A agente do trem, ao verificar o bilhete, alerta o passageiro de que ele tem um bilhete de segunda classe e ocupa um lugar de primeira classe. O passageiro utiliza o seguinte argumento de concessão como resposta: “Não mas eu sei. Estou aqui apenas por cinco minutos é porque vou carregar meu celular que está sem bateria, então eu volto em cinco minutos e retorno lá em cinco minutos. Está bem”.

Pode-se observar que a concessão é do tipo “X mas Y” que permite ao sujeito enunciador formular duas proposições de modo que a segunda enfraqueça a primeira, minimizando sua pertinência ou validade (Vincent & Heisler 1999). A concessão “Não mas eu sei” seguida de uma explicação não parece se apoiar sobre um princípio de veracidade, nem de respeito. A agente contra argumenta afirmando que o passageiro já estava na primeira classe há muito tempo. Moïse (2012) observa um retorno à relação assimétrica quando o passageiro diz “Está bem”, verificando ainda que há tentativas de negociação (poder carregar o celular e fazer respeitar o regulamento sem frustração de uma parte ou de outra).

Uma vez que o argumento de concessão é refutado, o passageiro lança mão do argumento *ad personam* (Amossy 2010 : 143), pois chama a agente de “Robô”.

O último tipo de argumentação teorizado por Moïse (2012) é chamado de *Argumentação narrativa e o efeito de pathos*. A autora assevera que o relato ou narrativa é uma forma muito eficaz de argumentação e, conseqüentemente, de persuasão. *Storytelling*²³ é frequentemente utilizado no discurso político para comover o público.

Moïse analisa o caso de dois agentes de segurança da via pública que multam a proprietária de um carro. Quando a motorista se aproxima do veículo e observa que está sendo multada, começa argumentando sobre o fato de que ela vai sair, e que, portanto, a multa não seria necessária. Entretanto, esse argumento não é válido, uma vez que o regulamento impede a retirada da multa quando já foi concluída. Face a este fato de direito, ela tenta uma outra estratégia, a narração, constituindo um apelo à clemência: “Eu entendo mas eu fui apenas comprar um presentinho pra minha filha, porque é o aniversário dela amanhã e como o pai

²³ Para Salmon (2007) “o ‘storytelling’ apareceu na década de 90, nos EUA. Época em que a curva narrativa das ciências coincidia com a explosão da internet e a evolução das novas técnicas de comunicação. Diz ele, que o storytelling político entrou na Casa Branca, pela mão de Bill Clinton e que o mesmo fez de storytelling, a ‘arte de fazer política’. A política, dizia Clinton, deve, antes de mais, oferecer às pessoas, a possibilidade de melhorar a sua própria história.” Cf. .Acesso em 13 mar. 2017.

dela nos deixou eu gostaria que ela não sentisse...então você vê, eu gostaria de fazer um gesto...”.

De acordo com Moïse (2012), o *pathos* é o efeito emocional produzido sobre o alocutário e o recurso às emoções para convencer e comover o auditório. Se no discurso político, as emoções estão relacionadas a crenças e valores ligados a julgamentos de ordem moral – sentimento de injustiça, por exemplo – (Charaudeau, 2008), nas relações interpessoais, elas servem também para manter o *ethos* do polemista, nas formas de simpatia, compaixão ou de compreensão.

Moïse (2012) acrescenta que a narrativa supracitada se articula em torno de uma tensão narrativa, na qual há personagens (Papai, mamãe e criança), acontecimentos (aniversário da filha, presente para comprar, pai que as abandona) e o recurso à emoção que interpela o espectador.

O policial, por sua vez, diz à senhora que compreende a situação, mas que, nesse caso, não poderá retirar a multa. Uma vez que sua argumentação não conseguiu convencer o interlocutor, ela se rende ao ataque personalizado e à condenação: “Eu não me importo com seus relatórios de merda”.

Moïse (2012), após exemplificar os quatro tipos de argumentação (pela relação causal, pela refutação irônica, pela concessão, pela narrativa e efeito de *pathos*), conclui que os argumentos assimétricos predisõem o locutor que ocupa uma posição inferior a não atacar tão diretamente o representante hierárquico, evitando, no início, o ataque direto e o aumento da tensão por meio dos ataques verbais (provocação, ameaça, insulto). Contudo, a tendência é a utilização de construções argumentativas elaboradas (recurso à justificação, à refutação, à concessão ou à narrativa) numa estratégia de contornar, amenizar.

Tanto Amossy (2014) como Moïse (2012) analisam a relação estabelecida entre insulto e argumentação, oferecendo-nos algumas ferramentas para compreender e classificar a violência verbal.

Ao analisarmos os *corpora* em questão, levaremos em consideração os sete parâmetros sistematizados por Amossy (2014) para categorizar o funcionamento da violência verbal, relacionando-os à argumentação e à polêmica.

No tocante aos estudos de Moïse (2012), consideraremos os tipos de argumentação que colaboram para a construção de uma agressividade mais estratégica, branda, por meio de ataques indiretos.

É importante ressaltar que ambos autores atestam que a coexistência da argumentação e da violência verbal permitem a produção de efeitos de uma agressividade sutil, não permitindo que a mesma deslize para a agressividade pura.

1.3.3 O insulto sob a perspectiva discursiva

Para compreendermos a agressividade enquanto discurso, faremos algumas breves discussões teóricas, para assim compreendermos as definições e as problematizações de tal conceito para a Análise do Discurso francesa.

Na perspectiva desta teoria, o discurso pode ser definido como efeitos de sentido produzidos entre interlocutores. Não se trata de desvendar o que estaria “por trás”, “implícito” na língua, uma vez que o discurso se materializa na língua, tampouco de descobrir qual seria a intenção do sujeito que enuncia, afinal uma das propostas da AD francesa é compreender quais seriam os efeitos de sentido produzidos por determinado enunciado, independente da consideração da intencionalidade do sujeito empírico.

A teoria em questão também se distancia de análises de conteúdo e da hermenêutica, visto que sua preocupação está mais relacionada ao “como dizer” do que a “o que dizer”.

Vemos, então, que o discurso se materializa – sob determinações históricas - nas construções sintáticas, no léxico utilizado, nos argumentos mobilizados, nos recursos constituintes da materialidade imagética, os quais revelariam os posicionamentos dos sujeitos.

No texto intitulado “Língua, linguagens, discurso” de Michel Pêcheux (2011), observamos claramente que o projeto epistemológico pecheutiano era construir, estabelecer os alicerces, delimitar o lugar da Análise do discurso. Para tanto, Pêcheux (2011) problematiza algumas questões caras aos trabalhos que a linguística vinha desenvolvendo até então. Os trabalhos desenvolvidos por Saussure, por exemplo, foram o ponto de partida para outros estudos, com os quais a AD estabelece relação. As contribuições dos estudos saussurianos, bem como de seus desdobramentos e a possibilidade do surgimento de outros trabalhos no campo da linguística a partir daqueles, é, de fato, inegável. Visto que não se pode retroceder a

uma conquista de tamanha dimensão, coube a Pêcheux ultrapassar as margens dos estudos linguísticos desenvolvidos até o momento, visando, segundo Gregolin (2006), à construção de uma teoria materialista do discurso. Aliado a um projeto político de intervenção na luta de classes, Pêcheux busca um diálogo com Saussure, Marx e Freud.

Dentre as profícuas contribuições dos estudos pecheutianos, destacamos uma constatação - referente aos “níveis da língua” - essencial para nossas análises: “[...] nenhum dos níveis que caracterizamos pode se definir de maneira isolada [...]”, de modo análogo (PÊCHEUX, p. 66, 2011). É inegável a importância dos níveis fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos, das dimensões empíricas, situacionais, mas é necessário ultrapassá-los, e para tal mobiliza-se uma perspectiva discursiva.

A partir dos estudos de Pêcheux (1983, 1990, 1997), Foucault (1975, 1996, 2004), e sobretudo sobre a articulação dos estudos destes dois autores feita por Courtine (2003, 2006, 2009, 2011), compreenderemos o discurso enquanto efeito de sentido, heterogêneo, opaco, um instrumento de poder caracterizado pelo confronto e polêmica.

Desse modo, o insulto será entendido como um efeito de sentido, isto é, os sentidos não se constituem apenas pelo reconhecimento do léxico, dos enunciados, do contexto situacional, mas sim na relação entre sujeitos e as condições sociais, históricas e ideológicas, os quais se materializam na/pela língua.

Consideraremos também o que propõe Foucault (1996), acerca das coerções a que estão sujeitos os discursos: “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (1996, p. 21). Desse modo, por não podermos dizer tudo em qualquer circunstância, ao emergir o “indizível”, diferentes efeitos de sentidos são construídos, dentre eles, o efeito de agressividade.

A obra “A ordem do discurso”²⁴ apresenta tais reflexões e nos oferece ferramentas que nos auxiliarão na compreensão das interdições e controles a que estão sujeitos os discursos. O autor analisa alguns tipos de procedimentos de controle, de seleção, de organização e redistribuição, referentes ao processo da formulação e circulação dos discursos, sendo eles: procedimentos de exclusão externos e internos, e também as regras a que se submetem os sujeitos. A interdição, a separação ou rejeição, bem como a “vontade de verdade” fazem parte do sistema de exclusão externo.

²⁴ Tal obra reproduz o discurso da aula inaugural de Foucault, no Collège de France, no dia 2 de dezembro de 1970, ao assumir o lugar do professor Jean Hyppolite.

Segundo Foucault (1996), as interdições que constituem os discursos revelam sua ligação com o desejo e o poder. A interdição também é vinculada ao tabu do objeto, ao ritual da circunstância e ao direito do sujeito que fala, entendidos como exemplos deste primeiro procedimento elencado.

A separação, constituindo outro princípio de exclusão, é ilustrada pelo exemplo da relação de oposição entre a razão e a loucura na Idade Média. O discurso do louco, por exemplo, era rejeitado, separado, considerado nulo, desde a alta Idade Média. Era justamente nas palavras o lugar em que o louco era reconhecido como tal e onde a separação era exercida.

O terceiro procedimento de exclusão é denominado “vontade de verdade”, caracterizando modos e práticas de separação do que seria verdadeiro ou falso. Essa “vontade de verdade” estaria ancorada em práticas e no “modo como o saber é aplicado à sociedade, como ele é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (Foucault, 1996, p. 11).

Após a discussão acerca dos elementos externos, Foucault nos apresenta quais seriam os procedimentos internos, são eles: o comentário, o autor e a disciplina.

Esses procedimentos são entendidos como princípios de rarefação do discurso (classificação, ordenação e distribuição). O primeiro deles, o comentário, tem a função “de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no texto *primeiro*”. Neste princípio, haveria um desnível entre os discursos: de um lado estariam os discursos fundamentais ou criadores, e de outro, as repetições, os comentários. No entanto, tais discursos não são delimitados, pois se confundem, desaparecem, e podem até mesmo dar ao comentário o primeiro lugar.

O segundo princípio elencado diz respeito ao autor, não entendido como sujeito empírico que pronuncia ou escreve textos, mas compreendido enquanto função, *como princípio de agrupamento do discurso*, propiciando coerência a um conjunto de significações.

A disciplina, por sua vez, é também um princípio que exerce controle no discurso. Foucault a define como um conjunto de métodos e objetos, os quais contém proposições consideradas verdadeiras. Para que uma disciplina exista, é necessário que haja possibilidade de formular proposições novas.

Tanto os comentários, como a função autor e o desenvolvimento de disciplinas são definidos como *recursos infinitos para a criação dos discursos*, tendo, ao mesmo tempo, um papel multiplicador e coercitivo.

Em sequência, Foucault (1996) exemplifica as regras a que submetem os sujeitos, para assim definir os “rituais”. O filósofo caracteriza o ritual como a forma mais visível e superficial dos sistemas de restrição, sendo uma prática capaz de definir e qualificar os sujeitos que falam. Os rituais seriam as normas ou regras que definiriam a posição ocupada pelos sujeitos, os “gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso”. (FOUCAULT, 1996, p. 38, 39).

Podemos compreender a partir desse fragmento, que as regras e procedimentos aos quais estamos sujeitos não definem apenas a materialidade verbal, mas também os gestos e comportamentos, também passíveis de transformações em decorrência da posição ocupada.

Para melhor exemplificarmos como faremos as análises do ponto de vista discursivo, elegemos um trecho referente ao último debate das eleições pleito 2014, exibido no dia 24 de outubro na Rede Globo²⁵.

O tema discutido neste trecho é a crise hídrica que ocorreu no Estado de São Paulo, caracterizada por alguns jornais - como a “Folha de São Paulo” - como sendo “a pior seca em mais de oitenta anos”.

Os candidatos Dilma e Aécio atribuem a um e a outro a falta de responsabilidade e planejamento. Para o candidato tucano, a falta de planejamento foi do governo de Dilma. Para a candidata, quem não planejou da maneira como deveria foi o governo do Estado de São Paulo, governado, nessa conjuntura, pelo tucano Geraldo Alckmin. Em outras palavras, a polêmica se instaura neste confronto de argumentos que tentam atribuir sempre ao outro a culpa, a responsabilidade pela ocorrência de uma das piores crises hídricas da história do Estado paulista.

Vejamos os trechos:

Dilma: “Quem não planeja, candidato, não consegue enfrentar os desafios que ocorreram, principalmente em um governo. Eu queria saber como é que o senhor enxerga essa questão da água em São Paulo. Houve ou não houve falta de planejamento?”

Aécio: “Certamente que houve [falta de planejamento], candidata, e, segundo o TCU (Tribunal de Contas da União) do seu governo, não é apenas em São Paulo. Em todo o Sudeste há ausência de água. E a senhora sabe muito bem, nós tivemos a maior crise hídrica

²⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=9bmDQnpSATc>

dos últimos 80 anos. O governo de São Paulo, diferente do governo federal, buscou fazer o que estava a suas mãos. O eleitorado de São Paulo, a população de São Paulo, decidiu quem estava com a razão"

Dilma: “Candidato, o fato é que a água é responsabilidade do Estado. Nós temos, somos parceiros. Nós, nesse caso agora do projeto de São Lourenço, que é o único que o Governo do Estado apresentou, nós demos o dinheiro para fazer o projeto, e estamos financiando um bilhão e oitocentos milhões.

Candidato, não planejar no Estado mais rico do país é uma vergonha, é uma vergonha candidato. Porque os estados do nordeste estão enfrentando a mesma seca e nenhum deles você tem um quadro com essa gravidade. Aí, o senhor vai me desculpar, mas eu vou concordar com o humorista José Simão: vocês estão levando o Estado para ter um programa, ‘Meu banho, minha vida’. É isso que vocês conseguiram”. (00:53:08 – 00:55:56)

Com relação aos critérios de transcrição, convencionamos que dois pontos (:) correspondem à pausa; as sílabas em negrito correspondem às sílabas tônicas; a duplicação da letra demonstra que a mesma sofreu um alongamento.

Convencionamos também as siglas CO para se referir ao momento em que o sujeito enunciador fala com o outro; SO quando fala sobre o outro; SOO quando fala sobre um outro que não se refere ao candidato; e DS quando sua fala refere-se a si.

Segue abaixo a transcrição do trecho estabelecido para análise:

- 1) (CO)Candidato,:: (SO)o **fato**:: é **que** a água é **responsabilidade** do Estado. (DS)Nós:: temo **somos parceiros**:: **Nós**:: //(SO)nesse **caso** agora: do **projeto** do **São Lourenço**: que é o **único** que o **governo** do Estado **apresentou**:: (DS)nós:: **demos** o **dinheiro** pra **fazer** o **projeto**:: e estamos **financiando** um **bilhão** e **oitocentos milhões**:::

Observamos que ocorre uma ênfase na palavra “responsabilidade” através da diminuição da velocidade, aumento do volume e da inserção de uma segunda sílaba tônica, produzindo o efeito de autoridade e razão sobre o argumento defendido, enfatizando, de modo peremptório, que o planejamento da questão hídrica é de responsabilidade do Estado. Tal ênfase reforça a refutação ao argumento mobilizado anteriormente por Aécio, de que houve falta de planejamento da Agência Nacional.

Na longa pausa após “o fato”, a presidenta prepara o ouvinte para um argumento que se constrói no fio do discurso e prende sua atenção. As pausas deslocadas e remanejamento de palavras revelam a construção do argumento no momento mesmo da fala, o que imprime efeitos de espontaneidade; a presidenta parece organizar argumentos conforme fala.

Verificamos também uma mudança para tessitura mais baixa quando há a inserção de um comentário parentético sobre o projeto: “//(SO)nesse caso agora: do projeto do São Lourenço: que é o único que o governo do Estado apresentou:”. Após este trecho, há uma normalização, o que permite a coesão, a retomada do que estava sendo dito.

Além disso, observamos que ao falar de si, há uma predominância de fala distensa, movimentos brandos dos articuladores, ausência de ditongação, ausência de r em formas infinitivas, voz relaxada, caracterizando a *fala distensa* (MADUREIRA, 1996).

A maior ênfase recai sobre as palavras “único”, “dinheiro”, “financiando”, “bilhão” através da diminuição de velocidade e aumento do volume. Em “financiando”, por exemplo, há uma duplicação de sílaba tônica. A ênfase – com exceção da palavra “único”- se dá justamente nas palavras que corroboram a participação do governo nacional, construindo efeitos de que o governo Dilma, enquanto parceiro da gestão estatal, de fato colaborou financeiramente. Já o destaque dado à palavra “único” colabora para a produção de efeitos e imagens de uma gestão que não planeja, uma vez que há apresentação de um “único” projeto. A ênfase dada a tal palavra” é reforçada pelo gesto do dedo em riste, corroborando o efeito de autoridade e veracidade ao que diz. Neste contexto, o candidato político não mobiliza apenas o verbo, mas também a voz, o corpo, a fim de construir efeitos de verdade e autenticidade no que diz (PIOVEZANI, 2009, p. 29).

- 2) (CO)Candidato,,: (CO/SO)não planejar no Estado mais rico do país,,: é uma vergonha,,: É uma vergonha, candidato,,: (SOO)porque os estados do Nordeste tão enfrentando a mesma seca,,: e nenhum deles você tem um quadro com essa gravidade,,:

Neste trecho, nota-se que há uma diminuição de volume e a ocorrência de uma fala mais distensa no início da interpelação (“Candidato”). O relaxamento do aparelho fonador é também percebido quando Dilma fala sobre um outro, referindo-se aos Estados do nordeste, quando são ditas palavras como “ninhum” e “tão”.

Rapidamente há uma aceleração da velocidade da fala, o que constrói efeitos de sentido de segurança e autoridade. Ao falar sobre o outro (governo estadual), há uma

predominância de fala dramática, há um volume de voz alto, pausa prolongada, variantes segmentais salientes.

Ao se referir à região nordestina, notamos que se confere a este outro uma certa credibilidade, construindo imagens de uma gestão exemplar, visto que, segundo a candidata, a crise hídrica na referida região não atingiu a gravidade à que se chegou em São Paulo. Tal produção de efeitos de credibilidade e distinção é ressaltada, não somente pela fala distensa, mas também pela gestualidade. Deprendemos pela imagem abaixo o gesto dos punhos fechados, com os dedos indicadores estendidos, os quais apontam uma direção acima e à direita, marcando distintamente o lugar deste outro numa posição superior.



Em contrapartida, quando se refere à falta de planejamento do governo do Estado de São Paulo, inscreve-se uma fala mais tensa, vigorosamente articulada, o que constrói efeitos de uma fala firme, com autoridade. Os gestos também são enfáticos e parecem acompanhar a cadência das sílabas tônicas.

Diferentemente da gestualidade acima descrita, quando Dilma se refere ao candidato Aécio ou à gestão tucana, o gesto recorrente se dá pela união da ponta do dedo polegar com o dedo indicador e a extensão dos dedos anelar, médio e mínimo, configurando um movimento vertical de cima para baixo, como mostra a imagem a seguir, justamente no momento em que a candidata diz “**é uma vergonha.:: É uma vergonha, candidato**”.



Tal gesto produz efeitos de razão e autoridade ao que diz, ao mesmo tempo em que constrói efeitos de reprovação, em relação ao candidato, e agressividade.

Quando se refere à obra de São Lourenço, realizada pelo governo tucano, o gesto utilizado é o dedo polegar levantado, apontando para trás, como mostra o exemplo abaixo:



Empresta-se ênfase às palavras “não”, “rico” e “vergonha” através do aumento do volume. Já a pausa longa após “país” imprime maior força ao argumento da vergonha.

- 3) (CO/SO)Aí:: o **senhor vai me** desculpar,:: (DS)**mas** eu **vou** concordar: **com** o humorista **José Simão**:: (CO/SO)Vocês:: **estão** levando o Estado: **para ter** um programa:: Meu **banho** Minha **vida**:: //É **isso** que vocês conseguiram.

Neste último trecho, constatamos que ocorre uma articulação mais vigorosa do aparelho fonador, configurando uma fala tensa, que se dá, dentre outros aspectos, pelas pausas alongadas e fora do âmbito da pontuação, pela pronúncia do R final dos verbos infinitivos e pelo padrão melódico ecoativo. A voz deste interlocutor alude ao que Sandra Madureira (1996) denomina como fala enfática, caracterizada por *movimentos vigorosos dos articuladores, padrões melódicos ecoativos e alongamento* (MADUREIRA, p. 91).

Há também um aumento da tessitura e do volume na última sentença, o que produz efeitos de contestação, exaltação e agressividade, aliado aos gestos enfáticos e a expressão séria da candidata, exemplificada abaixo:



No enunciado “Vocês estão levando o Estado para ter um programa: Meu banho, Minha vida”, observamos a construção de uma ironia que endossa esse efeito de agressividade, justamente por tratar uma questão tão séria de um modo irônico, despertando o riso no auditório.

A ironia é construída a partir de uma reformulação do nome de um programa do governo, intitulado “Minha casa, minha vida”. Mantém-se a sequência sintática, o pronome possessivo e o substantivo vida, substituindo o substantivo “casa” por “banho”. O ato de “tomar banho” é posto em relação ao sonho de “ter uma casa”, criando sentidos de que o banho se tornaria algo tão difícil quanto a construção e obtenção de uma casa, de modo a ironizar a dimensão da crise hídrica.

Nesse sentido, constroem-se imagens de um governo incompetente, produzindo imagens negativas do outro, ao passo que ao ridicularizá-lo, constrói imagens positivas de si, de um governo colaborativo, competente, e que portanto, não poderia ser responsabilizado pela crise hídrica no referido Estado.

Com relação ao léxico do trecho estabelecido para análise, verificamos que a repetição da palavra “vergonha”, adjetivos associados a formas de intensificadores – “mais rico”, “único”, “mesma seca”, - frases no modo negativo – “não planejar”, “nenhum”, também corroboram e intensificam os efeitos de agressividade.

Constatamos também que a presença de algumas expressões e de alguns argumentos permite que o efeito de agressividade não deslize para a “agressividade pura”. A expressão “Aí o senhor vai me desculpar” configura um exemplo de falsa harmonia, pois é polida apenas na forma, não no conteúdo, constituindo uma crítica irônica.

No que concerne a argumentação, observamos a construção de quatro argumentos após a afirmação de Aécio, atestando que, no tocante à crise hídrica, houve falta de

planejamento do governo de Dilma, nas palavras do candidato “faltou parceria do governo federal”. Vejamos os argumentos da candidata em resposta a esta acusação:

Primeiro argumento: A água é responsabilidade do Estado.

Segundo argumento: O governo nacional é parceiro do Estado

Terceiro argumento: O governo nacional ajudou financeiramente o Estado em relação ao projeto de São Lourenço.

Quarto argumento: O governo do Estado de São Paulo não planejou e por isso ocorreu a crise hídrica.

Tais argumentos colaboram para defender a tese de que a crise hídrica não foi falta de planejamento ou mau planejamento do governo federal. Por fim, ao dizer que estão caminhando para a criação de um programa “Meu banho, minha vida”, ocorre uma desqualificação do adversário e de seu partido, pela ironia ou pelo absurdo, como propõe o segundo parâmetro de Amossy (2014). É justamente ao final do trecho que a argumentação se constitui pela refutação irônica, termo proposto por Moïse (2012). Ao invés de proferir provocações, ameaças ou insultos diretos, os argumentos são construídos de modo indireto, constituídos, num primeiro momento, por afirmações das ações desempenhadas pelo governo federal. Por fim, a sentença acusatória, associada à ironia, corroboram o efeito de agressividade.

É propriamente nesse último trecho que o efeito de agressividade atinge seu ápice e que a polêmica deixa de ser apenas traço de posicionamentos antagônicos para configurar uma modalidade argumentativa auxiliada por efeitos de uma violência verbal.

Se esses mesmos dizeres - “vocês estão levando o Estado para ter um programa, ‘Meu banho, minha vida’ – tivessem circulado nas redes sociais, inscritos em fotomontagens, por exemplo, o efeito produzido se aproximaria muito mais da comicidade, do riso, do que propriamente de uma agressividade mordaz, afinal, já é esperado que nas redes sociais se veiculem discursos com tais características. É importante ressaltar que o efeito cômico também foi produzido no debate, pois para aqueles que aderiram, foi motivo de riso, para os outros, contrários a esta posição, foi agressividade.

Para atentarmos ainda mais para as especificidades da abordagem discursiva, é necessário que recorramos à história e aos já-ditos. O uso dos pronomes “nós” e “vocês”, por

exemplo, tem um significado peculiar nessa disputa, cujo preenchimento de sentido inscreve-se numa história. Trata-se de um segundo turno marcado pelo confronto de dois partidos que disputaram várias eleições e ocuparam a presidência nos últimos vinte anos. Um deles é identificado como direita (PSDB) e outro como esquerda ou centro-esquerda (PT), uma vez que apresentam projetos distintos.

Nos trechos analisados, o “nós” enunciado por Dilma tenta desconstruir o discurso – que circula com mais intensidade nos governos do PSDB – de que o governo federal fornece dinheiro, recursos somente para o nordeste, evidenciando, dessa forma, que a culpa seria do governo do Estado de São Paulo, que não teria pedido tais verbas. Enfatiza-se, com isso, que o PT é republicano, ao passo que o PSDB não o é.

Outros discursos que circulam acerca do PSDB é a “eficiência das gestões tucanas”, o que é questionado por Dilma, sobretudo quando diz: “Candidato, não planejar no Estado mais rico do país é uma vergonha, é uma vergonha candidato.”.

Vemos, portanto, que o confronto agressivo entre o “nós” (Governo Federal, Dilma, Petistas) e “vocês” (Aécio, Governo Estadual, Psdebistas) se dá discursivamente, materializando nas escolhas das palavras, nas relações interfrásticas, na construção da argumentação, nas modulações da voz, na gestualidade, uma historicidade, a inscrição desses sujeitos em posições de confronto e polêmica, de modo a construir imagens distintas de si e do outro, filiando-se a certos discursos e desconstruindo outros, ora produzindo efeitos de agressividade, ora a atenuando sob formas de “cordialidade”.

CAPÍTULO II

Funcionamento e análise

Neste capítulo, serão apresentadas análises de trechos de debates televisivos, de imagens e fotomontagens que circularam nos *sites* oficiais dos candidatos, em redes sociais e *blogs* não oficiais, de modo a ressaltar as particularidades do funcionamento do insulto nestes *médiuns*. O capítulo está dividido prioritariamente em quatro itens: “Debate”, “*Sites* Oficiais”, “Redes sociais e *blogs*”, e “Graus e formas da agressividade verbal, imagética e gestual”.

A agressividade, de acordo com Amossy (2015) se apresenta de modos distintos nos diferentes *médiuns*, seja no parlamento, nos debates televisivos, na internet. Muitas vezes, o que é autorizado ou tolerado em um, não é em outro. Isso se deve ao fato de que cada um deles apresenta formas diferentes de circulação, institucionalização, logo, de funcionamento.

Na internet, há, por exemplo, *sites* que são oficiais e outros não oficiais que, por ocuparem historicamente um lugar, permitem que sejam ditas algumas coisas, e não outras, dadas as suas regulamentações e restrições.

Podemos citar como espaços não oficiais certos *blogs*, páginas criadas anonimamente (ou sob um pseudônimo) em redes sociais como o Facebook ou o Youtube, dentre outros. Nesses espaços, Amossy (2014) afirma que há uma regra de pseudônimos que permite aos participantes intervirem no espaço virtual sob uma identidade de empréstimo. Esse afrontamento que se engaja entre as máscaras permite um confronto de pontos de vista livre de restrições de polidez, por exemplo. “Protegidos” pelos pseudônimos, e pela impunidade, os internautas lançam mão da violência verbal, marcada por diferentes formas no discurso. É no jogo de papéis que ocorre uma despersonalização e impunidade no nível social, jurídico e ético. Na carnavalização do discurso político suscitada pelo jogo de máscaras, o internauta se dará o direito de dizer, produzindo efeitos de agressividade sem limites.

Nos *sites* e páginas oficiais, assim como nos debates televisivos, o ataque político é assumido geralmente por um enunciador que avança com o rosto descoberto, implicando assim sua própria pessoa. Amossy (2014) reitera que, neste caso, o polemista assume

plenamente sua responsabilidade: ele se engaja e engaja também sua pessoa civil num combate em que ele pode pagar um alto preço. Nestas circunstâncias, os efeitos de agressividade tornam-se mais brandos e estratégicos.

Veremos, neste capítulo, os modos de funcionamento da agressividade enquanto efeito de sentido, buscando compreender como o dito agressivo se materializa no discurso político produzido nas redes sociais, nos *blogs*, nos *sites* oficiais e nos debates televisivos, afinal, segundo autores como Bouchet (2005), Languèche (2011), Burke e Porter (1997), localizá-lo e compreendê-lo, é atentar aos lugares onde ele é proferido.

2.1 Debate

As suspeitas, os receios, os medos, a frieza, a reserva, o ódio, a traição esconder-se-ão todo o tempo sob esse véu uniforme e pérfido da polidez, sob essa urbanidade tão exaltada que devemos às luzes de nosso século (ROUSSEAU, 1978, p.336)²⁶

O debate político é caracterizado como um gênero agonial, agressivo e não consensual. Entretanto, a agressividade do discurso político neste médium não é sem limites, pois obedece a certos códigos de conduta, dada a posição ocupada pelos sujeitos enunciadoreis. Muitas vezes, os efeitos de agressividade são mais contidos, disciplinados, e resultantes até mesmo de uma construção linguística aparentemente cortês, o que gera uma falsa harmonia.

Segundo Desmarchelier (2003), os debates políticos são, com frequência, lugares de expressão de uma violência que se dá por meio de palavras. O autor reitera que apesar da recorrência em se atribuir à palavra ‘violência’ a ação física, a mesma ocorre também por meio do discurso. O debate político na TV é um lugar que ‘demanda’ certa agressividade, uma vez que os candidatos estão frente a frente e em posição de confronto.

Os debates eleitorais televisivos brasileiros, assim como as redes sociais e *sites*, obedecem a certos rituais. Em grande parte deles existe a figura do mediador e de, no mínimo, dois participantes, o que possibilita o confronto e apresentação de ideias entre candidatos a um determinado cargo político. Determina-se a duração do debate, a ordem de intervenção, o

²⁶ ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre as Ciências e as Artes**. São Paulo: Abril Cultural, 1978 a. Col. Os Pensadores.

número de participantes. Os debates são realizados geralmente nos estúdios da emissora, apresentando a cada ano diferentes disposições espaciais. Em 2014, o debate foi “construído a partir de um cenário arena, no qual constava 70 eleitores indecisos, de todas as regiões do país, posicionados na arquibancada ao redor da arena.” (PIRES, 2016, p.24). Segundo a pesquisadora, a arquitetura dos debates de 2014 - em comparação a outros anteriores, como os debates das eleições de 2010 - promoveu maior interlocução entre os candidatos, uma vez que se insere um púlpito ao meio, associado à possibilidade dos candidatos fazerem questões um ao outro com temas livres (PIRES, 2016).

Diferentemente do suporte cibernético, a apresentação de montagens ou recursos visuais é proibida no debate, desde a instauração da lei²⁷ nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. De acordo com o artigo 45, parágrafo 5º, “Entende-se por montagem toda e qualquer junção de registros de áudio ou vídeo que degradar ou ridicularizar candidato, partido político ou coligação, ou que desvirtuar a realidade e beneficiar ou prejudicar qualquer candidato, partido político ou coligação”.

Em contraposição aos discursos difundidos nas redes sociais e *blogs*, nos debates, os sujeitos ocupam lugares historicamente determinados que lhes permitem dizer algumas coisas e não outras, visto que as regras determinadas por esses lugares impõem restrições que também estão ligadas ao público a quem esses discursos são dirigidos. Com isso, verificamos nos debates uma agressividade controlada, vigiada, prevista e desejada, dado o imaginário construído historicamente sobre a *posição sujeito* ‘candidato à presidência da República’.

A seguir, apresentaremos algumas análises que tratam da produção de efeitos de agressividade por meio de acusações e ataques pessoais, formas de repreensão do adversário e correção da fala do outro, do falar de si para reprovar e desacreditar o oponente, das alusões ou insinuações, bem como das marcas de “cortesia” e “atenuação”, as quais envolvem ironia, argumentação, derrisão, produzindo efeitos de harmonia.

²⁷Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm >. Acesso em: 27 maio 2015.

2.1.1 Produção de efeitos de agressividade por meio de acusações e ataques pessoais

A primeira análise diz respeito à palavra “leviana” que obteve destaque nas manchetes de alguns jornais e *blogs*, após proferida pelo então candidato Aécio Neves endereçando-a às duas candidatas: Luciana Genro e Dilma Rousseff.

Em um dos *blogs*²⁸ da revista Veja, por exemplo, foi veiculada a seguinte notícia:

A campanha tucana está tendo que lidar com um problema semântico bizarro. Quando Aécio chamou Dilma de ‘leviana’, alguns eleitores assistindo ao debate acharam que a palavra era sinônimo de ‘prostituta’, e concluíram, portanto, que Aécio foi deselegante e agressivo demais.

A repercussão de tal palavra dita no debate talvez não alcançaria a mesma dimensão se tivesse sido veiculada em uma das páginas do Facebook, visto que, no gênero em questão, o sujeito assume uma posição oficial, ao passo que, nas redes sociais, o anonimato, dentre outras questões, permitem a emergência do “indizível”, do ponto de vista do politicamente correto.

Para melhor compreendermos os efeitos de agressividade produzidos a partir da palavra “Leviana”, traremos para discussão alguns conceitos delineados por Foucault ([1969] 2010), dentre eles, a noção de arquivo, domínio associado e memória.

Não compreenderemos o arquivo como sendo um conjunto de textos organizados ordenadamente, produzidos num dado momento histórico. Tampouco como uma narrativa da memória de um povo, de uma nação ou instituições, as quais poderiam recorrer a ele para rememorar o passado ou descobrir sua identidade. Segundo Foucault, o *arquivo* “é a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (FOUCAULT, [1969] 2010, p. 146).

O arquivo seria uma forma de observar certas práticas que fazem surgir inúmeros enunciados, acontecimentos regulares, dentre outros. Diferentemente daquela noção de arquivo descrita logo acima, a qual tem como característica a cronologia, a linearidade e a conservação de ‘documentos’, a noção de arquivo proposta por Foucault, caracteriza-o como uma prática que permite aos enunciados um duplo movimento: subsistir e, ao mesmo tempo, modificar-se regularmente, segundo *o sistema de sua enunciabilidade* e *o sistema de seu funcionamento*.

²⁸ <http://veja.abril.com.br/blog/mercados/mercado-de-ideias/um-dicionario-para-o-segundo-turno/>

Para esta análise, constituímos um breve *arquivo* para observar as ocorrências da palavra *leviana* na literatura, nas canções brasileiras, nas revistas, nos dicionários, e em textos bíblicos, tomados em diferentes épocas e conjunturas sócio-históricas, a fim de observar os efeitos de sentidos produzidos e as memórias evocadas ao se pronunciar “*leviana*”.

Podemos, assim, circunscrever o arquivo como a lei que regula o modo de funcionamento dos enunciados com potencial agressivo de um tempo e espaço, e entre todos eles, figuram aqueles produzidos no campo da política, do direito, da literatura, das trocas cotidianas, familiares, do trabalho, etc.

Outro conceito relacionado ao arquivo é a noção de “memória” e “domínio associado”. Segundo Foucault ([1969] 2010), a função enunciativa “não pode se exercer sem a existência de um campo associado”:

Qualquer enunciado se encontra assim especificado: não há enunciado em geral, enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo: ele se integra sempre em um jogo enunciativo, onde tem sua participação, por ligeira e ínfima que seja. (FOUCAULT, 1969, p. 113-114).

Desse modo, os enunciados se confrontariam, se ordenariam, nesse domínio de memória. O enunciado então não seria determinado pelo sujeito enunciadador, mas na relação – de confronto, afastamento, associação - que estabelece com outros enunciados, e na inscrição numa série de outras formulações.

Courtine (2009), a partir da noção de ‘domínio de memória’ configurada por Foucault, constrói o conceito de memória discursiva. Nas palavras do autor, “A noção de memória discursiva diz respeito à existência histórica do enunciado no interior de práticas discursivas regradas por aparelhos ideológicos” (COURTINE, 1981, p. 105- 106). Tal domínio permitiria, ao mesmo tempo, a repetição e o esquecimento, bem como, o apagamento de outros discursos.

Ao se enunciar a palavra “*leviana*”, por exemplo, produz-se uma articulação e confronto de diferentes enunciados, produzindo efeitos de sentido distintos.

Nos capítulos anteriores verificamos que o reconhecimento do insulto é um elemento essencial para constituir e reafirmá-lo como tal. Um exemplo desse reconhecimento que corrobora a constituição do insulto foi a repercussão que esta palavra alcançou, em diferentes regiões do Brasil.

Em algumas regiões do nordeste, por exemplo, compreendeu-se a palavra “leviana” como sinônimo de “prostituta”, o que fez com que muitos eleitores avaliassem a postura de Aécio como extremamente agressiva e desrespeitosa, enquanto em outras regiões vinculam-se à palavra “leviana” os sentidos de “pouco refletido”, “imprudente” ou “negligente”.

No dicionário contemporâneo da língua portuguesa Caldas Aulete de 1958, encontramos uma definição que também se vincula ao sentido de ‘prostituta’: “mulher namorada ou mal comportada” (p. 2966).

Em alguns dicionários mais atuais, como o *Michaelis online*²⁹, define-se “Leviano” como: *Irrefletido, imprudente, precipitado, insensato, que tem pequena carga*. No entanto, os sentidos escapam às definições dicionarizadas, adquirindo outras significações em seus diferentes usos.

A palavra “leviana” aparece, por exemplo, nas canções de Zé Keti e Reginaldo Rossi, autores de músicas intituladas “leviana”, as quais, respectivamente, associam tal adjetivo a mulheres que “mancham o lar que era feliz” e “sussurram mentiras”, traem.

Na literatura, por sua vez, há um poema também intitulado “A Leviana”, escrito por Gonçalves Dias, em que a imagem da mulher leviana é associada à mulher formosa que desperta desejos sexuais, desejada por muitos. Outro poema que nos oferece um exemplo da caracterização de uma “mulher leviana” vinculando-a à imagem de mulher mentirosa e bela é “Por que mentiras?”, escrito por Álvares de Azevedo.

De acordo com Bassanezi (2010), algumas revistas femininas dos anos 50, classificavam as jovens mulheres em *moças de família* e *moças levianas*. Nas palavras da autora, “Às primeiras, a moral dominante garantia o respeito social, a possibilidade de um casamento-modelo e de uma vida de rainha do lar - tudo o que seria negado às levianas” (p. 610, 2006). O rótulo de “leviana” era frequentemente atribuído a garotas de programa.

Na Bíblia, há também referência à mulher leviana, aconselhando o jovem a manter-se “afastado da mulher imoral, da mulher leviana com suas palavras sedutoras.”, no livro de Provérbios, capítulo 1: 4.

Por meio deste breve *arquivo* constituído por ocorrências e recorrências dos usos da palavra leviana na literatura, nas canções brasileiras, nas revistas, nos dicionários, e em textos bíblicos, tomados em diferentes épocas e conjunturas sócio-históricas, constatamos que a imagem que se constrói da ‘mulher leviana’ é frequentemente associada à mulher mentirosa,

²⁹ <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=leviano>

sedutora, imoral, traidora, prostituta. Apesar da tentativa dos dicionários em cristalizar os sentidos das palavras, os efeitos produzidos e materializados na língua lhes escapam.

Segundo Courtine, essas memórias (históricas, sociais, ideológicas) são evocadas a partir da materialização de um enunciado que se inscreve no “interdiscurso”:

“[...] espaço vertical, estratificado e desnivelado dos discursos [...]; séries de formulações marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas, articulando-se entre si em formas linguísticas determinadas (citando-se, repetindo-se, parafraseando-se, opondo-se entre si, transformando-se...). É nesse espaço interdiscursivo, que se poderia denominar, seguindo M. Foucault, domínio de memória, que se constitui a exterioridade do enunciável para o sujeito enunciativo na formação dos enunciados ‘pré-construídos’, de que sua enunciação apropria-se.” (COURTINE, 1999, p. 18. Grifo nosso).

Ao enunciar a palavra “leviana”, no contexto de um debate televisivo entre candidatas à presidência, por exemplo, pode-se conceber também o sentido de “inconsequente”, “irrefletido”, como o adjetivo é definido nos dicionários mais recentes. Entretanto, os efeitos de sentido produzidos fogem ao controle dos sujeitos e às tentativas frustradas de estagnar os sentidos, visto que o dizer evoca memórias, ideologias, outros discursos, a partir de diferentes posições sócio-históricas ideológicas, em diferentes arquivos.

Vejamos a seguir a análise de alguns trechos em que a palavra “leviana” foi dita pelo candidato Aécio Neves.

Para tanto, faremos a transcrição da pergunta que a antecede, tanto no debate da Globo (02/10/2014)³⁰, como no debate da Rede Bandeirantes (14/10/2014)³¹.

Debate veiculado na Rede Globo no dia 02 de Outubro de 2014:

Luciana Genro: 1:05:00

³⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=MpliALqQg8A>

³¹ <https://www.youtube.com/watch?v=UONc77EdF4A>

[...] O teu economista que tu já ‘nomeou’ para banco central chegou a falar que o salário mínimo aumentou demais e que o desemprego tem uma parte que é necessária para equilibrar a economia. Então, Aécio, tu ‘é’ tão fanático das privatizações e da corrupção que tu ‘chegou’ ao ponto de fazer um aeroporto com o dinheiro público e entregar a chave para o teu tio, e isso tu ainda não ‘explicou’ devidamente para o povo brasileiro.

Aécio Neves: 1:05:42

“Luciana, não seja **leviana**. Você está aqui como candidata à presidência da república. Você não deve ofender os outros sem”

Luciana Genro: 1:05:45

“Você não levante o dedo pra mim!”

Aécio Neves: 1:05:46

“Sem conhecer, sem conhecer do que está falando. No meu governo, todas as obras públicas foram feitas para atender a população do meu estado. Todas elas, aprovadas pelo ministério público. O meu governo, Luciana, é o governo que melhorou a vida das pessoas. Eu deixei Minas Gerais com 92% de aprovação, porque eu levei Minas a ter a melhor educação fundamental do Brasil. Eu tratei das pessoas, ao contrário do que você diz aqui, levei Minas a ter a melhor saúde da região sudeste. Luciana, acusações levianas em véspera de eleição não servem a um debate nesse nível, lamentavelmente você não está preparada para disputar a presidência da república.”

Na fala da candidata Luciana Genro, notamos que os efeitos de agressividade se materializam nas temáticas abordadas e nas afirmações acusatórias.

As temáticas e acusações que corroboram este efeito são aquelas em que se afirmam que Aécio é corrupto, “fanático” por privatizações, e responsável pela construção de um aeroporto particular com dinheiro público.

Em resposta a tais acusações, Aécio diz:

Luciana:: não seja leviana:: Você está aqui como candidata à presidência da república:: Você não **deve ofender os outros sem::**

Observamos, neste trecho, a predominância de uma fala tensa, caracterizada por *movimentos vigorosos dos articuladores e padrões melódicos ecoativos*. Ao dizer “Você está aqui como”

e “você não deve”, constrói imagens de um sujeito autoritário, que tenta determinar o lugar do outro e o que este outro pode/deve dizer a partir deste lugar. Constroem-se efeitos de que uma candidata à presidência da república não deve ofender.

O imperativo negativo “não seja leviana” constrói efeitos de agressividade, seja associado ao sentido de “inconsequente”, seja vinculado ao sentido de “prostituta”, produzindo efeitos mais ofensivos.

É importante ressaltar que os efeitos de agressividade tornaram-se ainda mais contundentes quando Dilma foi caracterizada como “leviana”, sobretudo pelo fato do insulto ser endereçado a uma chefe de Estado.

O que diferiria se o discurso dito agressivo se dirigisse a um homem? O uso do termo “leviano” endereçado a um homem não teria produzido esse sentido (imoral, sedutor), mas sim o que predomina nos dicionários.

É possível afirmar que o uso de imperativos – “não seja leviana”, “você não deve” – também corrobora a produção de efeitos de um candidato autoritário.

Nesse caso, o polemista ataca a própria pessoa do opositor. Há, portanto, um argumento ligado ao *ad hominem*, que foca mais na pessoa do que sua tese. Ele compreende, segundo Douglas Walton (1985), o ataque direto contra a pessoa, focando suas características ou personalidade ao invés de refutar os argumentos.

Tal efeito ofensivo liga-se ao *pathos*, visto que a emoção, além de estar materializada verbalmente – nas marcas lexicais, prosódicas, repetição de palavras, etc. – se materializa também no texto imagético, por meio das expressões faciais – arqueamento e levantar das sobrancelhas - , no gesto do dedo em riste, os quais podem ser depreendidos pela imagem abaixo:



A palavra “riste” é definida pelo dicionário Michaelis online como sendo uma *peça de ferro, em que se apoia ou firma uma lança, quando o cavaleiro a leva horizontalmente, no momento de fazer uso dela*. “Em riste” significaria *à maneira de lança apontada para o ataque*.

No imaginário social, constroem-se sentidos de que o gesto de apontar para o outro com o dedo indicador em riste é um gesto de advertência, acusação, condenação, ataque, autoritarismo, etc.

Com relação à característica de ataque e combate, próprias do ambiente de debate, a pesquisadora Luciana Manzano (2015) reconhece nesse *médium* indícios de outro espaço inscrito historicamente na cultura do ocidente: as lutas entre gladiadores no coliseu romano. Um desses indícios é a própria cenografia do debate. Segundo a autora, “A alvenaria do que hoje é monumento histórico e turístico da Itália se assemelha à disposição cenográfica do debate: arena ao nível do solo, arquibancada crescente que se inicia após a delimitação circular determinada pela amurada ao redor da arena.” (MANZANO, 2015)

Obviamente, a construção e a disposição do debate não promove o contato físico, porém a tensão se dá discursivamente, materializando a agressividade na postura corporal, nos gestos, na linguagem verbal, favorecendo, de acordo com Manzano (2015), a simulação de um combate.

O gesto de apontar o dedo pode ser considerado ora como uma investitura de ataque ora como uma defesa. Vejamos o uso desse gesto na interrupção da fala de Aécio feita pela candidata Luciana:



Você não levante o dedo pra mim!

Tal interrupção se dá pelo alto volume de voz associada a uma articulação vigorosa do aparelho fonador, o que caracteriza a fala tensa, conferindo autoridade ao que diz.

A interrupção abrupta do interlocutor se dá justamente antes da conclusão ou final da frase, produzindo, com isso, efeitos ainda mais agressivos, pois há uma quebra de expectativa e da própria regulamentação do debate.

Este exemplo se encaixa no primeiro parâmetro proposto por Amossy (2014), visto que o desrespeito aos turnos de fala impede o outro de se exprimir linguisticamente, produzindo efeitos de agressividade. Tal efeito provém aqui do fato de que o locutor parece agitado pelos sentimentos fortes suscitados pelo oponente e dirigidos contra ele. Essa emoção se traduz sob o plano lexical, pela utilização do verbo no modo imperativo, pelas exclamações, pelo ritmo e volume da fala, e pelo adjetivo “leviana”.

Nota-se que o gesto que acompanha a fala de Luciana – “Você não levanta o dedo pra mim!” - é justamente aquele desaprovado por ela. Entre o gesto e o verbo há uma incoerência - é como se dissesse “não grite comigo” valendo-se de um alto volume de voz – ou uma forma de estabelecer igualdade na ação, devolvendo “na mesma moeda”.

É interessante observar, ainda na fala da candidata Luciana, que há uma utilização recorrente do pronome pessoal tu - dado à sua origem gaúcha - no entanto, quando a candidata interrompe a fala de Aécio, o pronome utilizado passa a ser o “você”.

Estudos têm sugerido que o uso do pronome sujeito tu estaria vinculada a situações de intimidade. De acordo com Menon (2000), a utilização de tal pronome no Sul do Brasil se associa frequentemente a contextos informais, e por vezes, pode ser considerado como uma *marca de agressividade* (MENON, 1996, p. 107). Segundo Franceschini (2011) – autora de

uma tese de doutorado sobre a “variação pronominal nós/a gente e tu/você” – constata que, de modo geral, associa-se a utilização do pronome “tu” ao ambiente familiar, coloquial, ao passo que ao “você” vinculam-se a fala educada, formal, distante.

Na fala da candidata, verificamos uma recorrência do uso do pronome “tu” associado a frases acusatórias e que, portanto, produziria efeitos³² de agressividade e, ao mesmo tempo, proximidade.

Entretanto, a utilização do “você”, na fala que interrompe o candidato, constrói efeitos de distanciamento e, por se tratar de uma interrupção com aumento perceptível do volume de voz, corrobora o efeito de sentido também agressivo.

É importante salientar que, em nossas análises, não temos o objetivo de desvendar a intenção do falante, mas sim observar os diferentes sentidos que os enunciados podem produzir, levando em conta também características regionais, como é o caso do uso do pronome “tu” e “você”.

Após a interrupção, o interlocutor vale-se de um perceptível aumento do volume da voz para retomar a posse do turno de fala, a partir da repetição do enunciado “sem conhecer”, transcrito abaixo:

Você não deve ofender os outros sem:: Sem conhecer:: sem conhecer do que está falando.

Observamos que, além do aumento de volume, ocorre uma diminuição da velocidade e um aumento da duração da sílaba acentuada, justamente no momento em que se retoma o turno de fala.

Em resumo, observamos que as afirmações acusatórias, o uso de verbos no modo imperativo, a fala tensa, o volume de voz elevado, o alongamento das sílabas tônicas, a repetição de palavras, a utilização de determinados termos linguísticos que podem ser considerados agressivos em determinadas regiões, associados a gestos como “levantar as sobrancelhas”, “dedo em riste”, permitem a constatação da produção de efeitos de sentido agressivos, os quais são alimentados por um conjunto de dispositivos complexos constituídos por outros saberes, outras imagens, outras memórias.

³² Além disso, tal uso constrói efeitos de afirmação da identidade regional de quem fala, o que é simbolicamente importante.

Outro momento em que a palavra “leviana” é retomada é no debate veiculado na rede Bandeirantes, no dia 14 de outubro de 2014. Segue abaixo a transcrição:

0:35:05: Dilma Rousseff pergunta:

Vou continuar nessa questão dos aeroportos. Eu gostaria de saber, candidato, como é que o senhor explica ter construído um aeroporto que na época custava R\$ 13,9 milhões, e que agora custa R\$ 18 milhões a preços de hoje, e que esse aeroporto foi construído num terreno de sua família, num terreno de um tio seu e a chave fica em poder dele, e isso não foi denunciado por mim, foi denunciado pela Folha de S. Paulo.

Também gostaria de saber sobre a pavimentação e a sinalização feita no aeroporto de Montezuma, em que também, coincidentemente, é uma obra do Governo do Estado de Minas, e surpreendentemente quem tem uma agropecuária lá é o senhor e suas irmãs.

Eu não acho, candidato, isso nada moral nem ético.

0:36:08 Aécio Neves responde:

Eu quero responder a candidata Dilma olhando nos seus olhos. A senhora está sendo **leviana**, candidata, **leviana**. O Ministério Público Federal atestou a regularidade dessa obra, eu tenho que agradecer a oportunidade de falar sobre isso. Eu fiz milhares de obras no meu governo, milhares, todas elas atestadas como obras corretas para beneficiar as pessoas. Essa obra de Cláudio que a senhora insiste em repetir, e inclusive de forma também leviana na sua propaganda eleitoral (...).

Novamente, ao ser questionado sobre o aeroporto construído num terreno de sua família, Aécio chama a candidata de “leviana”. Vejamos a transcrição do trecho:



Eu **quero responder** a candidata **Dilma olhando nos seus olhos** // A **senhora está sendo leeviaana** / **candidata** / **leeviaana**.

Observa-se a predominância de uma fala dramática e firme, vigorosamente articulada, produzindo efeitos de autoridade e verdade. A repetição da palavra “leviana”, bem como a diminuição da velocidade de fala ao pronunciar paulatinamente cada sílaba de tal palavra, enfatizando-a, corrobora os efeitos de agressividade. Os gestos das mãos, também enfáticos, acompanham a cadência das sílabas tônicas.

O enunciado “Olhando nos seus olhos” é acompanhado do levantar das sobrancelhas ao proferi-lo. É interessante observar que o candidato descreve a própria ação de “olhar nos olhos”, justamente para enfatizar o que está sendo demonstrado pela expressão facial. Produz-se imagens de um candidato confiante, que não tem medo do confronto, afinal tem-se o imaginário social de que “quem olha nos olhos é franco”, não mente, é sincero, mas também pode ser associado ao enfrentamento.

Essa expressão idiomática é um argumento para convencer quem ouve – sobretudo os telespectadores, nesse caso, - de que ele não mente.

Constroem-se também efeitos de verdade, visto que “aquele que não olha nos olhos” frequentemente é associado à imagem do “mentiroso”, ao passo que ao indivíduo que mantém o contato visual, segundo algumas análises psicológicas, seria mais propenso o dizer verdadeiro, franco. É “preciso, então, além de “olhar” fixamente nos olhos do outro”, dizer que “está olhando”, de modo a reafirmar que as acusações que estão sendo feitas contra ele são falsas, e suas afirmações são verdadeiras, afastando a imagem do político “mentiroso”.

Os efeitos de agressividade, por sua vez, são materializados também no levantar das sobrancelhas, nos gestos enfáticos, na repetição do adjetivo “leviana”, bem como na ênfase dada a ela por meio da diminuição da velocidade e aumento do volume de fala.

A dita violência produzida por meio destas materialidades, associadas intrinsecamente a reatualização de memórias vinculadas a outros saberes sociais, históricos e ideológicos, relacionado também a notícias de que o candidato teria, supostamente, agredido a namorada, produz, com maior intensidade, efeitos de alguém que não respeita as mulheres, “agredindo-as” fisicamente e verbalmente.

Desse modo, o trecho analisado se inclui no terceiro parâmetro proposto por Amossy (2014), configurando-se como um argumento ligado ao *ad hominem*, que compreende o *ataque direto contra a pessoa, focando suas características e a sua personalidade ao invés de refutar os argumentos.*

As análises acima, que são da ordem da língua, produzem também uma construção discursiva. Observa-se que no discurso político, o afrontamento entre políticos de gêneros distintos favorece a produção da desqualificação do outro pelo gênero. Em especial, isso se dá por meio de uma retórica da autoridade que se sustenta em perspectivas machistas. A percepção de desigualdade entre os gêneros é que nutre uma leitura mais acentuada da leviandade como prostituição. Por outro lado, como o emprego desse termo atribui autoridade ao candidato – ainda que seja tão arriscado falar (FOUCAULT, 2004) -, ele o emprega em uma aposta de adesão daqueles que pensam como ele.

2.1.2 Produção de efeitos de agressividade por meio de formas de repreensão do adversário e correção da fala do outro

Neste tópico, trataremos do segundo parâmetro estabelecido por Amossy (2014), para categorizar um tipo de violência verbal:

“O ponto de vista apresentado é totalmente desconsiderado e ridicularizado. Linguisticamente, o contra-discurso não apresenta a fala adversária se não sob formas fortemente desvalorizantes, mobilizando todo o arsenal do discurso relatado. A fala do outro é reprisada, reformulada, descontextualizada e invalidada, de modo a lhe privar de sua coerência própria, tratando-a de forma irônica, paródica.”

A partir deste parâmetro, reformularemos tal categoria de análise, acrescentando a ela um conjunto de enunciados que se direcionam à “repreensão do adversário”, não contemplada no terceiro parâmetro - pois “repreender” não se constitui necessariamente um ataque *ad hominem*, produzindo efeitos mais sutis -, e a “corrigir a fala ou ponto de vista do outro”, ora utilizando termos que produzem fortemente efeitos de agressividade, ora valendo-se de modalizações, pedidos de desculpa, recursos esses que produzem efeitos de “cordialidade”, nos dizeres de repreensão ou crítica.

Selecionamos abaixo alguns trechos de debate em que pudemos observar a produção de efeitos de uma agressividade mais branda nas repreensões e críticas feitas ao adversário:

(1) “**Pensa bem** o que o senhor está falando” (Debate SBT – 16 de outubro – 00:49:20)³³

(2) “Não se faz isso candidato! **Isso é feio!**” (Debate SBT – 16 de outubro – 1:10:16)

³³ <https://www.youtube.com/watch?v=4KMD2CcS8zQ>

(3) “O senhor **precisa estudar mais**” (Debate Globo - 24 de outubro – 00:39:30)³⁴

Nos trechos 1, 2 e 3, verifica-se que a candidata Dilma assume uma posição que se assemelha à fala de um adulto dirigindo-se a uma criança ou alguém hierarquicamente dependente - como a fala de uma mãe para um filho - conferindo, assim, credibilidade e autoridade ao que está sendo dito.

O convite para pensar melhor sobre o que está dizendo (trecho 1), o adjetivo “feio” qualificando a ação de construir um aeroporto privado, supostamente, com dinheiro público (trecho 2), e a afirmação de que o candidato Aécio “precisa estudar mais” configuram exemplos de enunciados produzidos numa relação hierárquica.

Tais enunciados dialogam com outros momentos em que a candidata assume mais fortemente a posição de mãe. Em 2008, por exemplo, o presidente Lula a chama de “mãe do PAC”, o que é corroborado nas seguintes respostas³⁵ da então presidente:

“Eu não sou brava, não, sou que nem mãe”

“A mãe manda escovar os dentes e fazer o dever de casa. No governo, fui uma espécie de mãe, cobrei prazos, mas dei suporte e apoiei também”

“Eu sou firme, mas eu cuido, eu protejo, eu apoio. A mãe cobra porque ela quer o bem, quer que a lição seja feita”.

Ao se apropriar da posição “mãe”, produz-se efeitos de autoridade do dizer, ao mesmo tempo em que suaviza possíveis efeitos de agressividade.

Selecionamos um trecho referente ao debate veiculado na rede Globo no dia 24 de outubro, valendo-nos de mais um exemplo de como se produzem os efeitos de agressividade quando ocorre a correção da fala do outro:

0:24:41 Dilma Rousseff: Candidato, eu sempre gosto de perguntar a respeito do Pronatec. Por que que eu gosto do Pronatec, candidato? Porque o Pronatec ele resolve várias questões e desafios. Vocês fizeram uma lei proibindo que o governo federal fizesse e

³⁴ <https://www.youtube.com/watch?v=9bmDQnpSATc>

³⁵ Os fragmentos da fala da candidata podem ser encontrados no seguinte endereço eletrônico: http://jornalistajoseliamaria.blogspot.com.br/2010_05_01_archive.html

mantivesse escolas técnicas. Por isso fizeram, ao longo de oito anos, só 11 escolas técnicas. O senhor era líder do governo FHC. O senhor vai continuar com essa política?

0:25:14 Aécio Neves: Eu não queria ter que corrigi-la em público, mas eu era líder do PSDB, mas vamos passar isso, deixar isso um pouco mais barato.

0:25:19 Dilma Rousseff: Dá no mesmo.

0:25:21 Aécio Neves: É, mais ou menos candidata. Para quem não conhece o Congresso Nacional, talvez sim, mas é muito diferente, é muito diferente.

No trecho transcrito, verificamos que a candidata Dilma afirma que Aécio era líder do governo FHC. Tal frase é corrigida pelo candidato, o qual declara ter sido líder do PSDB.

O enunciado “Eu **não queria ter que corrigi-la** em público, **mas** eu era líder do PSDB, **mas** vamos passar isso, deixar isso um pouco mais barato”, produz efeitos de ironia, acentuando ainda mais os efeitos de agressividade, sobretudo porque as formas são polidas. Além disso, a própria estrutura frasal nega o interesse em ter que corrigi-la, para depois acrescentar uma oração adversativa, que traz justamente a correção negada num primeiro momento, constituindo-se como um argumento de maior valor e produzindo efeitos que intensificam a agressividade e o autoritarismo. Todos esses recursos, por sua vez, reafirmam a correção do outro em público para desqualificá-lo.

Aécio deixa visível uma expressão que insinua um sorriso, como corroborada pela imagem que se segue:



“Vamos deixar isso um pouco mais barato” (0:25:18)

Tomando o riso como lugar de inscrição e produção do discurso, poderemos verificar que apesar da mesma materialidade em diferentes contextos, tal expressão pode apresentar inúmeras funções e efeitos.

Nas palavras de Foucault, “o que se destaca é uma forma indefinidamente repetível [...] o próprio enunciado não pode ser reduzido a esse simples fato da enunciação, pois ele pode ser repetido apesar de sua materialidade” (FOUCAULT, 2007, p. 115). Desse modo, o riso, uma vez suscetível à transformação, reativação, pode tornar-se outro, produzindo efeitos de sentido distintos.

O enunciado acima descrito é acompanhado de um riso. Tal expressão não produz efeitos de satisfação, cordialidade, mas sim de deboche, ironia, desprezo.

O trecho em que o candidato diz e ao mesmo tempo ri, são: “um pouco mais barato” e “para quem não conhece o Congresso Nacional”.

Feita a correção, Dilma responde dizendo que ser líder do governo FHC ou PSDB não faria diferença, nas palavras da candidata “Dá no mesmo”. Nota-se novamente, na réplica do candidato, a utilização do riso para desqualificar o outro. Entretanto, esse efeito de agressividade produzido pelo tom de deboche é amenizado por expressões como “mais ou menos”, “para quem não conhece o Congresso Nacional”. Tais termos, se substituídos respectivamente pelo advérbio de negação ‘não’ e pela frase acusatória ‘você não conhece o Congresso Nacional’, produziriam efeitos de sentidos mais agressivos, dado o efeito peremptório do primeiro, e a sentença acusatória do segundo. Esse jogo argumentativo e polêmico é produzido pelo seguinte silogismo:

Quem não conhece o Congresso Nacional não diferencia “ser líder do governo FHC” ou “ser líder do PSDB”;

Dilma não faz tal distinção;

Logo, ela não conhece o Congresso Nacional.

Esse tipo de argumentação, segundo Moïse (2012) e Amossy (2014), colabora para a construção de uma agressividade mais estratégica, por meio de ataques indiretos.

Em resposta, a candidata esboça um sorriso que produz efeitos de desconforto, talvez por não poder dizer o que gostaria. Esse riso também pode ser entendido como uma forma de resistência frente à correção do candidato.

No tocante ao discurso político, “podemos afirmar que os risos corroboram a noção de micropoderes (FOUCAULT, 2010b), pois são enunciados sutis como um riso que são indícios de que a rede de poderes está em funcionamento e tensão constantes.” (SOUSA & FERNANDES, 2016).

A reação do público, após a fala de Aécio, foi de palmas e vaias, demonstrando divisões de opinião, o que produziu efeitos de um aumento de tensão.

Ainda sobre o riso, observamos que tal expressão configura-se como um exemplo da comedição e controle das expressões, visto que não se dá de modo demasiado. Segundo Courtine e Haroche (1988), esta contenção das expressões – neste caso, materializada na expressão do riso irônico – é produto das exigências sociais, políticas, da posição que ocupa ao enunciar, dentre outros aspectos.

2.1.3 Produção de efeitos de agressividade: falar de si para desqualificar o outro

Um parâmetro não contemplado nas categorias estabelecidas por Amossy (2014), porém notória nos debates brasileiros, foi a produção de efeitos de agressividade que se materializam em afirmações de si, desqualificando o adversário.

Vejamos alguns exemplos abaixo retirados de trechos de fala da candidata Dilma:

- (1) “Eu não vou terceirizar as responsabilidades” (Debate Globo - 24 de outubro – 00:47:50)
- (2) “Candidato, eu tenho orgulho de ter uma vida sem nenhum parente empregado, sem nenhum uso indevido do dinheiro público em propriedades minha ou da minha família” (Debate Globo - 24 de outubro – 00:20:30).
- (3) “Eu, candidato, não dirijo sob álcool e drogas”. (Debate SBT – 16 de outubro – 00:15:00)

Nesses trechos, verificamos que os sentidos construídos se relacionam a outros discursos, produzindo efeitos de agressividade. “Terceirizar as responsabilidades”, “Usar indevidamente o dinheiro público”, “Nepotismo”, “Dirigir sob o efeito de álcool e drogas” são ações que não são bem vistas na sociedade, e se relacionariam a imagens de um sujeito irresponsável e inconsequente.

Tais enunciados constroem imagens positivas da candidata, uma vez que evidencia o que faria ou não, o que é certo e o que é errado, inserindo-se numa posição de superioridade em relação a seu oponente, pois se constroem imagens de alguém que não está preparado para ocupar o cargo da Presidência da República, em decorrência de suas ações reprováveis.

Repetem-se e se retomam, nesses enunciados, algumas notícias de jornais que acusam Aécio de nepotismo, de dirigir alcoolizado, de usar drogas, de construir um aeroporto

particular com dinheiro público, dentre outras ações. Com relação à candidata Dilma, os dizeres que se repetem a associam à mentira e à corrupção.

A noção de “comentário” construída por Foucault (1996) nos ajuda a compreender tal prática. Segundo o autor, há “uma espécie de desnível entre os discursos: os discursos que ‘se dizem’ ao correr dos dias e das relações, discursos que se esquecem no próprio ato que lhes deu origem; e os discursos que estão na origem de um certo número de novos atos de fala” (FOUCAULT, 1996, p. 6), esses discursos seriam transformados, retomados, para além de sua formulação.

Os comentários são, ao mesmo tempo, novos, se considerarmos o acontecimento do seu retorno, e são repetidos, se relacionarmos aquilo que é dito.

Nos debates, verificamos que são sempre os mesmos dizeres que são comentados, o que caracterizaria o efeito restritivo do comentário, ao mesmo tempo em que é multiplicador.

Além de produzir efeitos de descredibilidade do adversário, a constante repetição de tais temáticas, tanto nos debates, como em outros *médiuns*³⁶, como veremos nas redes sociais e *blogs*, cada um a seu modo, produzem efeitos de uma agressividade ainda mais ácida.

2.1.4 Produção de efeitos de agressividade por meio de insinuação ou alusão

No terceiro bloco do debate³⁷ da TV Bandeirantes veiculado no dia 14 de outubro de 2014, a candidata Dilma faz a seguinte pergunta para Aécio:

“Querida lhe perguntar agora sobre como o senhor vê a questão da violência contra a mulher. Para mim é um compromisso fundamental. Acredito que a violência que afeta a mulher atinge os lares, destrói laços familiares e inclusive prejudica jovens e crianças. Ela deve ser combatida em todas as suas dimensões. A lei Maria da Penha foi um grande avanço nesse sentido, aprovada no governo do presidente Lula e reprovada no meu governo, porque ganhamos no Supremo. Se o senhor olhar a questão da violência contra a mulher, o senhor seria capaz de extinguir a secretaria que protege os direitos da mulher dentro do

³⁶ O termo *médium* é utilizado por Belting (2004), reportando-se ao meio de transmissão. Neste trabalho, priorizaremos a ortografia desta nomenclatura, tal qual é empregada pelo autor.

³⁷ O trecho deste debate encontra-se no endereço <https://www.youtube.com/watch?v=2pyO1KPMiOo>. Acesso em 10.01.2017.

Governo Federal? O senhor faria o quê para garantir que essa luta contra a violência continue?

Aparentemente, promove-se um debate de ideias, utilizando uma temática genérica do âmbito político: políticas públicas que combatam a violência contra a mulher. Entretanto essa alusão não é, de fato, um simples debate de propostas, se considerarmos a relação que estabelece com outras notícias e boatos acerca da suposta conduta desrespeitosa de Aécio no relacionamento com mulheres.

A pergunta “genérica” reatualiza outras memórias vinculadas a outros saberes, dentre eles, notícias de que o candidato teria agredido a namorada, o que produz, com maior intensidade, efeitos de agressividade e imagens de alguém que não respeita as mulheres, “agredindo-as” fisicamente e verbalmente.

Parte do que é veiculado no debate, parece ser debate de ideias, é agressivo em função do que tais dizeres potencialmente insinuam. No entanto, a provocação sob a aparência de uma pergunta ou alusão fornecerá discussões mais agressivas nas redes sociais e *blogs*, sob formas diretas, caracterizando uma agressividade descontrolada, como se verifica na imagem³⁸ abaixo:



³⁸ Imagem extraída do *blog* <<http://pradiscutirobrasil.blogspot.com.br/2014/10/nao-ha-hipocrisia-maior-de-quem-fala-de.html>>. Acesso em 10.01.2017.

A partir das análises apresentadas, pudemos observar que os efeitos de agressividade – quando ela, ainda sim, está presente e marcada – produzidos nas repreensões e correções da fala do adversário, nas alusões ou afirmações sobre si, por exemplo, podem ser amenizados ou intensificados pelas marcas de “cortesia”, como a estrutura argumentativa, a ironia, os pedidos de desculpa seguidos da conjunção adversativa “mas”, elementos que contribuem para a construção de uma agressividade indireta e estratégica, mais branda ou mordaz, abrindo caminho para a produção de efeitos mais diretos, ácidos e agressivos, os quais podem ser encontrados em outros *médiuns* como as redes sociais, lugares em que a máscara da polidez torna-se dispensável e os indivíduos podem se “esconder” sob o véu de um pseudônimo ou perfil fictício.

No tocante ao corpo, não se pode negar que o desenvolvimento das tecnologias, das técnicas de focalização do rosto, por exemplo, exigiram um controle maior das expressões e gestos, tornando-os mais comedidos e *dóceis*. Em nossas análises, destacamos a expressão do sorriso, o qual se dá igualmente de modo sutil, embora produza efeitos agressivos de deboche e desprezo, funcionando como uma ferramenta para desqualificar a fala do outro.

Corpo, voz e verbo, moldados pelos recursos tecnológicos, submetidos aos papéis sociais e culturais que ocupam, bem como pelo *médium* em que está inserido, permitem a produção de efeitos de uma agressividade “polida”, afinal ocupar historicamente um lugar, nos permite dizer algumas coisas, censurando outras, uma vez que há regras determinadas por esses lugares, os quais nos impõem restrições que também estão intrinsecamente relacionadas ao público a quem são dirigidos os discursos.

2.2 Sites oficiais

No espaço “cibernético”, por exemplo, coexistem *sites* que funcionam como as redes sociais, e outros que são institucionais, “oficiais”, seguindo os modelos dos veículos midiáticos.

Um dos rituais que caracterizam estes últimos é a possibilidade de se enunciar a partir de um lugar “oficial”, o que apresenta mais restrições. Tanto as mensagens dos moderadores desses *sites*, como as mensagens enviadas pelos eleitores para uma possível exibição, sofrem alguns tipos de coerções.

Nos *sites* oficiais observamos características de uma agressividade programada. A temática que relaciona Aécio ao desrespeito da Lei Seca, e Dilma à ação de mentir aparece também nas redes sociais dos candidatos, porém de forma menos estratégica. Vejamos os exemplos:

Imagem 1



www.dilma.com.br

Imagem 2



www.aecioneves.com.br

Na imagem 1, veiculada no *site* de campanha da candidata Dilma Rousseff, a temática sobre a apreensão da carteira de habilitação do candidato tucano e sua recusa a fazer o teste do bafômetro numa operação da Lei Seca em 2011, aparece novamente, por meio da apresentação de duas fotos sobrepostas em um fundo azul, as quais colaboram para a construção de efeitos de verdade. A primeira foto que aparece na imagem 1 refere-se a uma notícia de junho de 2009, na qual Aécio participa de uma campanha educativa sobre os perigos de dirigir sob efeito de bebidas alcoólicas. Em sequência, a segunda imagem remete à notícia de Aécio quando teve sua habilitação apreendida. O provérbio “Faça o que eu digo, não faça o que eu faço”, ao ser atualizado, produz efeitos de um candidato que não apresenta coerência entre o agir e o dizer. O enunciado composto pelo provérbio destacado pela cor amarela, as duas fotos, e a imagem do rosto de Aécio posicionado à direita constroem efeitos de agressividade, sobretudo, no que diz respeito à temática.

Constatamos que há um ataque à própria pessoa do opositor relacionado a uma questão que supõe uma inconsistência entre o argumento e seu comportamento, ou uma contradição nos seus dizeres, produzindo um efeito de agressividade e desqualificação pela incoerência. Acusa-se o candidato de apresentar uma incoerência entre o que diz e o que faz, ao evidenciar uma imagem que remete à participação de Aécio numa campanha educativa contra a ação de dirigir alcoolizado e logo após, a apresentação de outra imagem que remete

ao momento em que o candidato teve sua carteira de habilitação apreendida por dirigir sob o efeito do álcool.

O efeito de agressividade é produzido justamente pela temática abordada, e por caracterizá-lo como alguém que não apresenta coerência entre o dizer e o fazer, algo que, no imaginário social, configuraria o sujeito hipócrita. Tais sentidos deslizariam para o candidato, descredibilizando até mesmo suas propostas, visto que o sujeito incoerente, hipócrita, demagogo, pode falar, prometer e, posteriormente, não fazer.

No *site* do candidato Aécio, por sua vez, cria-se uma seção denominada *Dilmentirômetro*, representada pela imagem 2. O *Dilmentirômetro* corresponde a uma versão de um espaço denominado “Combata o boato” e “Compare as campanhas”, recorrente nos *sites* de campanha oficiais de 2010 e 2012. A imagem abaixo foi veiculada no *site* do candidato José Serra nas eleições presidenciais de 2010, em que se opunham duas campanhas: “a campanha da mentira” e “a campanha da verdade”:

Imagem 3



A seção criada para combater os boatos no *site* de Aécio contabilizava as “mentiras” pronunciadas pela candidata no segundo turno, apresentando o que seria de fato “a verdade”. O neologismo que dá nome ao espaço (*Dilmentirômetro*) – juntamente a afirmações acusatórias e a uma caricatura de Dilma – produz imagens de uma candidata mentirosa e corrobora os efeitos de um discurso desrespeitoso.

Para análise das imagens veiculadas nesse *médium*, abordaremos previamente alguns conceitos teóricos importantes para compreendermos os efeitos de sentido produzidos por tais materialidades relacionadas à historicidade. Um desses conceitos é a Semiologia Histórica³⁹.

Courtine ([1987] 2006a) proporrá uma Semiologia Histórica, cujo enfoque se constituirá, primeiramente, em perspectivas históricas e antropológicas, e posteriormente em discussões acerca do rosto e do corpo, “a fim de pensar discursivamente as redes de imagens que constituem a cultura e o imaginário de uma sociedade” (GREGOLIN, 2008, p. 21).

Courtine (2005), considerando o caráter icônico e discursivo da imagem, afirma que toda imagem se inscreve em uma cultura visual, e essa cultura supõe a existência para o sujeito de uma memória visual, uma memória das imagens. Segundo o teórico, toda imagem tem um eco:

Como articular estas imagens umas com as outras, como reconstituir estes vínculos que dão seu sentido aos ícones de uma cultura para os indivíduos que compartilham de sua memória? Pelo ajustamento, pela detecção no material significante da imagem, pelos indícios, pelos rastros que outras imagens ali depositaram, e pela reconstrução, a partir destes rastros, da genealogia das imagens de nossa cultura (COURTINE, 2013, p. 44).

No exemplo do material observado nos *sites*, verificamos alguns indícios que remetem a sentidos e memórias construídas historicamente em nossa cultura. O nariz saliente na caricatura de Dilma retoma um já-dito imagético, evocando uma memória da história de Pinóquio, clássico da literatura infantil que conta a história de um menino de madeira cujo nariz crescia a cada mentira contada por ele. O que vemos são imagens sob imagens:

³⁹ SARGENTINI, V. CURCINO, L.; PIOVEZANI, C. Discurso, semiologia e história. 1 ed. São Carlos: Claraluz, 2011.



A rememoração da personagem da literatura infantil produz efeitos de uma candidata mentirosa. Assim como na fotomontagem veiculada em *blogs*, o enunciado que emerge no *site* oficial também associa a candidata Dilma à ação de mentir, porém o faz de um modo mais estratégico, por meio da criação de uma seção exclusiva que permite a participação dos eleitores, uma vez que podem compartilhar as “mentiras”.

A ação que desvenda as mentiras de Pinóquio se relaciona ao ditado popular “mentira tem pernas curtas”, o qual também é (re)atualizado neste enunciado. Com isso, constatamos algumas características do enunciado apontadas por Foucault (2004), dentre elas, o fato de o enunciado ter sempre “margens povoadas de outros enunciados” e que “não há enunciado que, de alguma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados”.

Logo abaixo à imagem de Dilma e a definição do que seria a seção Dilmentirômetro, exibe-se o seguinte enunciado: “As mentiras do PT não tem limites, mas têm as pernas curtas”, já considerando, pelo emprego da nominalização – “As mentiras”, como algo inquestionável. A retomada do provérbio, assim como da imagem do nariz saliente, evoca outros discursos, referentes aos saberes e memórias acerca do político mentiroso. Observamos que os efeitos de agressividade se materializam, sobretudo, nos elementos do corpo (Nariz, pernas) desproporcionais, os quais representariam as cristalizações das mentiras, construindo efeitos de que estas sempre acabam sendo descobertas.

O efeito do dizer agressivo é também produzido por meio da afirmação que acusa Dilma de ter interesses pessoais, de ser desonesta, mentirosa, associando a agressividade ao argumento *ad hominem*, que foca mais na pessoa do que sua tese (Amossy, 2014).

Tanto a imagem de Aécio, como de Dilma retomam ditos populares – “Faça o que eu digo, não faça o que eu faço” e “Mentira tem pernas curtas” – e ao ressignificá-los constroem efeitos de agressividade.

Tais insultos e efeitos agressivos estigmatizam o outro construindo imagens de um mal que deve ser exterminado, materializados, por exemplo, na imagem de Dilma associada ao Pinóquio. Desse modo, os insultos reduziriam a política ao corpo: bêbado, hipócrita, mentiroso.

2.3 Redes sociais e *blogs*

Dentre as várias mudanças que as redes sociais têm provocado na sociedade, a democratização e potencialização da participação dos indivíduos tem ganhado destaque. Os internautas são interpelados a exporem suas ideias e opiniões, as quais podem ter o mesmo alcance das notícias veiculadas no rádio ou na televisão. O Facebook, assim como os *blogs*, tornaram-se palanques virtuais, facilitando e promovendo uma maior circulação de textos escritos e, sobretudo, de imagens e vídeos em um curto espaço de tempo.

Segundo Foucault (1996), a troca e a comunicação fazem parte de um sistema complexo de restrição, sem os quais o funcionamento daqueles seria impossível. Sobre os rituais, o autor assinala que:

A forma mais superficial e mais visível desses sistemas de restrição é constituída pelo que se pode agrupar sob o nome de ritual; o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso. (FOUCAULT, 1996, p. 38, 39).

Os rituais que caracterizam as redes sociais, como a democratização do dizer – visto que todos que possuem cadastros nas redes podem compartilhar diversos conteúdos, expressando, assim, opiniões –, possibilidade de compartilhar imagens e vídeos que veicularam em outros meios de comunicação ou criados pelos próprios internautas, textos curtos, que exigem menos tempo de leitura, dentre outras, fazem com que tais condições possibilitem a emergência de determinados discursos e não outros em seu lugar.

Dada a sua crescente importância, tais ferramentas têm sido utilizadas como estratégias de marketing também nas campanhas eleitorais, tanto pelos candidatos, como pelos eleitores. No período pré-eleitoral das eleições de 2014, as redes sociais foram caracterizadas como arenas políticas, espaço de discussão, exposição e, algumas vezes, de imposição de ideias e demonstrações de intolerância e preconceitos.

Os próprios recursos oferecidos pelas redes sociais contribuíram para a consolidação de determinadas comunidades virtuais unindo e instigando os internautas a lutarem a favor de um candidato e combater, a qualquer custo, o candidato oponente. Desse modo, os insultos verbais e imagéticos veiculados nas redes possibilitam a identificação de um grupo, em oposição a outros. Essa adesão se dá pelos compartilhamentos, comentários, curtidas, dentre outras formas.

Os efeitos de agressividade produzidos nesse aparato tecnológico parecem não ter limites. Um dos recursos virtuais que possibilitam e potencializam esses efeitos são as fotomontagens. Enquanto no jornalismo essa prática é proibida, causando perda de credibilidade em relação às notícias veiculadas, nas redes sociais tem se tornado cada vez mais recorrente tal ‘manipulação’ de imagens. Segundo a fotógrafa Grete Stern (2009), em seu texto *Anotações sobre fotomontagem*, uma definição aproximada para fotomontagem seria “a união de diferentes fotografias já existentes, ou a serem tiradas com esse fim, para criar com elas uma nova composição fotográfica”. Apesar de essa prática ser considerada tão antiga quanto a própria fotografia, é com o avanço das ferramentas cibernéticas que seu uso é acentuado.

Uma característica recorrente das fotomontagens que circulam nas redes sociais e nos *blogs* é a apresentação de dizeres breves associados a imagens que circulam aparentemente sem sujeito, corroborando as características de uma *língua de vento* (flexíveis, fluidas, efêmeras, de difícil apreensão). Observamos nesse espaço algo semelhante ao que Pêcheux denominava como *ça circule* (isso circula), em *Materialités discursives*, já em 1981, produzindo efeitos de que “qualquer coisa” circula ampla e massivamente nos meios de comunicação. No entanto, ele ressalta que “as circulações discursivas nunca são aleatórias, o qualquer coisa nunca é qualquer coisa” (PÊCHEUX, 1981, p. 4). As imagens, portanto, devem ser analisadas considerando a memória, suas condições de produção, sua historicidade.

Vejamos abaixo duas *fotomontagens* que circularam em *blogs*⁴⁰ e no Facebook⁴¹ no período pré-eleitoral da referida eleição:

Imagem 4



Imagem 5



Na imagem 4, referente a Aécio Neves, o enunciado verbal “Corrida Presidencial, Aécio sobe 4 pontos...no bafômetro” é acompanhado por uma imagem do candidato, cuja expressão facial assemelha-se a de um indivíduo que está alcoolizado, dado ao arqueamento das sobrancelhas, e o olhar baixo e sem foco, acompanhado do gesto conhecido popularmente como Hang Loose. Ao retomar um gesto, utilizado tipicamente por jovens, e que se convencionou significar a expressão de alguém que está calmo, feliz, e tem controle sobre determinada situação, acentua-se ainda mais a produção dos efeitos de agressividade, visto que o enunciado emergente contraria o imaginário que se tem sobre a conduta de um candidato à Presidência da República.

Outra fotomontagem, divulgada também em *blogs*⁴², dialoga com imaginários do que seria permitido mostrar e censurar com relação ao candidato:

⁴⁰Disponível em <<http://camociminformados.blogspot.com.br/2014/07/o-legado-perverso-de-aecio-neves.html>>. Acesso em: 26 maio 2015

⁴¹ Disponível em : <http://www.facebook.com/MovimentoBrasilConsciente?fref=ts>. Acesso em: 26 maio 2015.

⁴² A fotomontagem pode ser encontrada em: <http://007bondeblog.blogspot.com.br/>. Data de acesso: 10.05.2016



Na imagem ao centro, Aécio aparece vestindo um terno bem alinhado. A expressão facial do candidato denota tranquilidade e equilíbrio, dado ao esboço de um sorriso comedido, associado a um olhar que se direciona para a câmera. Sobre esta foto exibe-se o seguinte enunciado: “Essa é a imagem que nos é permitida mostrar de Aécio Neves!”. Materializa-se, portanto, neste enunciado multilinguístico, o imaginário que se tem acerca da conduta de um candidato político, e das imagens que devem ou não circular a respeito dele. As imagens à esquerda e à direita constituem, ironicamente, aquelas que não deveriam ser veiculadas, dentre elas, encontra-se a imagem que compõe a fotomontagem objeto de nossa análise.

Com relação ao enunciado verbal referente à imagem 4, “Corrida presidencial”, contrapõem-se a ideia de avanço nas pesquisas referentes à corrida presidencial, e o avanço nas medidas do bafômetro, ocasionado pelo aumento da ingestão de bebidas alcoólicas. Por meio da derrisão construída a partir do enunciado “Aécio sobe 4 pontos...no bafômetro”, vê-se que o ataque se enquadra em um dos parâmetros propostos por Amossy, relacionado-se ao argumento ligado ao *ad hominem*, o qual foca mais a pessoa do que sua tese, enfatiza suas características e a sua personalidade ao invés de refutar os argumentos.

No tocante à derrisão produzida a partir do enunciado “Corrida Presidencial, Aécio sobe 4 pontos...no bafômetro”, verificamos, segundo os estudos de Bonnafous (2003), a associação entre o humor e a agressividade. Pode-se observar a ocorrência de uma quebra de expectativa ao se mencionar “Bafômetro”, provocando o riso.

De acordo com Simone Bonnafous (2003), a derrisão seria “a associação do humor e da agressividade que a caracteriza e a distingue da pura injúria” (2003, p. 35). Nessa mesma perspectiva, Mercier (2011) defenderá que a derrisão seria um modo de liberar a agressividade, sem sofrer as retaliações, uma vez que está associada ao riso, e portanto, teria uma maior aceitação.

É importante salientar que os sentidos, neste caso, só se completam na interseção entre texto verbal e a imagem, construindo um enunciado sincrético (multilinguístico).

Constroem-se imagens de um candidato que não respeita leis, atribuindo o seu avanço, não à sua competência enquanto candidato, mas à imagem de alguém que avança os níveis do bafômetro, em decorrência da ingestão do álcool. A emergência de tais enunciados retoma memórias de saberes que associam negativamente a imagem do homem público e ingestão de bebida alcoólica, como ocorreu também de forma derrisória com os ex-presidentes Jânio Quadros e Luís Inácio Lula da Silva.

Tais memórias resgatam saberes que estão dentro do discurso da saúde, higiene, da relação entre homem público e privado, da confiança, do homem de família. No discurso da saúde, por exemplo, encontramos a emergência de enunciados que corroboram efeitos negativos da bebida alcoólica e da diminuição do autocontrole sobre o indivíduo que a ingere, como mostrado no exemplo: “A ingestão de álcool, mesmo em pequenas quantidades, diminui a coordenação motora e os reflexos”⁴³. Há um imaginário de que o homem bêbado não tem valor, não é digno de crença, não cuida de si, distanciando-se da imagem do responsável pai de família.

Veiculou-se, em alguns *sites*, notícias sobre o envolvimento de Aécio com bebidas e drogas ilícitas, como mostra o exemplo⁴⁴ abaixo:



Fonte: G1, 17 abr 2011

⁴³ Disponível em : <http://www2.unifesp.br/dpsicobio/cebrid/folhetos/alcool_.htm>. Acesso em: 31 maio 2015.

⁴⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/04/aecio-neves-tem-habilitacao-apreendida-em-blitz-da-lei-seca-no-rio.html>>. Acesso em: 26 maio 2015.

O enunciado “[...] sobe 4 pontos...no bafômetro” relaciona-se a outros enunciados que atribuíram ao candidato Aécio a utilização indevida de bebidas alcoólicas e o desrespeito às leis de trânsito.

Sabe-se que um dos objetivos da Lei Seca, promulgada em 2008, foi a redução dos acidentes provocados por motoristas embriagados no Brasil. Diversas operações foram e estão sendo realizadas a fim de garantir a segurança no trânsito. Dada a atual conjuntura e os vários discursos que circulam na sociedade a esse respeito, ao vincular a imagem de um homem político ao desrespeito da referida lei, constroem efeitos de agressividade, uma vez que o mostra como alguém que infringe leis. O ato de desrespeitar regras refuta certos valores da sociedade e pode se constituir como um insulto.

Tal análise corrobora o que autores como Chassin (2005), Burke e Porter (1997), Larguèche (2011) entendem como constituição do insulto, considerando que este deve ser compreendido em relação ao contexto, levando em conta tudo aquilo que compartilham aqueles que pertencem a uma mesma sociedade, uma classe social, uma cultura.

Vemos, desse modo, que o efeito de agressividade produzido neste enunciado é alimentado por um conjunto de dispositivos complexos constituídos por outros saberes, outras imagens, outras memórias.

Na fotomontagem referente à Dilma, a candidata aparece vestida com um avental, detentora de seis braços, cada qual segurando um utensílio, como pincel, martelo, esponja de aço, etc. O discurso imagético dialoga com outros discursos sobre a mulher, como por exemplo: “A mulher consegue desempenhar várias tarefas ao mesmo tempo”, “a mulher deve ser dona de casa”. Além da memória discursiva, há também um já-dito icônico. A figura de Dilma com vários braços retoma outras imagens, como a “mulher polvo”, capaz de desempenhar multi-tarefas:

Imagem 6



A imagem 5, diz respeito a um anúncio publicitário de 1963 da Hysil (imagem 6) que apresentava o seu conjunto de cozinha como essencial, econômico, atrativo, eficiente, moderno, prático, agradável e útil, apresentando, portanto, enunciados do campo doméstico.

Ao reatualizar as características de “mulher polvo” constroem-se imagens de uma candidata capaz de desempenhar várias atividades ao mesmo tempo. No entanto a imagem não vem só. Outros enunciados verbais circundam o discurso imagético, dentre eles:

- (1) “Dona de casa, cozinheira e cuida do jardim...só não cuida do país!”,
- (2) “É mentira do PT”,
- (3) “Na propaganda eleitoral, quer passar a imagem de dona de casa que cozinha, lava e passa...tudo pra enganar você”.

A imagem da “mulher polvo” retomada nesse enunciado, assim como enunciados provenientes do discurso publicitário, intensifica os efeitos de agressividade, e a associação da imagem de Dilma como um produto a ser vendido. A supervalorização de suas habilidades em desempenhar várias tarefas ao mesmo tempo, é desconstruída pelo discurso verbal.

Na fotomontagem de Dilma, também emergem enunciados do campo doméstico (*cozinha, lava e passa*) – um discurso que se atribui à mulher -, construindo imagens de uma candidata “mentirosa”, a qual tentaria mostrar aos seus eleitores que é também uma dona de casa, no entanto, sua única ação seria a de enganar, fingir.

Os efeitos de agressividade produzidos a partir dessa fotomontagem passam pela misoginia, reforçando os discursos que reduzem o papel da mulher à casa. No trecho (3) – “quer passar a imagem de dona de casa” – atribui-se à Dilma o desejo de ser uma dona de

casa, de modo a construir imagens de que o espaço do lar é almejado pelas mulheres, sendo, desse modo, algo positivo.

A afirmação “É mentira do PT”, acusação dirigida diretamente ao partido da candidata, colabora para a construção de um efeito de agressividade que desliza da candidata ao partido e vice-versa.

Tal enunciado pode ser classificado e categorizado no terceiro parâmetro proposto por Amossy (2015), o qual diz respeito ao ataque a própria pessoa do opositor. Temos aqui um argumento ligado ao *ad hominem*, que foca mais na pessoa do que sua tese, denominado argumento falho: Acusa-se o sujeito de ter interesses pessoais, de ser desonesto, mentiroso.

Uma estratégia semelhante entre os dizeres que compõem as fotomontagens é a utilização dos três pontos seguidos de sentenças acusatórias. Tanto em “Corrida presidencial, Aécio sobe 4 pontos”, como “Dona de casa, cozinheira e cuida do jardim”, constroem imagens positivas das ações dos candidatos. No entanto, há uma quebra da expectativa na continuação das frases, visto que se constroem efeitos de que Aécio avançaria no bafômetro, e Dilma não seria capaz de cuidar do país. Os três pontos produzem uma pausa para a introdução da inversão do sentido da primeira parte pelo que se enuncia em sequência.

“Corrida presidencial, Aécio sobe 4 pontos” ... “no bafômetro”

“Dona de casa, cozinheira e cuida do jardim” ... “só não cuida do país”

Os enunciados analisados produzem efeitos de agressividade por meio de afirmações acusatórias dirigidas diretamente aos candidatos – “É mentira do PT”, Aécio sobre 4 pontos...no bafômetro”, da derrisão – que relaciona a pontuação nas pesquisas (que não aumentava) com os pontos na carteira de habilitação e no bafômetro (que apresentavam avanço) - , por meio da seleção temática (Ex. apreensão da habilitação do candidato ao se recusar a fazer o teste do bafômetro), escolhas lexicais, e imagéticas as quais retomam outros saberes e acentuam os efeitos do discurso dito ácido.

2.3.1 Intolerância e agressividade descontrolada nas redes sociais

Contrastando com as imagens acima analisadas - cujos efeitos de agressividade são materializados na ironia ou na derrisão, tornando-a menos direta – evidenciaremos, em sequência, uma agressividade que parece não ter limites, nem mesmo argumentação, tornando-se mais direta, ofensiva e intolerante.

Para tanto, extraímos quatro imagens⁴⁵ do grupo intitulado “Dignidade médica” no Facebook. A escolha de tais imagens justifica-se pela repercussão e polêmica que alcançaram. A rede social recebeu várias denúncias a respeito da incitação ao ódio e preconceito, sobretudo contra os nordestinos. Após algumas denúncias, a Procuradoria-Geral da República recomendou que integrantes do Ministério Público Federal fizessem um levantamento das denúncias em todos os Estados, a fim de instaurar processos criminais contra os autores das postagens preconceituosas. Vejamos algumas delas:

Imagem 7



Imagem 8

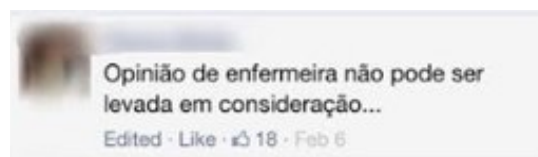


Imagem 9



Imagem 10



⁴⁵ As imagens podem ser encontradas no seguinte endereço eletrônico: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-10-17/pt-pede-que-justica-tire-grupo-dignidade-medica-do-ar-apos-postagens-racistas.html>>. Acesso em 11.01.2017.

Na imagem 7, instaura-se o preconceito contra o pobre, associando sua carência de recursos ao baixo nível de compreensão e entendimento. Embora o termo “conversa” apareça, para que o diálogo ocorra, nessa perspectiva, é necessário que os indivíduos estejam em níveis equivalentes de compreensão. Desse modo, o sujeito enunciatador insere-se na posição “Rico”, justificando sua agressividade verbal pelo fato de ter que se colocar no nível de conversa do menos desfavorecido. Com isso, o excerto em questão dialoga com discursos de que é o pobre que é agressivo, profere palavras de baixo calão, dentre outros imaginários. Tenta-se, portanto, eximir-se da culpa: “Insulto porque o outro só compreende por meio da agressividade”; “Sou agressivo, porque me coloco na posição do meu interlocutor”. Nesse caso, o outro é desqualificado e censurado pela sua situação socioeconômica.

Na imagem 8, por sua vez, o preconceito se dá contra uma classe profissional (enfermeiros), dialogando com discursos que circulam na sociedade acerca da superioridade dos médicos em relação aos enfermeiros. Nesse excerto, a censura e a intolerância parecem ser predominantes, uma vez que o pertencimento de um indivíduo a uma determinada profissão, tornaria sua opinião inválida.

Na imagem 9, vemos novamente a expressão da vontade de censura do outro – “Sem diálogo!”-, não por pertencer a determinado nível econômico ou profissão, mas por estar diante de opiniões contrárias às suas. O sujeito deseja a morte simbólica de um partido – “Figuradamente” - e o bloqueio de todos aqueles que apresentarem mensagens contrárias ao que defende.

O nível da agressividade e intolerância simbólicas parece adquirir graus tão elevados que atingem o limiar entre a violência verbal e física. Vejamos o último exemplo que ratifica tal afirmação. Na imagem 10, menciona-se o desejo de matar “fisicamente” os nordestinos, pelo fato da candidata Dilma ter tido o maior número de votos nesse Estado. Há uma convocação para que os médicos “causem um holocausto” nessa região. Nesse caso, o discurso do ódio ganha força recebendo a aprovação de 696 perfis, como mostra o número de “curtidas”.

No primeiro capítulo desta dissertação, tratamos de algumas questões postas por Bouchet (2010) em seu livro “Noms d’oiseaux”, em relação à agressividade no discurso político. Após as análises realizadas até então, pudemos responder a alguns desses questionamentos. Vejamos alguns deles: Com o quê se procura atingir o adversário? O insulto

estaria relacionado a suas orientações morais, religiosas, as suas aptidões intelectuais? E sobre os insultos xenófobos?

A partir das análises, observamos que se procura atingir o adversário desqualificando-o por meio de comentários acerca de sua situação socioeconômica, de suas aptidões intelectuais, de sua vinculação geográfica, de sua orientação moral, de sua profissão, dentre outros aspectos que fazem com que a agressividade deixe de ser apenas ofensiva, em diferentes formas e graus, e se torne também intolerante.

2.4 Graus e formas da agressividade verbal, imagética e gestual

As categorias propostas por Amossy (2014) acerca da violência verbal, permite-nos analisar somente as formas da agressividade – por meio de insultos, desqualificação da fala do adversário, desrespeito de turnos de fala, dentre outros modos – não abordando os graus da agressividade.

A partir de nossas análises pudemos delinear a presença de três níveis para compreender e classificar os ditos agressivos, assim como a presença de outras formas que podem materializar e constituir os efeitos de agressividade.

Graus de Agressividade	
Agressividade descontrolada, pura ou intolerante (+++)	Consiste na desqualificação do outro por meio de ataques, provocações, ameaças e acusações diretas. Encontra-se no limiar entre a agressividade simbólica e a física. Exemplo: “70% de votos para a Dilma no nordeste. Médicos do nordeste causem um holocausto por aí”
Agressividade sutil e mordaz (++)	Diferencia-se da agressividade pura por ser mais estratégica e programada. Nesse nível, os efeitos são também extremamente agressivos, mas atingidos por meio de ataques indiretos ou sutis, sendo ‘polido’ ou

	<p>aparentemente inofensivo apenas na forma, na materialidade verbal ou imagética. Exemplo extraído do debate veiculado pelo SBT, no dia 16 de outubro, em que Dilma faz a seguinte pergunta para Aécio: “Candidato, eu queria saber o que o senhor acha e como o senhor vê essa questão da lei seca e se todo cidadão que for acionado, solicitado, deve se dispor a fazer exame de álcool e droga”. (0:42 – 1:04). (Transcrição)</p>
<p>Agressividade moderada e amenizada (+):</p>	<p>Neste nível os efeitos de agressividade estariam mais próximos da polêmica, sendo amenizados por ela, por formas modalizadoras, de modo a ressaltar/fazer parecer um confronto de ideias ou perspectivas.</p> <p>Ex. “O senhor precisa estudar mais” (Debate Globo - 24 de outubro – 00:39:30)</p> <p>“A senhora falta com a verdade” (Debate SBT – 14 de outubro – 00:15:20)</p> <p>“Então, candidato, me desculpa, mas o senhor falou, falou e não apresentou nada de concreto” (Debate Globo – 24 de outubro - 00:34:38)</p>

As formas da agressividade podem ser reconhecidas ou classificadas em nove categorias, a saber:

Formas de agressividade	Exemplos
1) Interrupção abrupta da fala do interlocutor	Trecho extraído do debate veiculado pela rede Globo no dia 02 de outubro: Aécio Neves: “Você não deve ofender os outros sem” (01:05:42) Luciana Genro interrompe a fala do candidato: “Você não levante o dedo pra mim!” (01:05:45)
2) Ridicularização ou repreensão da fala do outro	“Mas o senhor está fabulando, está inventando uma história que não existe.” (Debate Bandeirante – 14 de outubro – 00:37:15)
3) Metalinguagem agressiva: diz respeito às considerações feitas pelo sujeito enunciador a respeito de sua própria fala.	“Candidata, não queria nem corrigi-la, mas vou corrigi-la mais uma vez” (Debate Record – 19 de outubro - 00:26:11)
4) Alusões ou insinuações pelos procedimentos de: a) Falar de si para desqualificar o outro; b) Perguntas genéricas.	a) “Eu, candidato, não dirijo sob álcool e drogas” (Debate SBT – 16 de outubro – 00:15:00) b) “Como o senhor vê a questão da violência contra a mulher?” ⁴⁶ (Debate Band – 14 de outubro – 00:20:15)
5) Ataques diretos e repetições enfáticas relacionadas à moral ou conduta do oponente.	“A senhora está sendo leviana , candidata, leviana! ” (Debate Bandeirantes – 14 de outubro - 00:36:08)
6) Ironia	“A candidata aqui nos brinda com uma pérola”. (Debate Globo – 24 de outubro - 00:29:27)
7) Derrisão	“Corrida Presidencial, Aécio sobe 4 pontos...no bafômetro” (Exemplo extraído de <i>blogs</i> e redes sociais)
8) Formas “polidas”	“Mais uma vez um convite eu lhe faço, vamos olhar para frente, não vamos aqui debater olhando no retrovisor” (Debate Globo – 24 de outubro - 00:32:21)
9) Práticas estigmatizantes que conferem ao insultado características animais, físicas,	"Se auditar a nossa dívida e colocá-la numa ressonância, ela vai sair magrinha, parecida

⁴⁶ Tal pergunta produz efeitos de agressividade se relacionada às notícias de que Aécio agrediu, supostamente, sua ex-namorada.

escatológicas.	com você". (Debate Band - 26 de agosto – 00:40:00) ⁴⁷
----------------	--

Desse modo, as formas de agressividade acima elencadas, bem como as categorias propostas por Amossy, poderiam ser classificadas nestes três níveis: “Agressividade descontrolada”, “sutil e mordaz” ou “moderada e amenizada”.

Com relação às materialidades imagética e gestual, também inscritas historicamente, pode-se citar:

- 1) Levantar o dedo em riste;
- 2) Levantar as sobrancelhas;
- 3) Expressões de desprezo: Riso irônico, *duping delight* e mau humor ou desdém;
- 4) Caricaturas.

É importante ressaltar que esses gestos, expressões e imagens não são agressivos se considerados isoladamente, pois a produção dos seus efeitos se dá em relação com a história, com o contexto cultural, dentre outros elementos. O “levantar do dedo em riste”, por exemplo, associado a uma acusação feita ao adversário, interrupção abrupta de sua fala, ou mesmo acompanhado do levantar das sobrancelhas, produziria efeitos de sentido agressivos, uma vez que estes tipos de gestos e expressões inscrevem-se na história, evocando imagens da expressão de sentimentos como o ódio, a raiva, o mau humor.

O riso, também observado nas análises, mobiliza diferentes efeitos de sentido e funções dependendo da situação enunciativa e de suas condições de produção, podendo produzir efeitos de cordialidade, felicidade, simpatia e também de ironia.

Outra expressão de desprezo relacionada ao riso é o *duping delight* (prazer profundo), sorriso discreto, normalmente unilateral, uma vez que só uma parte do canto da boca se eleva embora o queixo também se eleve (Freitas-Magalhães, 2013, p.73). Segundo Sérgio Senna (2011), doutor em psicologia pela Universidade de Brasília, esta expressão significaria o prazer proveniente do êxito de uma estratégia ou de uma antecipação psicológica desse êxito

⁴⁷ Neste trecho o candidato Eduardo Jorge utiliza o adjetivo “magrinha” para caracterizar Marina Silva, comparando-a ao peso que a dívida pública teria depois de passar por auditorias. Ao caracterizar a aparência física de sua oponente, foram produzidos efeitos agressivos, considerando-a uma atitude machista, uma ferramenta que produz desqualificação do adversário. Em entrevista, o candidato Eduardo alegou que não teve intenção de agredi-la, mas de elogiá-la. Posteriormente, Marina Silva aparece em um vídeo, nas redes sociais, acompanhado da frase “Pra quem diz que sou magrinha e fraquinha”, no qual a candidata se compara a uma árvore chamada Biorama, que apesar de não ser tão grossa, não verga ao golpe de machado.

e, nas palavras do autor, “Essa é uma expressão muito importante e qualquer pessoa deveria ser capaz de reconhecê-la. Imagino que todos os adultos já foram vítimas do *duping delight*. Sabe aquele adversário que sentiu satisfação quando você se “deu mal” em algum trabalho? Pois é, o sorrisinho de satisfação secreta pelo o seu fracasso era o *duping delight*.” (SENNA, 2011).

Nos debates, a expressão do *duping delight* foi vista com frequência no rosto do candidato Aécio Neves. Vejamos um exemplo abaixo, extraído do debate veiculado no dia 16 de outubro no SBT, no momento em que a candidata Dilma dizia: “Eu gostaria muito de saber por que vocês sempre torceram contra esse que é um dos programas (Prouni) mais importantes hoje, porque garante acesso democrático”:

Imagem 11



O sorriso discreto e unilateral de Aécio produz efeitos de agressividade, de deboche e ironia, uma vez que evoca imagens da expressão de desprezo e desdém em relação ao oponente. Neste caso, a desqualificação da fala do outro se dá pela expressão facial.

Outra expressão que produz efeitos de agressividade e desprezo é a demonstração do mau humor. No mesmo debate, extraímos a seguinte imagem que o exemplifica:

Imagem 12



A sobrancelha levantada da candidata, os cantos dos lábios comprimidos, foram interpretados pela Dra. Cláudia Cotes, fonoaudióloga e doutora em Linguística, como uma “dificuldade de auto-consciência corporal”⁴⁸. Na perspectiva da pesquisadora, a candidata Dilma demonstra muito mau humor na expressão, não conseguindo deixar a face neutra, o que deporia contra ela mesma.

É importante ressaltar que, na perspectiva discursiva adotada neste trabalho, não buscamos atestar a veracidade ou a intencionalidade do sujeito empírico, ou mesmo defender que a expressão facial seja a expressão fidedigna dos sentimentos. Interessa-nos, portanto, observar os efeitos de sentido produzidos por meio de expressões que evocam memórias de sentimentos como a raiva, ódio, indiferença ou agressividade.

Após os debates, proliferavam dizeres – sobretudo de psicólogos, assessores - de que a candidata deveria evitar demonstrar tais sentimentos, optando, nas palavras da pesquisadora Cláudia Cotes (2014), por uma “face neutra”.

O rosto ideal, nessa perspectiva, seria um rosto sem expressão, “neutro”, que não demonstre qualquer emoção, pois a expressão de sentimentos pode ser uma ameaça a si ou ao interlocutor. Esse paradoxo de incitar a falar e, ao mesmo tempo calar, que permeia a sociedade contemporânea, foi desenvolvido nos estudos de Courtine e Haroche (1988), os quais se debruçam sobre a temática relativa ao rosto, e suas expressões. Na concepção destes autores, as constatações da importância da imagem e do corpo no âmbito político exigem do autor uma digressão que o leva a desenvolver um minucioso estudo sobre a história do rosto (COURTINE, J.J. e HAROCHE, C. 1988).

Na obra “A História do rosto” - ancorada nos trabalhos de Norbert Elias, Max Weber e Michel Foucault - os autores buscam uma extensa quantidade de textos verbais e imagéticos

⁴⁸ A entrevista com a Dra. Cláudia Cotes está disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/10/17/gestos-e-cara-feia-dos-presidenciais-revelam-ironia-e-agressividade.htm>. Acesso em: 20.11.2016.

produzidos na Europa, como ‘tratados de fisionomia’, manuais para pintores, escritos médicos, anatômicos, dentre outros materiais, durante os séculos XVI e XIX, para analisar o que chamaram de paradigma da expressão por meio do rosto.

Segundo os pesquisadores,

Uma história do rosto [é] em primeiro lugar uma história do emergir da expressão, desta sensibilidade crescente, desta atenção mais exigente incidindo sobre a expressão do rosto como sinal de identidade individual, [iniciada] a partir do século XVI. A individualidade expressiva [é] tomada nas formas de observação do homem natural, na mudança da relação entre homem exterior e o homem interior, entre o homem físico e o homem psicológico. [...] Uma história do rosto é ao mesmo tempo a história do controle da expressão, das suas exigências religiosas, das suas normas sociais, políticas e estéticas que contribuíram desde o Renascimento para o aparecimento de um tipo de comportamento social, sentimental e psicológico baseado no afastamento dos excessos, no silenciamento do corpo. Estas exigências fizeram nascer um homem sem paixões com um comportamento moderado, medido, reservado, prudente, circunspecto, calculado; muitas vezes reticente e por vezes silencioso. O homem racional das elites e depois das classes médias. O homem das paixões, o homem espontâneo e depois impulsivo, apagou-se progressivamente por detrás do homem sem paixão. (COURTINE & HAROCHE, 1988, p. 12-3)

Os estudos de Courtine e Haroche (1988) constataam que, ao longo dos séculos, as expressões faciais sofreram mudanças em decorrência de transformações históricas, políticas, etc., ora conformando-se a um paradigma da expressão, ora configurando o paradigma do silêncio.

Entre os séculos XVI e XVIII, há uma reconfiguração entre os comportamentos públicos e privados que incitam o indivíduo a se exprimir. No final do século XVIII, há um *triumfo da expressão*, no entanto, ao mesmo tempo em que há uma força que impele a expressão pessoal, há outra que o incita a apagar-se.

Segundo Louis Sébastian Mercier, “O homem teme mostrar toda a sua alma; sabendo que ela se refugia nos olhares, o homem oculta o seu movimento expressivo” (MERCIER, 1782-1788 apud COURTINE e HAROCHE, 1988, p. 8).

Esse processo de contenção da expressão e silenciamento do corpo é observado na produção do discurso político contemporâneo e, de acordo com Sargentini (2014), isso nos faz compreender o avanço de efeitos de docilidade no discurso político nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. Com o desenvolvimento das tecnologias, as técnicas de focalização do rosto, por exemplo, exigiram um controle maior das expressões e gestos, tornando-os mais comedidos.

De acordo com Courtine e Haroche, as regras de cortesia e de etiqueta, relacionadas a esse controle corporal, não são meras formas de se comportar na sociedade, são, na verdade, instrumentos políticos de coerção e de poder.

Na campanha de 2014, também observamos a circulação de discursos que evidenciam o paradoxo do “fazer-expôr” e “fazer-calar”. Ao mesmo tempo em que há uma urgente e constante interpelação para que o sujeito se posicione a qualquer custo, exponha seus pensamentos, sobretudo nas redes sociais, produz-se, em contrapartida, o paradigma do silêncio, cujo objetivo parece ser a construção de um rosto “ideal”: face imóvel, uma contemplação inerte, que elimine ou ao menos reduza qualquer tentativa de expressar emoções.

Capítulo III

As condições de emergência da agressividade nos diferentes *médiuns*: *graus e formas*

Este capítulo tratará das condições de emergência dos efeitos de agressividade nas redes sociais, nos debates e nos *sites* oficiais, evidenciando os elementos que propiciariam os diferentes níveis e formas do dizer agressivo, tendo em vista a particularidade do funcionamento e das distintas ferramentas fornecidas pelos *médiuns*. Os itens que comporá o capítulo são: “Redes sociais como confessionário virtual e/ou arena de lutas: a disputa dos sentidos de franqueza, agressividade e verdade no Facebook”, “Debates políticos televisivos: quando a agressividade é polida” e “*Sites* oficiais e a produção da agressividade programada e estratégica”.

Neste momento, focaremos as questões discursivas, tendo o objetivo de melhor compreendermos a emergência de determinadas formas e níveis da agressividade em conformidade aos *médiuns*, gêneros, atores e objetivos engendrados.

3.1 Redes sociais como confessionário virtual e/ou arena de lutas: a disputa dos sentidos de franqueza, agressividade e verdade no Facebook

É indubitável a crescente importância dada às redes sociais como ferramenta do *marketing* político eleitoral. Os candidatos, partidários, militantes, simpatizantes, lançam mão desses recursos para disseminar suas propostas, ideais e também para divulgar informações contra seus opositores.

Por meio de nossas análises, observamos que a agressividade produzida nesses meios é extremamente maior e mais intensa se comparada aos discursos construídos em outros *médiuns*, como os debates e os *sites* oficiais. Por que então a “agressividade descontrolada” parece ocupar com maior expressividade as redes sociais? Quais são os mecanismos que permitem a produção dos efeitos de agressividade sem limites e intolerante?

Na tentativa de responder tais indagações, faremos a seguir algumas descrições e considerações acerca do funcionamento da rede social “Facebook” em relação às campanhas eleitorais.

Um dos motivos para a emergência de discursos cada vez mais agressivos nesse espaço é a utilização de robôs que disseminam mensagens “com maior velocidade e precisão do que a mão de obra humana” (FILHO & GALHARDO, 2015), executando múltiplas tarefas na internet, dentre elas, a de replicar mensagens. Alguns desses robôs teriam a capacidade de enviar até duas mensagens por segundo no Facebook, por exemplo.

Esses robôs seriam programas, usuários falsos, que teriam a função de aumentar o número de seguidores das páginas, das visualizações, do alcance de publicações, replicar comentários. Apesar da tentativa do Facebook para excluir os chamados *bots*⁴⁹, o aprimoramento desses programas dificultam sua identificação e, conseqüentemente, sua extinção.

O texto interno da Secretaria de Comunicação Social da Presidência afirmou que, tanto a campanha de Aécio como a campanha de Dilma utilizaram robôs durante as eleições. O documento ainda atestou que “Cerca de 50 robôs usados na campanha de Aécio continuaram a operar mesmo depois da derrota em outubro. Isso significou um fluxo contínuo de material anti-Dilma, alimentando os aecistas e insistindo na tese do maior escândalo de corrupção da história (revelado pela Operação Lava Jato), do envolvimento pessoal de Dilma e Lula com a corrupção na Petrobrás e na tese de estelionato eleitoral” (FILHO & GALHARDO, 2015)

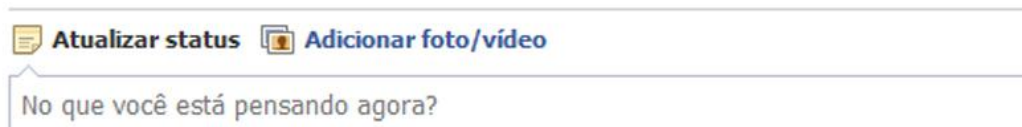
As mensagens ditas agressivas, como as acusações pessoais, por exemplo, por serem replicadas em grande escala e intensidade, tanto pelos internautas como pelos “robôs”, tornam-se mais visíveis nesse *médium*. O aumento da visibilidade dos dizeres agressivos e a possibilidade de replicar informações com maior velocidade constróem efeitos de que a campanha foi, de fato, extremamente agressiva.

As próprias ferramentas disponibilizadas pelo Facebook possibilitam a emergência de discursos mais agressivos, uma vez que os internautas podem postar qualquer conteúdo, sem punição ou censura imediata, ou mesmo serem isentos de retaliações futuras, afinal podem se esconder por meio dos perfis fictícios acima elencados, dificultando possíveis sanções, dado também ao efeito “manada” das publicações.

⁴⁹ Abreviação da palavra *Robot* em inglês. Em português, a expressão *bot* é utilizada para se referir aos usuários fictícios.

Na página inicial de cada internauta inscrito nesta rede, apresentam-se os seguintes dizeres:

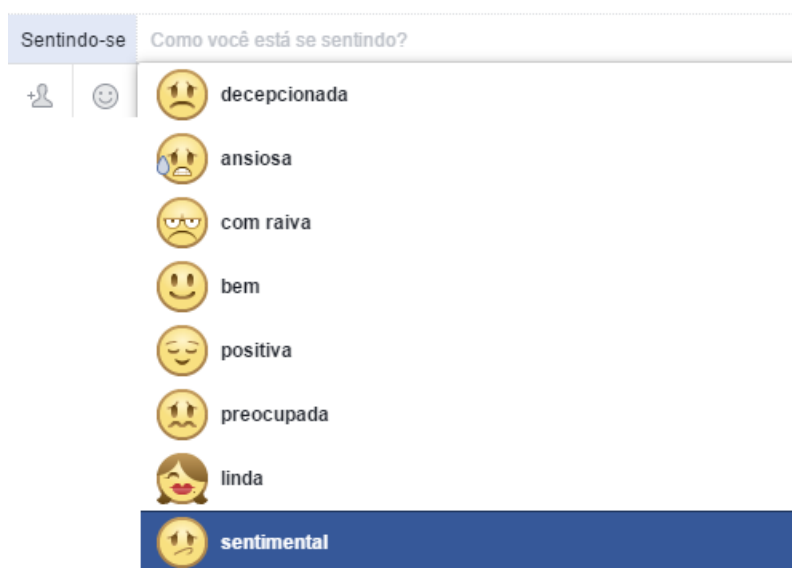
Imagem 13



A própria pergunta – No que você está pensando? – já é um convite para expor os pensamentos, numa espécie de confissão. As respostas a essa pergunta podem estar relacionadas a pensamentos xenófobos, preconceituosos, intolerantes e, portanto, agressivos.

Além de poder expressar o que está pensando, pode-se evidenciar o que está sentindo, por meio de *emoticons*, como evidenciado abaixo:

Imagem 14



O convite para exprimir os pensamentos e as emoções incita a confissão e produz efeitos de uma liberdade de expressão que, muitas vezes, ultrapassa os limites da lei, do ‘politicamente correto’, do respeito, etc.

O ato de exercer a liberdade de expressão é potencializado nas redes sociais, pois interpelam os indivíduos a assumirem uma posição ativa, de produtoras de conteúdos, os quais podem ser compartilhados instantaneamente, com alta velocidade de propagação.

Nesses espaços, apresentam-se narrativas de viagens, premiações, percursos profissionais, festas de aniversários, venda de produtos, nascimento do filho, protestos,

críticas ao governo, falecimento de um ente querido, fotos, vídeos ou textos verbais que manifestam felicidade, ódio, raiva, tristeza, preocupação, dentre outras emoções materializadas nesse complexo emaranhado das redes sociais, em especial, o Facebook.

Diante dessa potencialidade da rede em construir um confessionário virtual, faremos a seguir uma reflexão acerca das categorias propostas por Foucault, a saber: a confissão e a disciplina, embasando-nos no artigo “Foucault aurait-il été membre de Facebook?”⁵⁰, escrito pelos autores Léa Derome e Laurance Perras (2012). Tal abordagem ajudar-nos-á na compreensão da emergência de discursos cada vez mais agressivos nesse *médium*.

No primeiro volume da História da Sexualidade, Michel Foucault defende que a sociedade ocidental apresenta uma longa tradição de confissão. Segundo o filósofo,

Desde então nos tornamos uma sociedade singularmente confessanda. A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes; confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos [...] O homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente. (FOUCAULT, 1980, p.59).

Foucault ainda acrescenta que foi criada uma necessidade de que os sujeitos precisariam de um outro indivíduo, para aceder as verdades sobre si, seja por meio do padre, na confissão religiosa, do psicanalista, na psicanálise, do juiz, no judiciário, dentre outras autoridades. De acordo com o filósofo, a confissão “tornou-se, no ocidente, uma das técnicas mais altamente valorizadas para produzir a verdade” (FOUCAULT, 1980, p.79).

No Facebook, diferentemente da confissão religiosa ou da confissão psicanalítica, não há uma única autoridade, como a do clérigo, médico ou psicólogo, mas sim um conjunto de pessoas que supervisionam as confissões, que podem ser divulgadas cotidianamente, várias vezes ao dia. Segundo Derome e Perras (2012), nós assistimos a uma proliferação de diretores e diretoras de consciência.

Além da observação e leitura, a rede social oferece ferramentas para que os membros comentem, “curtam”, compartilhem, expressem amor, alegria, espanto, tristeza, raiva ou ódio, como se pode verificar na imagem abaixo, que mostra as possibilidades do botão “curtir”:

⁵⁰ Foucault teria sido membro do Facebook?

Imagem 15



As redes sociais tornaram-se tão incorporadas à vida de modo que não percebemos o efeito de um poder que subjuga e controla os corpos.

Os autores Derrome e Perras (2012), comparam o Facebook à arquitetura arquetípica da sociedade disciplinar, a saber: o panóptico, estudado por Foucault. O Facebook e o panóptico apresentam algumas semelhanças: os dois apresentam arquiteturas complexas e em grande parte automatizadas e propõem modos de conhecer os sujeitos. A diferença é que no panóptico há uma vontade explícita de dominação dos prisioneiros, enquanto isso não é evidente na rede social.

De acordo com os estudos de Michel Foucault (1975), o processo de construção e propagação dos dispositivos disciplinares inicia-se no século XVIII. Um exemplo de dispositivo disciplinar foi o panóptico, termo que designa um presídio ideal, modelo concebido pelo jurista e filósofo Jeremy Bentham, que permite a um único vigia a observação de todos os prisioneiros, sem que estes saibam se estão sendo observados.

Com relação à arquitetura do panóptico, Foucault o descreve:

Na periferia uma construção de anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em três em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se extremamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e recolher imediatamente (FOUCAULT, 1975, p.165).

Assim como nesse dispositivo, no Facebook produz-se a sensação de observação constante das postagens feitas pelos usuários, de modo que os discursos ali disseminados sofrerão também coerções, dado ao possível caráter “público” das informações.

Os pesquisadores Derrome e Perras (2012) defendem que a rede social pode documentar quase a totalidade das informações disponibilizadas pelos membros e que o perfil

dos usuários pode ser consultado continuamente por “quase qualquer um” e em qualquer momento. Entretanto, os autores não explicam o funcionamento das ferramentas que permitem ao usuário filtrar as pessoas que podem ver ou não suas postagens ou comentá-las.

É dado ao usuário um certo “controle” sobre quem serão seus “vigias”. Vejamos a seguir as possibilidades oferecidas pela rede:

Imagem 16



Ao lado do botão publicar e logo abaixo da caixa de mensagem, há uma seção que permite aos internautas a escolha de quem terá acesso às postagens, podendo ser: público (todos podem ter acesso à postagem), amigos, amigos de amigos, “somente eu” (as informações são vistas apenas pelo internauta que criou o perfil) e personalizado (o internauta escolhe com quem quer dividir o conteúdo). Os membros também têm a possibilidade de criar grupos específicos para compartilhar suas informações.

Derrome e Perras (2012) defendem que os adeptos à rede tornam-se vigias de si, praticando ativamente formas de auto censura. Sejam as postagens públicas ou privadas, não se sabe quem, de fato, terá acesso a elas, a menos que ocorra o compartilhamento, a ação de “curtir” ou comentar. Não saber quem, especificamente, lerá as publicações, produz efeitos de constante vigilância.

Enquanto no panóptico a comunicação entre as celas era proibida, nas redes sociais há insistentes encorajamentos a delatar, criticar, exhibir, comentar, posicionando-se.

Tais ações permitem aos internautas a adesão a diferentes grupos de interesse, formando, assim, microcomunidades para aqueles que compartilham dos mesmos gostos musicais, políticos, alimentares, dentre outros.

É justamente no interior desses grupos e entre eles que a agressividade ganha força, pois seus membros tem a possibilidade de discutir assuntos diversos, procurando adeptos e assumindo posições distintas que propiciam o embate, a polêmica e, muitas vezes, discursos agressivos.

Assim como no panóptico, a rede social é um mecanismo que possibilita a divisão entre os indivíduos, o estabelecimento de hierarquias, a localização dos internautas, organizando de modo profícuo o núcleo central e as redes de poder.

Se por um lado a confissão instigada na rede, assim como a ambição pela visibilidade e popularidade a qualquer custo, propiciem a emergência de discursos mais agressivos, entendendo-os como um ato libertário, marcados pela franqueza - geralmente acompanhados de frases como “#prontofalei” – por outro há coerções, sobretudo nos perfis “verdadeiros”, afinal, assumem uma posição “oficial” e a sensação de estarem sendo constantemente observados, como no panóptico, impede-os de dizer “qualquer coisa”, tornando-se vigias de si e dos outros.

É interessante observar que a expressão “#prontofalei” funciona de modo semelhante aos pedidos de desculpa, como o exemplo que analisamos no capítulo 1 – “Aí o senhor vai me desculpar” – pois, geralmente, apresentam-se como gatilhos para dizer a “verdade”. Desse modo, as duas expressões funcionam como pedidos de autorização para dizer o que se considera verdadeiro, construindo ora efeitos de franqueza, ora de agressividade.

A dualidade “ser franco” e “ser agressivo” é constante no Facebook, sendo que a primeira torna-se uma possível justificativa para o dizer “qualquer coisa”, e, muitas vezes, ser agressivo e intolerante. Apresenta-se a prerrogativa de que estão sendo sinceros, francos e que se valem dos direitos da “liberdade de expressão”. Desse modo, ora se constroem efeitos de verdade, coragem – constituindo-se como um ato libertário do dizer, franqueza, ora como agressividade, dependendo também da posição ocupada pelos sujeitos.

Outro elemento que favorece a presença de discursos marcados pela agressividade (verbal ou imagética) é a própria virtualidade da rede social que impossibilita a agressão física, face a face – apesar de poder incitá-la – dada a distância real entre os internautas, proporcionando os vários tipos de violência simbólica. A barreira da interação, ao mesmo

tempo em que oferece um distanciamento geográfico, facilita a propagação dos discursos agressivos, encurtando as distâncias e aumentando o alcance e a dimensão do insulto.

As páginas ou perfis *fakes* (falsos), assim como os robôs citados anteriormente, intensificam esses efeitos de agressividade, sobretudo porque dificultam possíveis retaliações ou sanções para o agressor. Há casos em que se cria um perfil fictício de pessoas famosas, como foi o caso de uma página que ganhou notoriedade durante as eleições de 2014, intitulada Dilma Bolada. O perfil *fake* da candidata Dilma Rousseff propiciou a emergência de uma agressividade mais associada ao humor e à derrisão, “quebrando protocolos” e apresentando dizeres que não seriam bem vistos ou permitidos numa página oficial, por exemplo. A ficcionalização e o humor, nesse caso, tornariam as críticas e ofensas mais leves e aceitáveis, em comparação aos mesmos enunciados ditos pelos próprios indivíduos em uma interação real, face a face, a qual apresentaria mais controle e coerções.

A busca pela exibição e popularidade também são características que incentivariam a produção dos discursos agressivos nesse *médium*, visto que os discursos de ódio seriam mais polêmicos.

Nesse mundo das redes sociais, os discursos ofensivos, caluniosos, intolerantes geralmente são propagados pelos chamados *haters* - palavra de origem inglesa que significa “aqueles que odeiam” ou “odiadores”. Por outro lado, aqueles que divulgam mensagens carinhosas, de amor, são denominados *lovers*. Há ainda outro termo que designa aqueles que desestabilizam as discussões por meio de tom provocativo, os chamados *trolls*.

A busca por “curtidas”, a banalização do exibicionismo dos membros da rede social, os quais muitas vezes expõem aspectos da vida privada de modo desmedido, colaboram para a emergência dos discursos ditos agressivos.

É importante salientar a constante incitação ao posicionamento, isto é, construção da necessidade de posicionar-se frente aos diversos assuntos da atualidade. Observam-se, com isso, práticas de objetivação e subjetivação dos sujeitos. De acordo com Foucault (2006), a subjetivação está relacionada ao modo como os sujeitos apropriam-se das tentativas de objetivação. A objetivação cria condições e possibilidades para que o sujeito se veja como tal e construa verdades sobre si e sobre os outros, subjetivando-se de formas distintas.

Inserem-se nas práticas de objetivação a própria inscrição ou cadastro disponibilizado pelo Facebook para que os internautas tenham acesso à rede. Nesse cadastro, há uma tentativa de individualização do sujeito, uma vez que são requeridos alguns dados como “nome”, “sobrenome”, “data de nascimento”. Uma vez inscrito, no perfil do usuário há enunciados que

o incita a se expressar e se posicionar frente aos comentários e postagens. Todos esses mecanismos que individualizam o sujeito constroem efeitos de que ele é, de fato, o dono do próprio dizer, subjetivando-se, assim, como um sujeito autorizado a expressar-se de modo “livre”.

Na obra “Hermenêutica do sujeito”, Foucault (2006) ressalta a constituição de algumas técnicas de subjetivação, como a leitura, a escrita, a fala, as quais também estão presentes no Facebook e fazem com que os indivíduos se constituam como um sujeito livre, dono do próprio dizer, que pode, deve e é incitado a falar a verdade, mesmo que esta produza efeitos de agressividade ou intolerância. É justamente essa construção de um sujeito que pode dizer tudo, que “autoriza”, possibilita discursos cada vez mais agressivos.

A constante interação propiciada pela rede, assim como a presença frequente do outro, e o acesso contínuo a diferentes opiniões e mensagens que nem sempre são as mesmas de quem está lendo, incitam também o comentário que ultrapassa o que seria polêmico, deslizando assim para a agressividade descontrolada.

Outro fator preponderante é a insistência e permanência das mensagens ali divulgadas.

Apesar de poderem ser apagadas pelo autor das postagens, uma vez compartilhada, perde-se o controle do que pode ser feito, pois as informações podem ser copiadas e replicadas, tendo um alcance irreversível e permanente na rede.

Seja para conseguir adeptos de suas opiniões, confessar-se, seja para desconstruir o outro ou mesmo para promover-se no palco do exibicionismo, o fato é que, feitas as publicações, o conteúdo divulgado fica no *ciberespaço*, sendo facilmente encontrado graças às ferramentas de busca e de replicabilidade.

As leis referentes a possíveis punições dos usuários que divulgam conteúdo preconceituoso, odioso, intolerante, são formas de coerção e controle.

Na central de ajuda do Facebook⁵¹, há a seguinte definição do que a rede considera como discurso de ódio:

O que o Facebook considera discurso de ódio?

Conteúdos que ataquem pessoas com base em sua raça, etnia, nacionalidade, religião, gênero, orientação sexual, deficiência ou doença, sejam elas reais ou presumidas, não são permitidos. No entanto, permitimos tentativas claras de piadas ou sátiras que não tenham caráter de ameaças ou ataques. Isso inclui conteúdos que muitas pessoas possam considerar de mau gosto (por

⁵¹ Central de ajuda do Facebook. Disponível em:

<https://www.facebook.com/help/135402139904490?helpref=hc_fnav> . Acesso em: 10.03. 2016.

exemplo, piadas, comédia stand-up, certas letras de músicas populares etc.). (FACEBOOK, 2016).

Os conteúdos considerados agressivos, se denunciados, podem ser retirados do Facebook, no entanto, a rede não garante a remoção da postagem.

A precariedade das leis que envolvem crimes cibernéticos e sobretudo as sanções judiciais que penalizam tais atos na atualidade podem favorecer a presença de discursos mais agressivos. De acordo com o Código Penal, a difamação é apresentada do seguinte modo:

Difamação

Art. 139 – Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação:

Pena – detenção de três meses a um ano, e multa.

Injuriar alguém, por sua vez, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, tem pena de um a seis meses, ou multa, segundo o art. 140. Desse modo, o juiz pode aplicar a pena nos seguintes casos:

I - quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria;

II - no caso de retorsão imediata, que consista em outra injúria.

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem ou à condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência: (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

Pena - reclusão de um a três anos e multa. (Incluído pela Lei nº 9.459, de 1997).

Apesar da existência dessas leis, há casos em que os juízes entendem a agressão verbal no Facebook como “não intencional”, sem dolo, provocado por discussões acaloradas que levam o indivíduo a extrapolar os limites do respeito, muitas vezes sem ter a intenção de fazê-lo.’

Sanções como esta, associada a leis brandas no tocante aos crimes cibernéticos, favorecem a replicação das correntes de boatos, mentiras e, conseqüentemente, da agressividade.

Todas essas condições acima discutidas permitem também a emergência da *parresia*, o que possibilita considerarmos o Facebook como um dispositivo de coragem de verdade e de governamentalidade, uma vez que oferece ferramentas para a construção de verdades sobre si e a reorganização do outro em torno dessa verdade.

A noção de *parresia* é estruturada por Foucault em seus últimos cursos (1983 e 1984), a saber: “O Governo de Si e dos Outros” e “A Coragem da Verdade”. Em “A hermenêutica do Sujeito” (1982), há também discussões em torno desta temática. Resumidamente, a *parresia* é:

[...] é uma maneira de dizer a verdade tal que abrimos para nós mesmos um risco pelo próprio fato de dizer a verdade. [...] é uma maneira de abrir esse risco vinculado ao dizer-a-verdade constituindo-nos de certo modo como parceiro de nós mesmos quando falamos, vinculando-nos ao enunciado da verdade e vinculando-nos à enunciação da verdade. Enfim, a *parresía* é uma maneira de se vincular a si mesmo no enunciado da verdade, de vincular livremente a si mesmo e na forma de um ato corajoso. A *parresía* é a livre coragem pela qual você se vincula a si mesmo no ato de dizer a verdade. Ou ainda, a *parresía* é a ética de dizer-a-verdade em seu ato arriscado e livre (FOUCAULT, 2010a, p. 63-64).

A *parresia*, enquanto exercício “pleno” de liberdade, assim como a confissão, encontra terreno fértil no Facebook, que propicia uma maior visibilidade desses dizeres.

A confissão, frequente no Facebook, pode ser um enunciado parrisiástico – confissão em que o sujeito está dizendo uma verdade sobre si e que esta verdade não está somente como uma forma de governar a si mesmo, podendo também governar o outro.

Uma das condições para sabermos se estamos diante de um enunciado parrisiástico é reconhecer o sujeito como qualificado para dizer a verdade. Quem seriam esses internautas? Qual o lugar que ocupam no mundo e que estatuto eles ocupam? Podem ser ativistas políticos, celebridades, advogados, dentre outros. Por meio das práticas de objetivação e subjetivação, vimos que há uma interpelação para que o indivíduo se individualize como sujeito, supostamente dono do seu próprio dizer.

Ao subjetivar-se como tal, o sujeito se vê livre e autorizado para expressar-se como quiser. São justamente esses discursos que se constroem em torno das mídias sociais e dos

internautas, membros dessas redes, - “as redes sociais são espaços democráticos”, “tudo pode ser dito no Facebook”, “O internauta pode dizer o que pensa” – “Facebook é a terra de ninguém” – que possibilitam, “autorizam”, discursos cada vez mais agressivos e intolerantes, ainda que haja tentativas de controle. Tais práticas constroem imagens de um sujeito que pode, deve, e é incitado a falar sua ‘verdade’, mesmo que corra riscos.

No passado, mais especificamente no período medieval, o sujeito que tinha a “coragem” de dizer a “verdade” corria o risco de morte. No Facebook, alguns dos riscos são: exclusão da rede, morte virtual, punição (prisão), censura, perder amizades, risco de violência física ou verbal, dentre outros. Ao dizer a ‘verdade’, o parresiasta coloca em risco o vínculo que estabelece com a pessoa a quem se está se endereçando.

Sobre a necessidade de dizer a verdade, Foucault (1982) faz a seguinte reflexão:

[...] penso ser preciso considerar como um acontecimento de grande importância, nas relações entre sujeito e verdade, o momento em que o dizer-verdadeiro sobre si mesmo tornou-se uma condição para a salvação, um princípio fundamental na relação do sujeito consigo mesmo e um elemento necessário ao pertencimento do indivíduo a uma comunidade. (p. 503)

O “dizer-verdadeiro” sobre si, as confissões, a exibição de posicionamentos tornam-se uma urgência também na *idade média*⁵², afinal tais práticas possibilitam que os indivíduos agrupem-se, pertençam a determinados comunidades, distanciando-se de outras.

Na campanha de 2014, as diferentes opiniões e o acesso às verdades sobre quem deveria ser o presidente eleito também passaram por atos de confissão pública, produzindo efeitos de agressividade. Alguns desses dizeres também poderiam ser classificados como enunciados parresiásticos, pois também tinham como característica a persuasão, não se evidenciando como uma verdade tirânica, podendo ter como resultado o governo de si e do outro.

Vejamos um exemplo que demonstra a subjetivação do sujeito enquanto “dono do próprio dizer”, “autorizado” a posicionar-se sob o pseudônimo “Coxinha reacionário” :

Imagem 17

⁵² Expressão empregada pelo pesquisador Rubim (2000).



Coxinha Reacionário

7 octubre 2014 · 🌐

Esses esquerdistas são tão doentes que uma petista irá apoiar o Aécio, para formarem um bloco contra o PT.

[#ProntoFalei](#)

Nessa postagem, o sujeito vale-se da liberdade para dizer o que “deve ser dito”, qualificando os “esquerdistas” como “doentes”, seguido da expressão “#ProntoFalei”, o que constrói efeitos de agressividade e ratificam essa necessidade de expor posicionamentos, desqualificando o oponente.

3.2 Debates políticos televisivos: quando a agressividade é polida

É imprescindível que façamos uma distinção do campo, do gênero e do meio ou suporte de circulação. O campo da política é, de fato, agonal, o gênero debate intensifica esta característica, e o modo como este gênero é hoje midiaticizado, ritualizado segundo as normas desse meio (televisivo, massivo) que torna o “distante próximo”, invertendo a “proximidade distante” dos palanques, tal como discutiu Courtine (1989), pode contribuir mais ainda para o efeito de agressividade, caso os interlocutores não dominem o “tom” adequado nesse meio, a contenção dos gestos, a brevidade dos enunciados, a capacidade da simulação de naturalidade, a capacidade de fazer rir, como ocorre em programas de entretenimento.

Ao olharmos para os debates televisivos, verificamos que em muito se distanciam do funcionamento das redes sociais acima elencado. Quais seriam os mecanismos de controle e coerção nos debates que possibilitariam a emergência de uma agressividade mais branda, polida, planejada, pautada na argumentação, distanciando-se da agressividade “descontrolada”?

Nos debates, as regras que devem ser seguidas pelos participantes são evidenciadas pelo mediador logo no início. Para exemplificá-las, segue abaixo a transcrição do primeiro momento do último debate⁵³ entre Dilma Rousseff e Aécio Neves na rede Globo - no dia 24 de outubro de 2014 -, em que o jornalista William Bonner esclarece as regras:

⁵³ O debate pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=9bmDQnpSATc>



00:01:45 – 00:02:47

No primeiro e no terceiro blocos desse debate os candidatos fazem perguntas um para o outro. Meio minuto para pergunta, um minuto e meio para resposta, 50 segundos para a réplica e 50 segundos para a tréplica. Cada um dos candidatos terá direito a fazer três perguntas para o adversário. Como eu disse, no primeiro bloco e no terceiro. No segundo bloco e no quarto bloco, aí as perguntas serão feitas pelos nossos eleitores indecisos aqui presentes. Eu vou sortear o nome de um eleitor, ele vai se levantar, fazer a pergunta em 30 segundos. Aí segue a pergunta ao candidato a quem ele fizer a pergunta e essa pessoa já terá sido determinada previamente por sorteio. O candidato a quem ele fizer a pergunta terá um minuto e meio para a resposta e 50 segundos para que o adversário faça uma réplica e 50 segundos para a tréplica. Todos os tempos serão cronometrados, como temos feito habitualmente aqui. Eu quero lembrar também que esse debate está sendo transmitido na internet, pelo G1, que é o portal de notícias da TV Globo. Muito bem, neste ponto do debate eu tenho que esclarecer que aquele que se sentir ofendido pessoalmente ou caluniado, numa tréplica poderá pedir o direito de resposta e ele será analisado. Se a produção do programa considerar procedente esse pedido, aí o candidato ofendido terá um minuto para fazer a sua defesa. Os convidados atrás de mim aqui devem se manter em silêncio para não prejudicar os candidatos, para não prejudicar você que está nos acompanhando pela televisão, e como eu já disse, nós estamos também ao vivo na internet, em g1.com.br.

Inicialmente, evidencia-se o controle do tempo. Perguntas, respostas, réplicas e tréplicas são cronometradas. No entanto, o tempo de preparação se dá anteriormente, uma vez que os candidatos podem supor possíveis perguntas e, com a ajuda de uma equipe de assessoria, estabelecer estratégias para as respostas.

No Facebook, por sua vez, o controle do tempo é dispensável, o que possibilita ao internauta escrever ou formular os comentários de modo mais planejado, podendo reler a postagem e até mesmo excluí-la posteriormente.

Outro elemento que o distingue do debate é a marcação das regras. Na rede social, as políticas de utilização não apresentam destaque, apesar de serem citadas no momento de cadastro do internauta, o qual pode ter acesso a elas apenas se clicar em “Condições e regras do Facebook”. Nos debates, a presença tão marcada das regras exigiria um maior controle por parte dos candidatos e também daqueles que assistem no auditório, afinal, devem “se manter em silêncio para não prejudicar os candidatos”.

Ademais, os candidatos assumem posições oficiais, isto é, não falam por trás de um perfil fictício como possibilitado pelas redes sociais, mas engaja sua própria pessoa, dirigindo-se aos candidatos oponentes, àqueles presentes no estúdio, e a milhões de telespectadores. Na rodada inicial do debate, veiculado no dia 2 de outubro entre Dilma Rousseff e Aécio Neves, foi contabilizado 20.9 pontos, segundo o Ibope, o que seria equivalente a aproximadamente 4 milhões de pessoas.

Desse modo, enunciar a partir da posição ‘candidato a presidência da República’, a milhões de telespectadores, em rede nacional, ao vivo, submetidos a regras que cronometram suas falas e até mesmo o espaço que ocupam, e também aos recursos tecnológicos – câmera, microfone, etc. - propiciam a emergência de discursos menos agressivos, amenizados pelos recursos da polidez e de estratégias argumentativas.

Se o objetivo é convencer, a argumentação torna-se uma arma para persuadir e fazer crer. Enquanto no Facebook há predominância de acusações diretas, quase sem argumentação, nos debates é justamente a construção de certos argumentos que colaboram para a produção de uma agressividade mais sutil e moderada.

Se por um lado esses elementos contribuíram para amenização dos efeitos de sentido agressivos, por outro, a própria arquitetura dos debates de 2014 propiciou discussões mais acaloradas, visto que há a inserção de um púlpito ao meio e a possibilidade dos candidatos fazerem questões um ao outro, com tema livre. Tal característica promoveu uma maior interlocução entre os candidatos.

Diferentemente do posicionamento físico e geográfico possibilitado pelas redes sociais, nos debates os candidatos posicionam-se frente a frente, em posição de afrontamento. Nesse caso, a agressividade materializa-se na postura corporal, na gestualidade, na linguagem verbal, propiciando, segundo Manzano (2015), a simulação de um combate.

De acordo com Pires (2016), nos blocos que promoviam a interlocução direta, os candidatos se posicionavam sobre uma bancada no centro do tablado, possibilitando ao eleitor telespectador a visualização do corpo do candidato, construindo “uma ilusão visual de que os candidatos estão realmente em um *enfrentamento* sem obstáculos, cujo corpo participa de maneira global” (MANZANO, 2015, p.79).

O corpo torna-se, desse modo, o centro das atenções, de modo que um simples gesto ou expressão, amplificado pelas tecnologias, adquire dimensões grandiosas. Com o avanço tecnológico, podemos observar as minúcias das expressões, dos movimentos do olhar, do levantar das sobrancelhas, da compressão dos cantos dos lábios, esboçando o riso irônico,

dentre outros movimentos acompanhados pelo olhar atento e investigativo do telespectador, o qual tem a possibilidade da visualização do corpo sob vários ângulos e posições privilegiadas, que não seriam possíveis se estivessem, até mesmo, frente a frente.

No artigo “Os deslizamentos do espetáculo político” e no livro “Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública”, Courtine (2003, 2006) discute esta relação entre mídia e discurso, ressaltando o fato de que as mudanças tecnológicas transformaram os regimes de discursividade, tendo como efeito, diversas “metamorfoses” para o discurso político na contemporaneidade. O pesquisador defende que as técnicas audiovisuais de comunicação política promoveram toda uma pedagogia do gesto, do rosto, da expressão. Elas fizeram do corpo um objeto-farol [...] (COURTINE, 2003, p. 24 – 25).

O que ocorre neste espaço é a espetacularização do discurso político, que passa a adquirir características de programas de entretenimento, como os *talk shows*, suscitando o riso, a vaia, por parte do auditório, e colocando em evidência “a personalização dos discursos públicos” (COURTINE, 2006, p.138).

Observa-se que, no decorrer dos anos, o debate de propostas foi dando lugar a discussões que priorizam questões pessoais. Há uma tentativa de fazer-parecer um debate de ideias e propostas, mas o que ocorre, muitas vezes, é a emergência de temas que privilegiam ataques pessoais.

Ainda que ocorram os ataques e insultos, fazem-no de modo sutil e amenizado, disciplinados pelos códigos de conduta de um debate. É contido porque é um discurso institucional que está sujeito ao exame minucioso de milhares de telespectadores. Ao mesmo tempo em que há este controle, há também a necessidade de torná-lo um espetáculo, aproximando-os dos discursos publicitários e de entretenimento.

Algumas temáticas agressivas que surgiram nos debates acusavam Dilma de estar envolvida em esquema de corrupção, e ao candidato Aécio, responsabilizavam-no pela construção de um aeroporto particular com dinheiro público, por agredir mulheres e ser usuário de drogas.

Segundo Pires (2016), a estrutura dos debates de 2014, sobretudo o último veiculado pela rede Globo, permitiu uma nova constituição do discurso político eleitoral, uma vez que a possibilidade da interlocução direta propiciou uma grande utilização de pronomes pessoais, sobretudo os de primeira pessoa, evidenciando um discurso marcado pela individualidade, destacando o homem político.

O debate de ideias é substituído pela análise de questões pessoais dos candidatos, numa espécie de análise da moralidade, como afirma Debray (1994).

No entanto, apesar da emergência das temáticas agressivas que colocam em xeque a moralidade do sujeito, há coerções, censuras, controle, afinal, “não se pode falar de tudo em qualquer circunstância” (FOUCAULT, 1996, p. 21).

A intervenção dos mediadores é um tipo de censura, uma vez que podem interromper os participantes, desligar o microfone caso considerem alguma fala ofensiva ou que não corresponda à pergunta previamente formulada, no caso dos convidados que interrogam os candidatos. As perguntas desses eleitores são lidas anteriormente e escolhidas pelos mediadores.

Com relação às possíveis ofensas entre os candidatos, aquele que se sentir ofendido pessoalmente, numa tréplica pode pedir o direito de resposta, entretanto, o caso é analisado pelos mediadores.

No Facebook, por sua vez, vimos que a censura pode-se dar pela exclusão da postagem, podendo ser imediata, se ultrapassar os limites das regras, ou também pode passar despercebida, ainda que sejam denunciadas.

Outro aspecto importante a ser observado nos debates é o “dizer-verdadeiro” sobre si, como as confissões que também podem ser enunciados parresiásticos. Nas redes sociais, a *parresia* pode funcionar como uma estratégia que possibilita o agrupamento entre os que apresentam um mesmo posicionamento, impondo-se como uma necessidade. Constroem-se discursos de que é preciso que se diga a verdade a qualquer custo, todos devem posicionar-se e essa tomada de posição deve ser explicitada nas redes, afinal todos estão assumindo posições.

Nos debates, o “dizer verdadeiro” sobre si pode funcionar como uma estratégia de convencimento e também de pertencimento, produzindo efeitos de franqueza e até amenizando possíveis efeitos de agressividade.

Como vimos anteriormente, para sabermos se estamos diante de um enunciado parresiástico, devemos reconhecer o sujeito como qualificado para dizer a verdade. Ao subjetivar-se como um sujeito ‘candidato’ à referida posição, cerceado pelas regras de um debate, pela própria posição que ocupa e pelo exame de seus possíveis eleitores, vê-se autorizado a expressar-se de um determinado modo, e não de outro.

Neste *médium*, assim como nas redes sociais, há uma incitação ao posicionamento, ao “dizer verdadeiro”, sobretudo porque se trata de um confronto de ideias e propostas,

entretanto, as “verdades” são ditas de modo menos agressivo em relação ao Facebook, por exemplo.

O sujeito que tem “coragem” de dizer a “verdade” nos debates enfrenta os seguintes riscos: comentários negativos acerca de sua imagem, punição (prisão), censura, risco de violência física ou verbal, não ser eleito, morte da vida pública, dentre outros. Desse modo, ao dizer a verdade, o parresiasta coloca em risco o vínculo que estabelece com a pessoa a quem se está se endereçando.

Vejamos um exemplo retirado do debate veiculado pelo SBT⁵⁴, no dia 16 de outubro, em que Aécio responde a insinuação de Dilma⁵⁵ no tocante ao episódio em que dirigiu alcoolizado:



“Eu tive um episódio sim, e reconheci, candidata, eu tenho uma capacidade que a senhora não tem. Eu tive um episódio que parei numa Lei Seca porque minha carteira estava vencida e ali naquele momento inadvertidamente não fiz o exame e me desculpei, me arrependi disso. Como a senhora não se arrepende de nada no seu governo” (00:01:52 – 00:03:43).

O candidato reconhece na pergunta de Dilma um ataque pessoal, sobretudo porque acrescenta: “Tenha a coragem de fazer a pergunta direta”, e em sequência faz a confissão. Também considerado como um enunciado parresiástico, o exemplo supracitado demonstra a “coragem” do sujeito em reconhecer o próprio erro, produz efeitos de verdade, franqueza, e ao mesmo tempo, funciona como uma forma de repreensão ao adversário, o qual não teria o mesmo atributo.

⁵⁴ O vídeo está disponível em https://www.youtube.com/watch?v=qPaQgnJO_M. Acesso em 19.12.2016.

⁵⁵ “Candidato, eu queria saber o que o senhor acha e como o senhor vê essa questão da lei seca e se todo cidadão que for acionado, solicitado, deve se dispor a fazer exame de álcool e droga”. (00:00:42 – 00:01:04)

Os possíveis efeitos de agressividade que teriam as acusações feitas a Dilma - como “[...] a senhora não se arrepende de nada no seu governo” e “eu tenho uma capacidade que a senhora não tem” - , são amenizados pelo efeito produzido pelo dizer verdadeiro, franco, por meio de um tom confessional que lhe confere credibilidade.

Foucault define a confissão como:

[...] um ritual de discurso onde o sujeito que fala coincide com o sujeito do enunciado; é, também, um ritual que se desenrola numa relação de poder, pois não se confessa sem a presença ao menos virtual de um parceiro, que não é simplesmente o interlocutor, mas a instância que requer a confissão, impõe-na, avalia-a e intervém para julgar, punir, perdoar, consolar, reconciliar; um ritual onde a verdade é autenticada pelos obstáculos e as resistências que teve de suprimir para poder manifestar-se; enfim, um ritual onde a enunciação em si, independentemente de suas consequências externas, produz em quem a articula modificações intrínsecas; inocenta-o, resgata-o, purifica-o, livra-o de suas faltas, libera-o, promete-lhe a salvação. (FOUCAULT, 1980, p. 61).

Em determinados pensamentos religiosos ou em alguns ramos da psicologia, a confissão do sujeito é uma forma de cura de seus possíveis males ou doenças. É como se a confissão pudesse redimir o sujeito que confessa, libertando-o de suas faltas, e além disso, como verificado no exemplo, atribuir-lhe o atributo de alguém corajoso, franco, capaz de reconhecer seus erros.

Nessa relação conflituosa e de luta pelo poder, a acusação sutil e mordaz feita pela candidata parece perder força diante da confissão, que o “purificaria” de tal ato.

As várias temáticas de acusação pessoal que emergiram nos debates, sob formas polidas, sutis e amenizadas, forneceram material para discussões mais agressivas nas redes sociais. O que não poderia ser dito de modo claro e direto nesse *médium* tornou-se sugestão para que, nas redes sociais, adquirisse dimensões cada vez mais próximas do que teorizamos a respeito da agressividade descontrolada. As redes sociais, por sua vez, também tiveram sua parcela de contribuição no fornecimento de notícias e boatos que alimentaram os debates.

3.3 Sites oficiais e a produção da agressividade programada e estratégica

Os *sites* oficiais funcionam como plataformas virtuais que divulgam a agenda dos candidatos, suas propostas, notícias, biografias. Esse espaço permite a divulgação de

conteúdos provenientes de outros *médiuns*, como os debates televisivos, as redes sociais, e também oferece materiais que podem ser utilizados em vários outros suportes, além desses, como Outdoors, Panfletos, Adesivos, dentre outros.

Por meio dos *sites* oficiais, amplia-se o tempo de exposição do candidato, produzindo efeitos de maior aproximação entre candidatos e eleitores, sobretudo porque neles constroem-se ferramentas em que os internautas podem sugerir propostas, melhorias, produzindo, assim, efeitos de proximidade entre eles, afinal, tais sugestões podem ser respondidas pelos mediadores, estabelecendo uma relação de interlocução entre eles.

Com relação ao deslocamento do político da tribuna para a televisão, Courtine (1989) assinala que enquanto no palanque instaura-se uma ‘distância próxima’, o que ocorre na televisão é o inverso, uma ‘proximidade distante’, levando em consideração o fato de que o político submete-se a um olhar aproximado do eleitor, mesmo que estes não dividam o mesmo espaço físico. Os *sites* oficiais, por sua vez, têm aproximado ainda mais este olhar, não apenas no sentido da próxima relação entre internauta e tela, mas a possibilidade do eleitor ter acesso a diferentes vídeos, podendo ser acessados a qualquer momento, compartilhando informações, e interagindo com os mediadores.

Uma das principais características dos *sites* é a construção de seções destinadas a avaliar o que é mentira ou o que se constata como verdade. Criam-se, nesses espaços, centrais que denunciam os boatos e estabelecem quais seriam as notícias verdadeiras.

Enquanto as imagens produzidas acerca do Facebook são de que “tudo e qualquer coisa pode ser dita”, os *sites*, em contrapartida, por serem oficiais, funcionam como um espaço de julgamento sobre os dizeres que circulam em outros *médiuns* não oficiais. Desse modo, aumenta-se a credibilidade do que é dito a partir de uma posição oficial.

Vejamos um exemplo extraído do *site* de Aécio Neves:

Imagem 18



www.aecioneves.com.br

No exemplo acima, observamos a presença de uma agressividade estratégica, uma vez que se apresenta ao internauta, uma seção composta por vídeos, imagens e textos escritos que produzem efeitos agressivos de um modo mais agenciado e estratégico, se comparado ao material divulgado nas redes sociais. A cor das palavras “PT”, “Com mentiras” e a própria roupa da imagem caricatural de Dilma, é vermelha, associando estrategicamente o que seria ruim à cor do Partido dos Trabalhadores.

A cor branca, por sua vez, constitui as frases que remetem à verdade, à pureza, como por exemplo: “Veja os dados verdadeiros”, “Faça uma campanha limpa”.

Essa agressividade programada também foi observada nos exemplos analisados no item referente aos Sites Oficiais, tanto na seção Dilmentirômetro – apresenta igualmente a caricatura de Dilma associada ao Pinóquio – quanto nas notícias sobre o envolvimento de Aécio com bebidas alcoólicas, as quais ocupam destaque no referido *site*.

Tendo em vista a criação de uma seção exclusiva para o “combate ao boato”, as cores que constituem o que seria mentira e o que seria verdade, a caricatura que associa a candidata à mentira, os vídeos cuidadosamente organizados trazendo dados que comprovariam a “verdade” de Aécio e construiriam imagens de uma candidata mentirosa, não há como não perceber o plano estratégico e programado da composição dos *sites*.

Assim como verificamos nas redes sociais e nos debates televisivos, há uma necessidade de expor posicionamentos e defender “verdades”. Observamos também que a defesa desses dizeres verdadeiros não se dá de modo pacífico. Instaura-se, assim, uma vontade de verdade de que mentiroso e agressivo é sempre o outro.

A palavra “verdade” é utilizada com frequência no *site*, como em: “É hora de dizer a verdade”, “Veja os dados verdadeiros”.

Segundo Foucault, “A verdade está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apóiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. (FOUCAULT, 2004, p. 14).

Os *sites*, por serem oficiais, constituem um ‘lugar de poder’ privilegiado, e uma ‘vontade de verdade’ que legitima e, ao mesmo tempo, oficializa discursos, silenciando outras vozes.

Novamente, a noção de *parresia* torna-se imprescindível para a compreensão da emergência de tais dizeres. Quem são esses sujeitos que enunciam nos *sites*? São os mediadores, jornalistas, profissionais que atuam na área de publicidade e propaganda, pode ser o próprio candidato à Presidência – como no caso dos vídeos em que se dirige aos eleitores - , os internautas – quando sua participação é efetivada nas seções que permitem essa interlocução.

Os sujeitos veem-se autorizados a dizer a verdade, colocando-se numa posição de quem pode e deve dizê-la. Nos *sites* oficiais, quais seriam os riscos enfrentados por aqueles que têm a “coragem” de dizer a verdade? Nos espaços que possibilitam a interlocução dos internautas, corre-se o risco da censura e não ter sua participação efetivada pelos mediadores.

Os mediadores tendem a efetivar a participação, daqueles que se inserem nas mesmas formações discursivas da campanha. Portanto, vê-se uma aparente democratização do espaço discursivo, pois apesar da heterogeneidade das vozes, apresenta um caráter monofônico. (cf. Authier-Révuz, 1982).

As mensagens enviadas para os *sites* sofrem alguns tipos de coerções, não se restringindo apenas às mensagens dos eleitores, mas também ao conteúdo, de forma geral, veiculado no *site*. Afinal, ocupar historicamente um lugar, nos permite dizer algumas coisas, e não outras, uma vez que há regras determinadas por estes lugares, os quais nos impõem restrições que estão intrinsecamente relacionadas ao público a quem são dirigidos os discursos.

Outros riscos que envolvem as mensagens divulgadas pelos mediadores ou pelos próprios candidatos, são: comentários negativos acerca da imagem do político, punição (prisão), censura, não ser eleito, morte da vida pública, demissão (referente à equipe de assessores ou marqueteiros responsáveis pelos *sites* de campanha).

Com relação “as verdades” que produzam efeitos agressivos, o Código Eleitoral Anotado⁵⁶ do Tribunal Superior Eleitoral, no artigo 57D, parágrafo terceiro, estabelece que: “Sem prejuízo das sanções civis e criminais aplicáveis ao responsável, a Justiça Eleitoral poderá determinar, por solicitação do ofendido, a retirada de publicações que contenham agressões ou ataques a candidatos em sítios da Internet, inclusive redes sociais. (Incluído pela Lei nº 12.891, de 2013)”. Desse modo, o risco da censura – assim como do pagamento de multas ou mesmo o encarceramento como estabelecido no Código Penal -, são previstos por lei.

No que diz respeito, mais especificamente, aos *sites* oficiais, a cartilha intitulada “Condutas vedadas aos agentes públicos federais em eleições”⁵⁷ defende que os agentes públicos devem zelar pelo conteúdo divulgado em sítio institucional, tomando todas as providências para que não ocorra descumprimento da proibição legal.

Voltamos para nossa questão: Por que a agressividade nos *sites* oficiais é mais estratégica, programada, e se distancia da agressividade pura?

As leis acima descritas respondem parte desse questionamento, justamente porque inibem ofensas e acusações - ainda que ocorram - por meio de punições (encarceramento, multas, censura). Além disso, assume-se uma posição oficial, institucional, representando o candidato e seu partido. Nas redes sociais, um dos motivos que propiciam a emergência de uma agressividade descontrolada é a dificuldade de encontrar o autor da mensagem veiculada. Já, nos *sites* oficiais, os autores são evidenciados e podem responder criminalmente pelo conteúdo divulgado.

Outro fator importante é a ferramenta oferecida pelos *sites* para o gerenciamento da participação dos eleitores internautas. Assim, os mediadores têm a possibilidade de desaprovar mensagens consideradas ofensivas, por exemplo, antes que sejam publicadas.

⁵⁶ A versão *online* pode ser encontrada no *site* http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/codigo_eleitoral/codigo-eleitoral-annotado-e-legislacao-complementar-12-edicao-atualizado.pdf. Acesso em 29.12.2016.

⁵⁷ A cartilha encontra-se disponível no *site* http://etica.planalto.gov.br/sobre-a-cep/legislacao/cartilha_-_perguntas_e_respostas_semina-rio_secom-pdf.pdf. Acesso em 29.12.2016.

Gerido por uma equipe de assessores⁵⁸, marqueteiros, dentre outros profissionais, os *sites* passam a difundir mensagens que produzem efeitos de agressividade mais programados e amenizados.

⁵⁸ O jornal Folha de São Paulo divulgou no endereço eletrônico <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/07/1486796-site-oficial-usa-familia-para-mudar-imagem-de-aecio.shtml>, os principais criadores do *site* oficial de Aécio: os publicitários Zuza Nacif e Mino Mazzamati, o marqueteiro Paulo Vasconcelos, e Andrea Neves, irmã do candidato, responsável por supervisionar a montagem da página do *site*. Com relação aos assessores do *site* de Dilma, foi informado apenas o nome do marqueteiro João Santana.

Considerações finais

A partir das análises dos discursos que circularam nas redes sociais, *blogs*, *sites* oficiais e debates, constatamos que a distribuição do discurso político agressivo relaciona-se de forma direta com as formas e a intensidade da agressividade.

Em todos esses *médiuns*, observamos uma forte recorrência de temáticas, havendo, entretanto, distintos graus de agressividade de acordo com os diferentes gêneros e forma de circulação. Os temas recorrentes foram relacionados às “mentiras de Dilma”, à “corrupção petista”, às notícias de que Aécio “dirigiu sob efeito de álcool”, “construiu aeroporto com dinheiro público nas propriedades de um tio”, “agride mulheres”, “é usuário de drogas”, dentre outras.

Verificamos que se procurou atingir o adversário por meio de ataques relacionados à aparência física do oponente, a sua situação socioeconômica, suas aptidões intelectuais, sua vinculação geográfica, orientação moral, profissão, dentre outras formas que colaboraram para construção de efeitos de agressividade associados à intolerância, que adquiriu distintas formas e graus, em relação aos diversos modos de circulação.

A temática da apreensão da carteira de habilitação de Aécio por estar dirigindo alcoolizado, por exemplo, aparece de modos distintos nos diferentes *médiuns*. Nas redes sociais, o efeito de agressividade se constrói por meio da derrisão, da ironia. Apresenta-se uma montagem com a imagem de Aécio aparentando estar alcoolizado. Nos *sites* oficiais, não há como não perceber o plano estratégico de sua composição, uma vez que se apresentam duas fotos que remetem a situações diferentes - Aécio participando de uma campanha educativa sobre os perigos de dirigir sob efeito de bebidas alcoólicas e, na outra imagem, Aécio sendo abordado pela blitz, por dirigir alcoolizado – dialogando com o advérbio “Faça o que eu digo não faça o que eu faço”. Nos debates, por sua vez, o efeito de agressividade se constrói por meio de uma afirmação de si que descredibiliza o outro: “Eu, candidato, não dirijo sob álcool e drogas”. Neste meio, não há uma acusação direta, mas ao emergir, repetir uma temática tão recorrente que se vincula a imagem de Aécio, produzem-se efeitos de sentido agressivos, porém de modo menos direto.

Com relação aos dizeres que associam a candidata Dilma à mentira, observamos um funcionamento semelhante. Nas redes sociais e *blogs*, a fotomontagem também é utilizada, acompanhada de enunciados como “É mentira do PT”, constituindo uma acusação direta. Nos *sites*, verificamos novamente a construção de uma agressividade mais estratégica, por meio da

criação da seção “Dilmentirômetro” e da afirmação “As mentiras do PT não tem limites”. Por fim, no debate veiculado pela rede Bandeirante, no dia 14 de outubro de 2014, verificamos a presença de atenuações dos efeitos de agressividade na fala do candidato, o qual diz: “Não é verdade, candidata. A senhora **falta com a verdade**”. (15:20 – 15:23), “**Aliás, não falar a verdade** se tornou uma tônica da sua campanha desde o primeiro turno.(11:10 – 11:19).

Faltar com a verdade”, “Não falar a verdade” produzem efeitos de sentido mais polidos em comparação ao enunciado “Você está mentindo” ou “É mentira do PT”. Tais formas de polidez atenuam a agressividade quando ela, ainda sim, está presente e marcada.

Enquanto nos debates, os efeitos de sentido agressivos são ora amenizados ora intensificados por formas polidas, jogos argumentativos, afirmações de si que desqualificam o outro, predominando os níveis de agressividade “sutil e mordaz” e “amenizada”, nas redes sociais, o que se produz são efeitos mais agressivos, por meio da derrisão, ironia, acusações diretas e fotomontagens, tornando preponderante a agressividade “descontrolada e intolerante”, ao passo que, nos *sites* oficiais, a agressividade é mais programada e estratégica.

Nas fotomontagens que circularam nas redes sociais e *blogs*, bem com nas imagens veiculadas nos *sites* oficiais, os efeitos de agressividade se materializam sobretudo em determinadas partes do corpo (nariz, pernas, etc.). Segundo Coulomb-Gully (2003), houve um momento em que a imposição da escrita como principal vetor de informação marginalizou o papel do corpo na comunicação. No entanto, com a circulação do discurso político na televisão e, mais recentemente, da internet, o corpo passa a ser o centro do processo de significação, o alvo de ataques, constituindo um lugar de materialização da agressividade.

As redes sociais e *blogs* possibilitam a emergência de discursos que produzem efeitos mais agressivos, dada a possibilidade da circulação de dizeres breves aparentemente sem sujeito, restando apenas “fluxos discursivos, disseminados em redes, instantâneos, desterritorializados, atemporais, sem que possamos estar sempre seguros de que seja possível lhes atribuir um sujeito e por vezes nem mesmo um objeto” (Courtine, 2016, p. 27).

Os insultos verbais e imagéticos, nas redes, possibilitam apenas a identificação de determinados grupos que se definem pela oposição de outros, pelos recursos do compartilhamento, das curtidas, dos comentários. É justamente na internet que se aumenta a chance de efeitos ainda mais agressivos, afinal os internautas podem se esconder sob pseudônimos de perfis fictícios, afastar a punição individual, visto que há um agrupamento de insultantes, os quais replicam em grande escala o dito agressivo, dificultando atribuir a um ou a outro a ‘autoria’ do material veiculado.

É neste aparato tecnológico em que aparecem com frequência as fotomontagens, as quais tornam possível a modificação dos corpos dos candidatos por meio de técnicas de multimídia. Enquanto nas redes sociais e *blogs* operam-se alterações em recortes de fotos dos candidatos, o que ocorre nos *sites* é a apresentação de caricaturas dos mesmos.

Nos debates a agressividade passa a ser vigiada, seus efeitos são mais contidos, em decorrência da posição ocupada pelos sujeitos enunciadore, os quais enunciam a partir de um lugar oficial, o que os permitem dizer algumas coisas, silenciando outras. Enquanto na internet apresentam-se afirmações acusatórias e a possibilidade de exibição de fotos e fotomontagens que intensificam os efeitos de um discurso ácido, nos debates ocorre uma atenuação de tais efeitos, por meio da utilização de verbos modalizadores, e da emergência indireta de temáticas “agressivas”.

Concluimos que os efeitos de agressividade produzidos nos enunciados analisados são alimentados por um conjunto de dispositivos complexos constituídos por outros saberes, outras imagens, outras memórias, e os mesmos apresentam gradações e formas distintas em decorrência dos diferentes modos de circulação, institucionalização, objetivos envolvidos, dos rituais e coerções que os permeiam e os constituem.

Os efeitos de sentido agressivos além de rebaixar e fragilizar o outro, reduzem a política ao corpo (bêbado, hipócrita, mentiroso), colocando o indivíduo, em sua materialidade corporal, no centro das discussões.

Notamos que há um jogo de alternância entre uma construção mais personalizada dos candidatos e outra que os aproxima da instituição, do partido.

A partir de nossas análises, observamos que Aécio está mais vinculado ao partido, à instituição PSDB. A produção de efeitos de um riso irônico do candidato dialoga com os próprios discursos construídos acerca do partido, de que o PSDB é irônico e elitista. O candidato Aécio parece fundir-se a essas características quando é chamado de “playboy”, autoritário, arrogante. Vemos, com isso, uma forte aproximação da imagem de Aécio com a de seu partido.

O que ocorre com a candidata Dilma é justamente o oposto. Há um afastamento entre sua imagem e o Partido dos Trabalhadores, e uma tentativa de inscrevê-la na posição de mulher, “leviana”, mãe, que deveria cuidar da casa, dentre outras.

Produzem-se imagens de uma candidata incompetente, que “não conhece o Congresso Nacional”, dialogando, desse modo, com os discursos que a caracterizam como um fantoche nas mãos do ex-presidente Lula. Considerada uma marionete, as armas para insultá-la foram

carregadas de insultos que a agrediam enquanto mulher, e, dessa forma, afastada da instituição do PT – afinal não era preciso desqualificá-la enquanto “mulher política”, haja vista os discursos que a nomeavam como pseudo-representante do partido – tornou-se presa fácil para ataques mais pessoais e misóginos.

Tais considerações levam-nos a concluir que esses discursos ultrapassam a constatação de um simples debate, deflagrando, sobretudo, um embate entre gêneros.

Nesse jogo entre personalização e institucionalização, as questões pessoais parecem sobressair-se: “Aécio bate, bebe, dirige alcoolizado”, “Dilma é mentirosa, leviana”. Tais insultos assemelham-se àqueles analisados por Burke e Porter (1997), na Paris do século XVIII. À mulher, atribui-se o dizer mentiroso, a leviandade (adjetivo que pode construir sentidos de “prostituta”); e ao homem, atribui-se adjetivos como “agressor”, “bêbado”, “playboy”, dentre outros.

O funcionamento deste discurso dito agressivo, a constante repetição dessas temáticas e replicação de comentários, produzem efeitos de intolerância, desorganização, caos, tendo como resultado a incredibilidade e possível influência no resultado de eleições, descrença na política, a fé cega, etc. Os eleitores acabam replicando, reproduzindo o que é comentado nas mídias, valendo-se de frases prontas, muitas vezes sem um conhecimento aprofundado sobre o que está sendo dito.

A ansiedade criada em torno da melhora do país, das denúncias contra Dilma, contra Aécio, e dos problemas sociais tão pautados, apresentam-se, muitas vezes, como justificativas que alimentam um potencial de violência, como se a desconstrução do outro fosse necessária para a melhoria da política em todas as esferas. Em decorrência dos efeitos de agressividade, constroem-se muros, barreiras, intolerância, “servindo, portanto, para reafirmar as posições dos sujeitos locutores, que se mantêm indisponíveis para a troca, para o exercício do debate” (Sargentini, 2016).

Em alguns momentos, esses muros são cobertos e “disfarçados” pelo “véu pérfido da polidez”, resultado de um processo “civilizatório” que pretende atenuar a agressividade nas relações sociais. Apesar de o discurso político ter em seu caráter intrínseco o embate, o confronto de ideias, exigem-se formas de modalização da agressividade, objetivando controlar as estratégias e os efeitos do dizer.

A agressividade, entremeada na confecção do véu e na construção dos muros, encontra-se entre as falsas harmonias e na agressividade pura, em diferentes formas e níveis, ora como espuma que insulta a rocha, ora como tsunami que devasta.

Referências bibliográficas

AMOSSY, R. O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. Tradução de Adriana Zavaglia. **Filologia e linguística portuguesa**, São Paulo, n. 9, p. 121-146, 2007.

AMOSSY, R. **L'argumentation dans le discours**. Paris: Armand Colin, 2010.

AMOSSY, R. & MARCEL, B. *Polémiques médiatiques et journalistiques : le discours polémique en question*. Semen 31, 2011.

AMOSSY, R. **Apologie de la polémique**. Paris: Presses Universitaires de France. Collection dirigée par Michel Meyer, Université de Bruxelles, 2014.

ARANHA, A. J. *Dicionário brasileiro de insultos*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2002.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. - Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Editora: Artes Médica, 1990.

ANGENOT, M. **Dialogues de sourds**. Traité de rhétorique antilogique. Éditions Fayard, 2008.

BACOT, P. « Laurence Rosier, *Petit traité de l'insulte* », Mots. Les langages du politique [Enligne], 84 | 2007. < <https://mots.revues.org/1084> >. Acesso em 2 de Abril de 2015.

BASSANEZI, C. Mulheres dos anos dourados. In: PRIORE, Mary. **História das mulheres no Brasil**. 9ed. São Paulo: São Paulo: Contexto, 2010.

BÍBLIA. A. T. Provérbios. In: BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**: contendo o antigo e o novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro: Sociedade Bíblica do Brasil, 1966.

BONNAFOUS, S. Sobre o bom uso da derrisão em J.M.Le Pen Trad. de Maria do Rosário Gregolin e Fábio César Montanheiro. In: GREGOLIN, M.R. (org.) **Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.

BONNAFOUS, S. **L'arme de la dérision chez J.-M. Le Pen**. Disponível em: http://documents.irevues.inist.fr/bitstream/handle/2042/14488/HERMES_2001_29_53.pdf?sequence=1. Acesso em 26 de Outubro de 2014.

BOUCHET, T. À la recherche de l'insulte (en) politique. In : **L'insulte (en) politique : Europe et Amérique latine du XIXe siècle à nos jours**, Dijon, 2005. p. 8-12.

BOUCHET, T. **Noms d'oiseaux : L'insulte en politique de la Restauration à nos jours**. Paris, Stock, 2010.

BRASIL. Decreto n. 847 De 11 de Outubro de 1890. *Promulga o código penal*.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940. *Código Penal*. Rio de Janeiro. Publicado no DOU em 31 Dez. 1940.

BRAVO, F. **L'insulte**. Bodeaux: Presses Universitaires de Bourdeaux, 2015.

BROWN, P. & LEVINSON, S. **Politeness: Some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BURKE, P. & PORTER, R. **História Social da Linguagem**. Trad. de Álvaro Hattner. São Paulo: UNESP, 1997.

CALDAS AULETE, F. J. **Dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Delta, 1958.

CALDAS AULETE, F. J. **Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

CARDOSO, D. **A expressão do modo imperativo no dialeto gaúcho: uma regra variável.** Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL. Vol. 5, n. 9, agosto de 2007.

CHARAUDEAU, P. *Pathos et discours politique*, In: Mickaël Rinn (éd.), *Emotions et discours*, (Rennes : Presses Universitaires de Rennes), 49-59, 2008.

CHASSIN, J. “Loups rapaces” et “diabes boîteux” ou les foudres de l’insulte politique au Pérou (début du XIX^e siècle). In : **L’insulte (en) politique** : Europe et Amérique latine du XIX^e siècle à nos jours, Dijon, 2005. p.17-31.

COULOMB-GULLY, M. **Rhétorique télévisuelle et esthétisation politique: le corps (en) politique.** In.: BONNAFOUS, S. et all *Argumentation et discours politique*. Rennes: Presses Universitaire. 2003.

COURTINE, J. J. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 21-34.

COURTINE, J.J. **Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública.** Tradutores. Nilton Milanez e Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2006.

COURTINE, J.J. (1981). **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos.** São Carlos: EdUFSCar, 2009.

COURTINE, J.J. **Discurso e imagens: para uma arqueologia do imaginário.** In: SARGENTINI, V. CURCINO, L.; PIOVEZANI, C. *Discurso, semiologia e história*. 1 ed. São Carlos: Claraluz, 2011.

COURTINE, J.J. **Decifrar o corpo: pensar com Foucault.** Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

COURTINE, J.J.e HAROCHE, C. **Histoire du visage**: Exprimer et taire ses émotions (XVI^e – debut XIX^e siècle). Paris, Payot et Rivages, 1988. Paris: Éditions Payot & Rivages, 1994.

DESMARCHELIER, D. Les mots de la violence, la violence des mots dans le discours politique français contemporain. In: Bonnafeuf, Simone, Pierre Chiron, Dominique Ducard & Carlos Lévy. **Argumentation et discours politique. Antiquité grecque et latine, Révolution française, Monde contemporain** (Rennes : PUR). 2003. p.225-234.

FACEBOOK, 2016, Central de Ajuda: O que o Facebook considera discurso de ódio. Disponível em: <https://www.facebook.com/help/135402139904490?helpref=hc_fnav> . Acesso em: 10.03. 2016.

FERNANDES, C. (org.) A violência na contemporaneidade: do simbólico ao letal. Campinas: Ed. Intermeios. No prelo.

FERREIRA, A. B de H. **Novo Aurélio: o dicionário da língua portuguesa: século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, L. C. **Práticas de leitura contemporâneas: representações discursivas do leitor inscritas na revista VEJA**. 2006. 334 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2006.

FILHO, V. H. GALHARDO, R. Governo cita uso de robôs nas redes sociais em campanha eleitoral. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 17 de Março de 2015, Política. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,governo-cita-uso-de-robos-nas-redes-sociais-em-campanha-eleitoral,1652771>>. Acesso em 10.11.2016.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. I: a vontade de saber, 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

FOUCAULT, M. **A ordem do Discurso**. São Paulo, SP: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2004.

FOUCAULT, M. (1975) **Vigiar e punir**. 29a edição. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

FOUCAULT, M. A hermenêutica do sujeito: curso dado no Collège de France (1981-1982). Tradução de Márcio Alves da Fonseca e Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FRACCHIOLLA, B. ROMAIN, C. « L'attaque courtoise : un modèle d'interaction pragmatique au service de la prise de pouvoir en politique », *Semen* [En ligne], 40 | 2015, mis en ligne le 17 novembre 2015. Acesso em 15.05.16. URL : <http://semen.revues.org/10418>

FRANCESCHINI, L. T. Variação pronominal nós/a gente e tu/você em Concórdia – SC. Curitiba, 2011. 253 p. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/32629/R%20-%20T%20-%20LUCELENE%20TERESINHA%20FRANCESCHINI.pdf?sequence=1>. Acesso em 28.05.2016.

FREUD, S. “O mal-estar na civilização”, (1930a[1929]), v. XXI.

FREUD, S. Remarques sur un cas de névrose obsessionnelle (L'home aux rats)”, (1909), *Cinq psychanalyses*, Paris, Presses Universitaires de France, 1984, p. 233.

GAY, P. *The Cultivation of Hatred*, The Bourgeois Experience, Victoria to Freud. London: W. W. Norton & Company, 1993.

GOFFMAN, E. Ritual de Interação: ensaios sobre o comportamento face a face. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos & duelos**. São Carlos: Claraluz, 2006.

GREGOLIN, M. R. J. J. Courtine e as metamorfoses da Análise do Discurso: novos objetos, novos olhares. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M. R. (Orgs.). **Análise do discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Claraluz, 2008.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. L'énonciation de la subjectivité dans le langage. Paris: Armand Colin, 1980.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. Les interactions verbales. Tome II, Paris, Armand Colin, 1992.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Análise da Conversação: princípios e métodos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. La modalité interrogative dans un type particulier d'interaction: Les débats présidentiels français (lecture). JADIS III, Porto: FLUP, 28 novembro 2013.

LAFORST MARTY & DIANE VINCENT (éds). 2006. *Les interactions asymétriques* (Montréal : Nota bene)

LARGUÈCHE, É. "Et si l'injure ne se racontait pas !", L'Homme 2011/2 (n°198-199), p. 355-365.

LARGUÈCHE, É. Des mots aux mots : l'insulte. In : BRAVO, Frederico. (Org). **L'insulte**. Bordeaux: Presses Universitaires de Bourdeaux, 2015. p. 19-31.

LAURENCE, R. *Petit traité de l'insulte*, Loverval (Belgique), Labor (Liberté, j'écris ton nom), p.112, 2006.

MADUREIRA, S. 1996. **A matéria fônica, os efeitos de sentido e os papéis do falante**. Delta, 12: 87-93.

MANZANO, L. C. G. O discurso político e o corpo na televisão: debate/combate. **Ilha Desterro**, Florianópolis, v. 68, n. 3, p. 75-82, Dec. 2015. Disponível em : <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-80262015000300075&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20.04.2016.

MENON, O. P. S. *Clíticos e possessivos em Curitiba: implicações para o ensino*. Anais do II Simpósio Nacional do GT de Sociolinguística da ANPOLL. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996, p.101-116.

MENON, O. P.S. *Pronome da segunda pessoa no Sul do Brasil: tu/você/ o senhor em Vinhas da Ira*. IN: Letras de Hoje, Porto Alegre, n. 129 p. 121- 163, Edipucrs, 2000.

MEISEL, J. S. « Pam » contre « Dizzy » : Humour et insulte à la chambre des communes (milieu du XIXe siècle). In : **L’insulte (en) politique** : Europe et Amérique latine du XIXe siècle à nos jours, Dijon, 2005. p.

MERCIER, A. **Pouvoirs de la dérision, dérision des pouvoirs**. (Introduction) In: HERMÉS – Revue. Dérision – contestation, n°29, CNRS, Éditions, 2001.

MOÏSE, C. « Argumentation, confrontation et violence verbale fulgurante », *Argumentation et Analyse du Discours* [En ligne], 8 | 2012, mis en ligne le 15 avril 2012, Consulté le 27 juin 2016. URL : <http://aad.revues.org/1260>

MONTIGLIO, S. Falar em público e ficar em silêncio na Grécia Clássica. In: Carlos Piovezani; Jean-Jacques Courtine (Org.) **História da Fala pública: uma arqueologia dos poderes do discurso**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

OGER, C. “Crétins internationaux”, “rancis de la guerre froide” et autres suicidés ; retour sur un corpus polémique” , *Communication*, vol. 22 (2), Université Laval, Québec, 2003, p. 11-43.

OGER, C. “Dialectique de la parole et du silence : émergence et fonction de l’injure sexiste en politique, *Communication*, vol. 25 (1), Université Laval, Québec, 2006, p. 11-45.

OGER, C. “Argument du genre, ethos féminin et injure sexiste en politique. Analyse d’une configuration argumentative”, in Alexandre Duchêne et Claudine Moïse (dir.), Langage, genre et sexualité, Editions Nota Bene, Collection « Langue et pratiquesdiscursives », 2011, capítulos 1.5, p. 91-113.

OGER, C. “La conflictualité en discours : le recours à l’injure dans les arènes publiques”. Argumentation et Analyse du Discours [Enligne], 8 | 2012. Acesso em 2 de Abril de 2015.

PÊCHEUX, M. “Língua, linguagem, discurso”, L’humanité, 15 de Outubro de 1971.

PÊCHEUX, Michel. L'étrange miroir de l'Analyse du Discours. In: Langages, Paris, nº 62, p. 5-8, juin. 1981.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1988.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD 69). In: GADET, F. e HAK, T.(org.) **Por uma análise automática do discurso**. Uma Introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1990a.

PECHÊUX, M. (1983). **O discurso: estrutura ou acontecimento?** Campinas: Pontes, 1990b.

PÊCHEUX, M. A Análise de Discurso: três épocas (1983). In: GADET, F.; HACK, T. (org.) **Por uma análise automática do discurso**. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

PIOVEZANI, C. Análise do discurso: novos objetos, novas perspectivas In: NAVARRO (org.) **Estudos do texto e do Discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos, SP: Claraluz, 2006.

PIOVEZANI, C. Verbo, Corpo e Voz. Dispositivos de fala pública e produção da verdade no discurso político. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.

PIOVEZANI, C. (Org.); SARGENTINI, V. M. O. (Org.). **Legados de Michel Pêcheux**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2011. v. 1. 139p .

PIRES, L. M. F. **Na arena discursiva: Uma análise dos debates eleitorais presidenciais brasileiros**. 2016. Relatório de qualificação (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

PIRES, S. F. S. Lie to Me – Nono episódio. *Instituto Brasileiro de Linguagem Corporal*. Disponível em < <https://ibralc.com.br/lie-to-me-nono-episodio/>>. 2011. Acesso em 12.01.2017.

PLATÃO. A República. **Livro IX**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

PLANTIN, C. **L'argumentation**. Paris: Le Seuil, 1996.

POSSENTI, S. O discurso não é uma camada. In: **Os limites do discurso**. Curitiba: Criar Edições, 2002.

RAMOS, M. P. B. **Formas de tratamento no falar de Florianópolis**. (Dissertação de Mestrado). UFSC: Florianópolis, 1989.

RUBIM, A. A. C. La contemporaneidad “medieval”, *Interface _ Comunicação, Saúde, Educação*, v.4 , n.7, p.25-36, 2000.

SANTOS, E. M. **O espetáculo político e a docilização do corpo na campanha eleitoral de Lula em 2002**. 167 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2009.

SARGENTINI, V. M. O. Arquivo e acontecimento: a construção do corpus discursivo em Análise do Discurso. In: NAVARRO, Pedro. (Org.). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 35-44.

SARGENTINI, V. M. O. Objetos da Análise do Discurso: novas formas, novas sensibilidades. In: SARGENTINI, Vanice, GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Análise do discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Claraluz, 2009.

SARGENTINI, V. M. O. Discurso e História em diferentes materialidades do discurso político. In: Freda Indursky; Solange Mittmann; Maria Cristina Leandro Ferreira. (Org.). **Memória e História na/ da Análise do discurso**. 1ed.Campinas - SP: Mercado de Letras, 2011, v. 1, p. 203-215.

SARGENTINI, V. M. O. A análise do discurso e a natureza semiológica do objeto de análise. In: GREGOLIN e KOGAWA (org.) **Análise do discurso e semiologia: problematizações contemporâneas**. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2012.

SARGENTINI, V. M. O. *Ecos da Arqueogenealogia de Michel Foucault na análise da imagem: retratos do homem político na mídia*. In: Carlos Piovezani; Luzmara Curcino; Vanice Sargentini (Org.) **Presenças de Foucault na Análise do Discurso**. São Carlos, SP: Edufscar, 2014.

SENEQUE. De la Constance Du Sage, traduction Bréhier, Paris, Gallimard, “Bibliothèque de La Pléiade”, 1962, p. 633-656.

SILVA, A. M. P. “Ciberantropologia. O estudo das comunidades virtuais”. In: *Biblioteca online de Ciências da Comunicação da Universidade Aberta de Lisboa*. Lisboa: s.d. Disponível em <<http://bocc.ubi.pt/pag/texto.php3?html2=silva-adelina-ciberantropologia.html>>. Acesso em 06/05/2016.

SOUSA, K. M. V. S. FERNANDES, E. M. F. O riso e o discurso político: contribuições de Foucault para o estudo do riso como materialidade discursiva. INTERLETRAS, ISSN Nº 1807-1597. V. 5, Edição número 23, Março/Setembro 2016.
<<http://www.unigran.br/interletras/conteudo/artigos/16.pdf>>. Acesso em 20.05.2016.

STERN, G. Anotações sobre fotomontagem. In: MUSEU LASAR SEGALL/IPHAN/MinC. **Os sonhos de Grete Stern** (Catálogo). São Paulo: Museu Lasar Segall: Imprensa Oficial, 2009.

VERDO, G. Introduction. In : **L'insulte (en) politique** : Europe et Amérique latine du XIXe siècle à nos jours, Dijon, 2005. p.15-16.